

**UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS**

GLEICY DENISE VASQUES MOREIRA

**AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO NA
FRONTEIRA: O CASO DO ASSENTAMENTO RURAL
DORCELINA FOLADOR**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM AGRONEGÓCIOS

CAMPO GRANDE/MS BRASÍLIA/DF GOIÂNIA/GO

JULHO/2005

GLEICY DENISE VASQUES MOREIRA

**AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO NA FRONTEIRA: O
CASO DO ASSENTAMENTO RURAL DORCELINA FOLADOR**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MULTIINSTITUCIONAL EM AGRONEGÓCIO. (CONSÓRCIO ENTRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS), COMO PARTE DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM AGRONEGÓCIO, NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DE AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO.

ORIENTADOR: PROF. TITO CARLOS MACHADO DE OLIVEIRA

**CAMPO GRANDE/MS/BRASÍLIA/DF/GOIÂNIA/GO
JULHO/2005**

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA E CATALOGAÇÃO

MOREIRA, G. D. V. **Agricultura Familiar e Agronegócio na Fronteira: o caso do Assentamento Rural Dorcelina Folador.** Campo Grande: Mestrado em Agronegócio – Departamento de Economia e Administração, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2005, 120 p. Dissertação de Mestrado.

Documento formal, autorizando reprodução desta dissertação de mestrado para empréstimo ou comercialização, exclusivamente para fins acadêmicos, foi passado pelo autor à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, à Universidade de Brasília e à Universidade Federal de Goiás e acha-se arquivado na Secretaria do Programa. O autor reserva para si os outros direitos autorais, de publicação. Nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a prévia autorização, por escrito, do autor. Citações são estimuladas, desde que citada a fonte.

FICHA CATALOGRÁFICA

Moreira, Gleicy Denise Vasques.

Agricultura Familiar e Agronegócio na Fronteira: o caso do Assentamento Rural Dorcelina Folador./ Gleicy Denise Vasques Moreira; orientação de Tito Carlos Machado de Oliveira. Campo Grande, 2005. 120 p.

Dissertação de Mestrado (M) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/ Departamento de Economia e Administração – Mestrado em Agronegócio, 2005.

1. Agricultura Familiar. 2. Agronegócio. 3. Fronteira. 4. Assentamento Rural. 5. Dorcelina Folador.

GLEICY DENISE VASQUES MOREIRA

**AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO NA FRONTEIRA: O
CASO DO ASSENTAMENTO RURAL DORCELINA FOLADOR**

APROVADA POR:

**TITO CARLOS MACHADO DE OLIVEIRA, Doutor em Geografia Humana pela
USP (ORIENTADOR)**

**LEONARDO FRANCISCO FIGUEIREDO NETO, Doutor em Engenharia de
Produção pela USP (EXAMINADOR INTERNO)**

**MEDSON JANER DA SILVA, Doutor em Geografia Humana pela USP
(EXAMINADOR EXTERNO)**

CAMPO GRANDE/MS/BRASÍLIA/DF/GOIÂNIA/GO, 28 de julho de 2005.

Dedicatória
À minha mãe Ludivina,
Pelo exemplo de coragem ao longo de todos estes anos,
Especialmente, nestes últimos 30 meses.

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer sem dúvida dignifica a obra de um escritor, especialmente em se tratando de uma longa jornada que este escritor tem a percorrer, na senda do amadurecimento intelectual.

Assim, meus sinceros agradecimentos:

Ao professor Dr. Tito Carlos Machado de Oliveira, pela paciência e dedicação em dividir comigo seus conhecimentos e instigar-me à luta incessante pelos resultados.

À equipe do IDATERRA, Edílson, Márcio, Ivan, Humberto, que se dispôs a fornecer-me material de consulta necessário à elucidação de informações sobre o Assentamento Dorcelina Folador.

Aos assentados do Dorcelina Folador, pelas entrevistas concedidas, nas visitas realizadas.

Aos professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Departamento de Economia e Administração, que ministraram disciplinas do mestrado em Agronegócios, em especial professores Manoel Rebelo, Jaime César e Medson Janer, pela orientação em minha pesquisa.

Aos colegas do Mestrado em Agronegócios Zaida, Krisley, Fernanda, Francisco, Leonardo, Reginaldo, Fabrício, Anderson, pelo apoio nestes meses.

Aos professores e colegas da UNIDERP e da UNAES, Leonel, Lourival, Marly, Ledi, Ronaldo Chadid, Fernanda, Sérgio, Jaime Jordan, Dirce, Catiana, Catônio, Regina Sueiro e Daniel pela compreensão e apoio.

Aos meus queridos alunos e colegas de pesquisa Andréia, Thais, Kelly, Neusa e França.

Ao meus irmãos Ricardo, Sidney e Sandra pelas diferentes formas de apoio e incentivo.

Ao meu digníssimo Walberto, pela paciência com meu *stress*.

A Deus, por mais uma vez, mostrar-me que a jornada pode ser difícil ou fácil, depende de nossa disposição e companheirismo, com nossos semelhantes.

RESUMO

Destaca-se, para fins do presente estudo uma configuração peculiar, a saber, as aglomerações situadas, simetricamente, ao longo dos limites internacionais, denominadas fronteiras. Em seguida, selecionamos um segmento específico deste espaço fronteiriço, a saber a região limítrofe entre Brasil e Paraguai. Procura-se descrever o funcionamento e a dinâmica de evolução dos sistemas de produção a partir da chegada de Tomáz Laranjeira, na região hoje conhecida como Ponta Porã, dando origem a exploração da erva-mate, bem como a intensificação na ocupação do território, que após décadas de transformação, chega ao século XXI, com contornos definidos pela história econômica: com a intensa utilização de braços paraguaios, conjuntamente com a população brasileira, quanto de imigrantes paraguaios, vindo a compor a parcela conhecida de “brasiguaios”.

Palavras-Chave: fronteiras, território, brasiguaios, Brasil, Paraguai.

ABSTRACT

It is accentuated, with the purpose of this present study a peculiar configuration, to wit, the agglomerations situated, symmetrically, along international limits, designated borders. Soon after, we selected a specific segment of this borderline space, to wit the abutting region between Brazil and Paraguay. We pursuit to describe the functioning and the dynamic of evolution of the production systems since the arrival of Tomaz Laranjeira, in the region known as Ponta Porã, giving beginning to the exploitation of Paraguay tea, as well as the intensification in the occupation of territory, that after decades of transformation, comes to the XXI Century, with defined contours by the economic history: with the intense utilization of Paraguayans arms, on the whole with Brazilian people, as Paraguayans immigrants, coming to compose the parcel known as “Braziguayans”

Key words: borders, territory, brasiguayans, Brazil, Paraguay.

LISTA DE TABELAS

Número	Descrição	Pág.
Tabela 1.1	Evolução das Áreas de Pastagens e de Lavouras (em mil hectares)	19
Tabela 1.2	Estrutura Fundiária em Mato Grosso do Sul (1980 – 1996)	21
Tabela 1.3	Inflação, PIB e taxa de investimento nos Governos Figueiredo e Sarney	23
Tabela 1.4	Balança Comercial – 1980 – 1989	24
Tabela 1.5	Número de Estabelecimentos Agropecuários	26
Tabela 1.6	Distribuição de Empregos por Setores em Mato Grosso do Sul	29
Tabela 1.7	Evolução do Comércio em Mato Grosso do Sul com o Mercosul (US\$ mil FOB)	32
Tabela 1.8	População brasileira em terras paraguaias (em hab)	38
Tabela 1.9	A Regionalização econômica do Paraguai em 1972, 1982, 1992	39
Tabela 1.10	Distribuição da População por Microrregião Geográfica em Mato Grosso do Sul (2000)	45
Tabela 2.1	Distribuição do emprego por setores em Ponta Porã entre 1990 2003	56
Tabela 3.1	O agronegócio brasileiro de 1959 a custo de fatores (US\$ milhões)	75
Tabela 3.2	O agronegócio brasileiro de 1970 a custo de fatores (US\$ milhões)	75
Tabela 3.3	O agronegócio brasileiro de 1980 a custo de fatores (US\$ milhões)	76
Tabela 3.4	O agronegócio brasileiro de 1990 a custo de fatores (US\$ milhões)	77
Tabela 3.5	O agronegócio brasileiro de 1995 a custo de fatores (US\$ milhões)	77
Tabela 3.6	Crédito previsto às famílias	98
Tabela 3.7	Quantidade de Erva-Mate (Folha Verde) produzida pela lavoura permanente no Brasil, segundo estados produtores	100
Tabela 3.8	Produção Agrícola de Erva-Mate (Folha Verde) no Mato Grosso do Sul	100
Tabela 3.9	Principais produtos provenientes da Agricultura Familiar no Brasil	102
Tabela 3.10	Rebanho leiteiro e produção de leite, segundo bacias leiteiras de Mato Grosso do Sul (2000)	104
Tabela 3.11	Resumo dos Recursos Provenientes do PRONAF, transferidos à Ponta Porã entre 1998 a 2003	107

LISTA DE FIGURAS

Número	Descrição	Pág.
Figura 1.1	Área Ocupada pelos Cerrados	18
Figura 1.2	Evolução das Relações Comerciais do Mato Grosso do Sul com o Mercosul	33
Figura 1.3	Distribuição do PIB per capita paraguaio em 1972	35
Figura 1.4	Distribuição do PIB per capita paraguaio em 1982	35
Figura 1.5	Distribuição do PIB per capita paraguaio em 1992	36
Figura 1.6	Faixa de Fronteira: Migração Síntese – 2000	41
Figura 1.7	Tipologia das Interações Fronteiriças	43
Figura 1.8	Mato Grosso do Sul: Densidade Econômica – Agricultura (2001)	47
Figura 3.1	Mapa dos Conflitos Agrários no Brasil e em Mato Grosso do Sul	90
Figura 3.2	Produção de Erva-Mate em Folha Verde (Nativa e Cultivada) em Mato Grosso do Sul em 2003	101

LISTA DE QUADROS

Número	Descrição	Pág.
Quadro 2.1	Faixa de Fronteira na América do Sul	57
Quadro 2.2	Síntese da Legislação sobre Fronteira no Brasil	60
Quadro 3.1	Fazenda Entre Rios	91
Quadro 3.2	Fazenda Ita	91
Quadro 3.3	Fazenda Noroeste	92
Quadro 3.4	Fazenda Rabão	92
Quadro 3.5	Fazenda Siriema	92
Quadro 3.6	Fazenda Tucano	92
Quadro 3.7	Perfil da População do Assentamento Dorcelina Folador	96
Quadro 3.8	Descrição das habilidades da população do Assentamento Rural Dorcelina Folador	96
Quadro 3.9	Perfil das Pessoas em Idade Escolar no Assentamento Dorcelina Folador	97

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 OS ASSENTAMENTOS RURAIS EM MATO GROSSO DO SUL E A QUESTÃO DAS FRONTEIRAS	16
1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E NO MATO GROSSO DO SUL A PARTIR DOS ANOS OITENTA DO SÉCULO XX	16
1.2 O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES DE FRONTEIRA: A PROBLEMÁTICA DOS BRASIGUAIOS	32
2 TERRITÓRIO E FRONTEIRA	49
2.1 SISTEMATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	49
2.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE FRONTEIRA	54
2.3 ESPECIFICIDADES DO TERRITÓRIO DE ESTUDO	65
3 A AGRICULTURA FAMILIAR, O AGRONEGÓCIO E A GERAÇÃO DE RENDAS: A IMPORTÂNCIA DO ASSENTAMENTO RURAL DORCELINA FOLADOR	74
3.1 O ASSENTAMENTO RURAL NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO AGRONEGÓCIO	74
3.2 A GERAÇÃO DE RENDAS, OS VAZIOS DEMOGRÁFICOS E A POBREZA RURAL EM MATO GROSSO DO SUL	86
3.3 DORCELINA FOLADOR: CONSIDERAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR DE MATO GROSSO DO SUL NA REGIÃO DE FRONTEIRA	91
3.3.1 Aspectos gerais do Assentamento Dorcelina Folador	93
3.3.2 Potencialidades relacionadas à cultura da Erva-Mate	98
3.3.3 Potencialidades relacionadas à produção do Leite	101
3.3.4 Agricultura Familiar e Agronegócio no Assentamento Dorcelina Folador	105
CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	115

INTRODUÇÃO

A partir da observação preliminar dos espaços “vazios”, que configurariam a faixa de fronteira; destaca-se, para fins do presente estudo, uma circunstância peculiar, a saber: as aglomerações situadas, simetricamente, ao longo dos limites internacionais, denominadas cidades-gêmeas. Esta escolha se deve, de um lado, à singularidade das interações espaciais entre estes centros, em função, mesmo, de suas características posicionais e, de outro, ao fato da ocorrência deste padrão de cidades ser uma feição marcante da região de fronteira, entre o Brasil e os países que compõem a Bacia do Prata, a saber: Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia.

Esta primeira aproximação em relação à Bacia do Prata foi motivada, em grande medida, pelo avanço do processo de constituição de um bloco supranacional – o Mercosul, englobando: a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e o Brasil. Em seguida, selecionamos um segmento específico deste espaço fronteiro, a saber: a área das cidades – Ponta Porã, no Brasil e Pedro Juan, no Paraguai. O Estado do Mato Grosso do Sul possui aproximadamente 1.200 quilômetros de fronteira com as nações: Bolívia e Paraguai; uma dúzia de municípios localizados nesta faixa limítrofe, que juntos somam mais de $\frac{1}{4}$ da área total.

Este conjunto de municípios, cidades e vilas que, aparentemente, pouco representam nas estatísticas oficiais de seus países, possuem uma dinâmica espacial própria e singular, pouco conhecida (ou ignorada). Neste campo está localizada uma gama de produtos e serviços para atendimento específico à condição de fronteira.

Ratifica essa peculiaridade: a existência de um comércio, uma pequena indústria e um amontoado de serviços, que juntos denotam características específicas, modo de articulação próprio e formas de comunicação que extrapolam os limites das interpretações sociais tradicionais; que sustentam índices de crescimento estáveis e um movimento de transeuntes muito superiores aos municípios de tamanho equivalente, distante da fronteira. Visível especificidade comprova a necessidade de estudos científicos aprofundados em parâmetros teóricos concernentes ao desenvolvimento local e territorial.

Conforme destaca MACHADO (2002), muito embora estes atores sociais estejam presos a constituição de grandes conjuntos macrorregionais e supranacionais, ao lado das crescentes exigências de uma progressiva descentralização das atividades econômicas, fazem renascer nestes, e noutros locais, novas e inesperadas possibilidades de renovação e criação de identidades, realizadas em articulações solidárias de convivência recíproca.

É necessário observar até que ponto esta parte do território do Mato Grosso do Sul estabelece processos convergentes de aprendizagem, consistindo em um *meio dinâmico*, ou em uma *região ganhadora*, segundo BENKO & LIPIETZ (1994).

Nesta perspectiva, necessário se faz entender estas minúsculas combinações, estudando, com propósitos acadêmicos, e visando desprender a posição deste território no contexto global. Com base em tais premissas, a estrutura urbana e a administrativa, bem como a condição rural refletem, respaldam e se situam no âmbito desta dinâmica pouco lembrada. Sob este prisma, procura-se analisar o funcionamento e a dinâmica de evolução dos sistemas de produção agrários, bem como conhecer as diversas categorias sociais que dirigem esses sistemas, objetivando: evidenciar suas relações com a terra, suas lógicas e estratégias no desenvolvimento agrícola regional.

Do mesmo modo, demonstram-se os resultados do conjunto de políticas públicas implementadas pelo Estado, através de sua intervenção direta na região; a partir destas, busca-se as evidências sobre as possíveis modificações sócio-econômicas e culturais nas categorias rurais.

Portanto, o trabalho reafirma a existência das especificidades dos fenômenos do meio rural nas diferentes regiões brasileiras e, em especial, nas regiões de fronteira, como no assentamento em questão, que sofre um processo de intervenção direta do Estado, bem como a ação de outros agentes sociais de origem “externa”, por se localizarem numa região limítrofe, entre dois países.

O **objeto de estudo** da presente pesquisa relaciona-se à dinâmica da Agricultura Familiar na região de fronteira, mais especificamente na região limítrofe entre Brasil e Paraguai, onde se localiza, um número significativo de cidades-gêmeas, ou seja, regiões com limites políticos bem definidos, porém, com uma dinâmica de integração tão forte, que nos remetem à questão central a ser estudada: podem se caracterizar, nestes vazios fronteiriços, um

contingente populacional e uma dinâmica comercial, cultural, e até mesmo educacional, capazes de redimensionarem as formas de interpretação do espaço político delimitador de fronteiras entre dois países?

Essa dinâmica, aparentemente decorrente de um processo de enfraquecimento das forças produtivas e reprodutivas do capital, nos grandes centros ou cidades destes países, não estariam originando novas formas de acumulação de capital, o que requer um entendimento mais profundo e, conseqüentemente, uma transformação quanto aos modelos tradicionais de se conceber o desenvolvimento regional?

E, finalmente, a agricultura familiar estaria ressurgindo, justamente em regiões à margem do centro de produção capitalista, onde se concebe a idéia de mecanização, modernização, intensificação técnica, mas que, na sua totalidade, são incapazes de absorver e abastecer um mercado interno marginalizado e que, historicamente, vem buscando novas formas de inserção neste sistema produtivo?

Constitui-se, enquanto **objetivo geral** da presente pesquisa, a compreensão da dinâmica da agricultura familiar na região de fronteira entre os países vizinhos – Brasil e Paraguai, onde o Assentamento Rural *Dorcelina Folador* servirá como caso específico, em decorrência de sua proximidade com a região fronteira, no qual localizam elementos caracterizadores e denotadores das condições sócio-econômicas da região de fronteira, onde, conseqüentemente poderão ser observados aspectos ativos da dinâmica territorial e do desenvolvimento espacial do capital.

Constituem-se como **objetivos específicos** da presente pesquisa:

- Dimensionar a economia sul-mato-grossense, dentro da economia brasileira, o processo de reforma agrária e os níveis de integração entre Brasil e Paraguai, enfocando a presença da mistura dos dois povos: os brasiguaios na fronteira.
- Analisar o conjunto de transformações sócio-produtivas presentes na região de fronteira, caracterizando sua forma de inserção no contexto territorial Brasil/ Paraguai, resgatando a forma de ocupação e utilização da terra.
- Avaliar a constituição e movimentação dos atores sociais, dentro do assentamento Dorcelina Folador, levando em consideração a Agricultura Familiar e o Agronegócio na Região de Fronteira.

Conforme já salientado, o início do processo de investigação sobre fronteira no Mato Grosso do Sul está diretamente relacionado ao trabalho de pesquisa realizado por alguns autores, em diferentes territórios.

Cabe lembrar que, a característica da realidade territorial de uma região para outra se apresenta insuficiente, diante dos acontecimentos que moldaram as relações (sociais, econômicas e políticas) entre povos e nações. Assim, **a metodologia** tem a obrigação de ser ampliada, revisada e melhorada, considerando novos pressupostos, bem como a nova arquitetura da dimensão espacial do território de fronteira.

A **metodologia** está delineada da seguinte forma:

- Coleta de dados secundários – um trabalho de sistematização das informações dispersas nos diversos Órgãos dentro da estrutura administrativa, tanto municipal, estadual, quanto federal; ou seja, esta coleta, deverá conquistar informações no âmbito das Prefeituras Municipais, como igualmente de instituições federais, (tais como IBGE, INCRA, IDATERRA, SEPLANCT) e empresas de caráter público ou privado que possuam relações com os desígnios deste projeto (Varejistas); além disto, deverá, através de uma bibliografia consistente, sistematizar informações que esclareçam a conjuntura e obedeçam a uma sistemática de compreensão das condições sistêmicas do território.
- Coleta de dados primários – Enquanto parte mais importante do trabalho, esta coleta deverá ser orientada para a consecução dos objetivos propostos, ou seja, através de entrevistas.
- Análise e interpretação de resultado – Nesta fase, será necessária a reunião das informações coletadas a campo, com a devida interpretação à luz das referências teóricas revisadas, com vistas à formação de um texto, que contará com a utilização do método histórico-crítico.

Quanto à distribuição dos capítulos, o relatório está estruturado da seguinte forma:

No primeiro capítulo, refletiu-se sobre **os assentamentos rurais em Mato Grosso do Sul e a questão das fronteiras.**

A finalidade deste capítulo relaciona-se ao estudo do desenvolvimento agrário brasileiro desde a década de 1980, levando-se em consideração: as questões de política econômica, a reestruturação da atividade produtiva, a queda na geração de emprego e renda, situações estas, que acarretaram um inchaço nos centros urbanos, resgatando a discussão sobre a reforma agrária, com o conseqüente processo de ocupação por famílias rurais. Além disso, apresenta-se desde já a significativa relação estabelecida entre Brasil e Paraguai, desde os anos da ditadura militar nestes dois países, focalizando a questão: dos fluxos migratórios, da pobreza rural, do desenvolvimento agrícola centralizador de rendas e, conseqüentemente, o surgimento das frestas oferecidas pelo comércio com a região na fronteira.

No segundo capítulo, focalizou-se **o conceito de território e fronteira**, primeiramente resgatando-se a discussão sobre a sistematização de **território** e a conceituação do **território de fronteira**, vislumbrando-se o fato de que a região em questão – Brasil em fronteira com o Paraguai se insere no contexto de desenvolvimento do modo capitalista de produção, como uma significativa abastecedora dos mercados mundiais, com o destaque para a produção de soja. Em contrapartida, o desenvolvimento da agricultura familiar denota, hoje, o reconhecível mérito depositado nos assentamentos rurais, como reorganizadores da ocupação territorial, rural e populacional.

O terceiro capítulo, concentrou-se **na agricultura familiar e no agronegócio**, associados à forma de ocupação do espaço territorial e geradores de rendas na fronteira Brasil/Paraguai, a partir do caso **Dorcelina Folador**.

Resgatando a problemática da terra, focalizou-se o planejamento público com vistas à equalização dos problemas rurais, a implementação do Assentamento Rural **Dorcelina Folador**, apresenta, em si, uma série de peculiaridades. A proximidade com a fronteira e a significativa presença de brasiguaios, são elementos que o diferem de outros assentamentos rurais, denotando a possibilidade de integração comercial, cultural e, até, familiar, entre seus membros. Além disso, fez-se necessário a discussão, em linhas gerais, sobre o **custo de implementação de um Assentamento Rural** e a capacidade de dinamização das rendas da população ali residente. Com base nestas premissas, torna-se ainda mais instigante a discussão sobre a relação entre: êxodo rural, inchaço urbano e pobreza na América Latina – particularmente o caso do Paraguai.

1 OS ASSENTAMENTOS RURAIS EM MATO GROSSO DO SUL E A QUESTÃO DAS FRONTEIRAS

1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL E NO MATO GROSSO DO SUL, A PARTIR DOS ANOS OITENTA DO SÉCULO XX

A economia brasileira no final dos anos setenta atravessou um processo de significativas contradições. De um lado, o país havia alcançado seu melhor desempenho em termos de crescimento econômico, com a implementação do I PND. De outro lado, no entanto, com o advento da crise do petróleo no ano de 1973, os rumos da economia mundial se transformaram e o Brasil adotou como estratégia a execução do II PND. É neste contexto que vultosos empréstimos são concedidos ao país, facilitando o lançamento de novos programas voltados à continuidade do desempenho econômico alcançado no período de 1968/1973, onde o Brasil atingia, em média, uma taxa de crescimento econômico superior a 10% ao ano GREMAUD (2004).

Dentro das perspectivas do planejamento econômico, estavam a necessidade do aperfeiçoamento tecnológico e a ocupação de novos eixos de integração regional, com a criação de novos Estados, dando origem, conseqüentemente, a lei que criou o Estado de Mato Grosso do Sul.

No transcorrer do lustro - 1974/1979, a economia externa, liderada pela Alemanha e pelo Japão, passou por um intensivo processo de reestruturação produtiva, fenômeno que alguns autores indicam como a Terceira Revolução Industrial, que garantiu a estes países significativo crescimento de suas economias CARDOSO & HELWEGE (1993).

É neste contexto que os EUA, após alguns anos de crescimento, rastejante em virtude da crise do Petróleo, iriam buscar a adoção de uma política econômica de transferência de recursos com vistas à alavancagem de seu processo produtivo.

Porém, ao longo de toda a industrialização brasileira – compreendida entre 1964 a 1979, o **planejamento econômico** lançou mão da transferência de poupança externa, para fazer frente às necessidades de investimento produtivo; o endividamento externo cresceu

significativamente e passou a ser renegociado pelo FMI, no final da década de setenta, justamente como mecanismo de transferência de poupança para a reestruturação produtiva norte-americana GREMAUD (2004).

Havia, na conjuntura externa, elementos bastante desfavoráveis ao Brasil, que se refletiram, de maneira regionalizada, ao longo dos anos da década de oitenta. Cabe destacar que, diante de um desequilíbrio nas contas externas, uma vez mais os setores de maior envergadura para o mercado externo foram chamados a contribuir, de maneira mais significativa, para o crescimento das exportações e, conseqüentemente, a política econômica interna buscou privilegiar as regiões que se encaixavam neste contexto. O setor, ou, o grupo de setores que mais destaque detinha no âmbito externo, ainda era fortemente concentrado em torno das matérias-primas, o que reforçaria a posição sul-mato-grossense no cenário nacional ARRUDA & SILVA & SOUZA (1997).

Retomando – a política econômica defendida pelo Ministério do Planejamento¹, no sentido de que a agricultura brasileira era fortemente prejudicada no setor externo pelo atraso tecnológico agrícola, demandaria: um processo de intensivo investimento público em pesquisa e implementação de novas tecnologias. Pode-se dizer, que o processo inaugurado durante o início do regime militar teve, não só continuidade, como também tendeu a ser reforçado ao longo dos anos oitenta, diante das adversidades da economia brasileira, em âmbito externo LANZANA (2002).

A política agrária brasileira, segundo SCHNEIDER (2003), esteve focalizada num incessante processo de mecanização e intensificação de defensivos agrícolas, o que contribuiu, significativamente, para um novo processo de êxodo rural, fortalecendo uma reconcentração das terras e um inchaço de grupos sociais às margens dos campos e das cidades, o que daria

¹ Antônio Delfim Neto, embora teoricamente ligado à escola monetarista neoclássica, ao liberalismo econômico e ao antiestatismo, utilizou-se amplamente dos instrumentos de intervenção estatal na Economia. Em 1979 assumiu o Ministério do Planejamento do governo Figueiredo. Para enfrentar a falência do “milagre”, a recessão do final da década de 70, valeu-se fundamentalmente de recursos técnicos monetaristas, enfatizando o controle dos salários como meio de combater a inflação. Com a elevação da dívida externa e, diante da impossibilidade de o país saldar seus compromissos financeiros no exterior, conduziu as negociações com os credores estrangeiros e com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em sua tese de doutoramento escreveu O Problema do Café no Brasil, onde analisa as políticas dos governos brasileiros de valorização forçada do café, e aponta as distorções que essas medidas acarretam para outros setores da economia. Defende a modernização da agricultura brasileira como forma de superação de um entrave ao desenvolvimento econômico nacional.

origem aos movimentos sociais no campo resultando a criação do MST (Movimento dos Sem Terra).

ARRUDA & SILVA & SOUZA (1997) colocam que o Estado de Mato Grosso do Sul, à época recém - criado, atravessava processos interessantes. Primeiro: no decorrer de sua estabilização como Estado ficava caracterizada sua grande vocação agrícola, com vistas ao abastecimento interno. Segundo: o insuficiente desenvolvimento de suas potencialidades e, conseqüentemente, a também, insuficiente integração na economia nacional, se deve ao fato de que o processo de desenvolvimento nacional se concentrou, basicamente, no litoral².

Figura 1.1 – Área ocupada pelos cerrados



Fonte: Embrapa (1999)

A partir da análise da Figura 1.1 que trata da área ocupada pelos cerrados, é possível perceber a grande importância econômica do Brasil Central (Mato Grosso, Mato Grosso do

² No século XX, segundo ARRUDA et alli (1997), o primeiro grande movimento de integração do Brasil Central se deu na década de 40, quando Getúlio Vargas implantou dois importantes projetos de reforma agrária – um, em Ceres – Goiás, em 1941, onde se instalou a Colônia Agrícola Nacional de Dourados, para onde se deslocaram grandes contingentes populacionais, particularmente de nordestinos. O segundo deu-se na virada da década de 50 para 60, quando o governo de Juscelino Kubistcheck construiu Brasília no Planalto Central e, logo depois, construiu também a rodovia Belém-Brasília.

Sul e Goiás), tendo em vista a fertilidade dos solos utilizáveis para a plantação de diferentes culturas agrícolas, denotando assim o interesse estratégico em se ocupar e desenvolver esta região.

Tabela 1.1 – Evolução das áreas de pastagens e de lavouras (em mil hectares)

Anos	Área de pastagens						Área utilizada para lavoura		
	Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Sudeste	Sul	Centro-Oeste
	Total	Plantada	Total	Plantada	Total	Plantada			
1970	44.734	10.633	21.613	3.637	55.483	9.073	9.601	11.028	2.403
1975	47.277	11.559	21.160	4.438	61.310	15.289	10.432	12.991	4.350
1980	43.638	16.185	21.313	5.634	67.665	24.665	12.116	14.571	6.480
1985	42.487	16.713	21.432	6.142	69.895	33.549	13.562	14.523	7.701
1995/1996	37.777	20.453	20.697	7.017	73.842	50.597	10.594	12.306	6.844

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário (1996)

Conforme coloca REZENDE (2002), a incorporação agrícola do cerrado sob a nova tecnologia, que teve início na década de 1970 e vem se mantendo em ritmo acelerado desde então, deve ser vista como um fenômeno estreitamente associado a essa “produção do solo” e ao conseqüente baixo preço da terra nas regiões de cerrado *vis-à-vis* as demais regiões do Centro-Sul.

A Tabela 1.1 mostra que a expansão agrícola do cerrado tem apresentado padrões tão claramente concentradores, como indicado pela fraca absorção de mão-de-obra e pela estrutura agrária, baseada na produção em grande escala. REZENDE (2002), argumenta que a explicação disso deve ser buscada nas características peculiares da dotação de recursos naturais, na tecnologia e no próprio baixo preço da terra, e não em supostas políticas públicas inadequadas, e ao contrário do que comumente se pensa, as terras de cerrado não são passíveis de utilização na política de assentamentos de reforma agrária do governo³.

³ Segundo GOODMAN (1978), que atribuiu às políticas públicas, especialmente ao crédito, a culpa pelo padrão concentrador do moderno desenvolvimento agrícola do cerrado, já no seu período inicial, objeto de análise do autor. O fato, contudo, é que as políticas, especialmente o crédito, mudaram dramaticamente ao longo da década de 1980, e o padrão concentrador se manteve intacto, mostrando que fatores mais fundamentais, ligados aos recursos naturais, à tecnologia e ao baixo preço da terra, é que, desde o início, já ditavam os rumos do desenvolvimento agrícola no cerrado.

Assim, a região do Brasil Central despontava como forte promissora a um desenvolvimento integrado e equilibrado; porém, o decorrer da década de oitenta delineou traços que transformaram o caminho de Mato Grosso do Sul.

Como primeiro elemento, pode-se destacar que a vocação agrícola foi perseguida à medida em que as culturas tradicionais foram passando por um processo de desaparecimento. Tal processo é decorrente da combinação das políticas voltadas à transferência de recursos para setores chave no comércio externo, combinados com a política de desenvolvimento tecnológico para o campo. Neste sentido, as culturas tradicionais ou de subsistência, cultivadas em pequenas ou médias propriedades, foram sendo lentamente absorvidas pelo grande latifúndio ARRUDA & SILVA & SOUZA (1997).

Em segundo – cabe destacar a importância dos fluxos migratórios neste processo. Não apenas Mato Grosso do Sul, mas todo o país integrado na agricultura moderna, sofria com o processo de reconcentração de terras, sendo que: São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná – locais onde tradicionalmente prevaleciam baixos níveis de concentração de terras, passaram a caracterizar redução das pequenas e médias propriedades, em benefício à grande eficiência do latifúndio BATISTA (1990).

O Estado de Mato Grosso do Sul, a partir da década de oitenta, recebeu significativas levas de migrantes⁴ gaúchos, que recebiam terras concedidas pelo Governo Federal e passariam anos, mais tarde, a reproduzir o sistema de agricultura moderna, já existente em outras regiões do país.

Em terceiro – pode-se dizer que boa parte do excedente populacional migrante do Sul não adquiriu terras e sequer emprego, mas serviu de maneira significativa para cumprir a meta da proteção fronteiriça: este contingente populacional foi sendo paulatinamente absorvido pelo Paraguai, diante da promessa de terras próprias para a produção agrícola BATISTA (1990).

⁴ Para GRESSLER & SWENSSON (1988), a partir da década de 60, a população do sul de Mato Grosso, praticamente, triplicou. Este aumento foi provocado, em grande parte, por levas de agricultores provenientes da região Sul do País, principalmente do Rio Grande do Sul, que vieram somar-se à população já instalada, formada por: nordestinos, imigrantes japoneses, paraguaios. Os nordestinos, geralmente de família numerosa, dedicavam-se à agricultura de pequeno porte. Os paulistas, catarinenses e paranaenses, dedicaram-se às atividades vinculadas à agricultura, como o comércio. O gaúcho, atraído pelo preço das terras, trouxe uma grande influência cultural, uma tradição agrícola de alto nível e técnicas esmeradas no tratamento do solo, dedicando-se ao cultivo da soja, do trigo e do arroz.

Dentro ainda do contexto de desenvolvimento agrário brasileiro e sul-mato-grossense, deve-se destacar a dinâmica econômica ao longo dos anos oitenta e início dos anos noventa, em linhas gerais.

Tabela 1.2 – Estrutura Fundiária em Mato Grosso do Sul (1980-1996)

Grupo de Área Total	Período					
	1980		1980		1981	
	estabelec.	área	estabelec.	área	estabelec.	área
0 - 20	18.731	142.695	20.618	145.354	14.240	112.037
20 - 100	11.247	499.929	13.048	589.710	12.683	564.807
100 - 1000	12.034	4.489.243	14.674	5.406.314	15.423	5.992.676
1000 - 5000	4.565	9.658.768	5.056	10.618.680	5.803	11.983.312
5000 - 10.000	751	5.167.478	702	4.825.928	690	4.694.074
Mais de 10.000	506	10.785.618	457	9.522.824	409	7.595.866
sem declaração	109	-	76	-	175	-
Total	47.943	30.743.731	54.631	31.108.816	49.423	30.942.772

Fonte: IBGE/Censos Agropecuários (1980/1985/1996)

O processo de ocupação do território de Mato Grosso do Sul sempre acompanhou os ciclos econômicos do País, com a expansão das atividades econômicas, como a mineração e as fazendas de gado. A ocupação das fronteiras agrícolas em áreas de matas e, recentemente, em áreas de cerrado, provocou atração de contingentes populacionais advindos de outras regiões, que se acentuou a partir da década de 40, com o crescimento da ocupação das terras voltadas, principalmente, para a criação extensiva de gado, atividade que predominou até a década de 60.

Tendo como parâmetros dados fornecidos pelo IBGE (1996) pode-se considerar que:

a) No período de 1940-1950, a estrutura fundiária do Estado era concentradora de áreas, tanto que as propriedades com menos de 100 ha (37,5% dos estabelecimentos rurais) ocupavam apenas 0,6% da área total das propriedades. No que se refere às propriedades entre 100 e 1.000 ha, representavam 71% dos estabelecimentos rurais e 7% da área, ao passo que as propriedades com mais de 1.000 ha representavam 29% dos estabelecimentos rurais e 93% da área.

b) A partir de 1960, a estrutura fundiária começou a apresentar sinais de mobilidade, passando a sofrer alterações em todos os estratos de áreas, acentuando ainda mais a concentração de terras, verificada em décadas anteriores.

As maiores alterações ocorreram nas propriedades com menos de 100 ha, que passaram a representar 76% das propriedades e 2% da área total dos estabelecimentos rurais. Já, nos estabelecimentos rurais entre 100 e menos de 1.000 ha, representavam 90% das propriedades rurais e 11% da área, e os estabelecimentos com mais de 1.000 ha representavam 10% das propriedades e 89% da área.

c) Durante a década de 70 não houve, praticamente, inversão expressiva na já concentrada estrutura fundiária do Estado, permanecendo a concentração de maior número de propriedades, com área no intervalo de 100 ha a 1.000 hectares, e maior concentração de áreas em propriedades com mais de 1.000 ha, com tendência de redução de área, e número de propriedades com dimensão inferior a 100 ha.

d) No período entre 1980 e 1985, verificou-se uma pequena redistribuição de terras para as propriedades com área inferior a 1.000 há – 89% das propriedades, e ocupando uma área representativa de 19%. Por outro lado, as propriedades com área inferior a 100 ha tiveram sua participação reduzida, de 78% em 1970 para 62% no período de 1980/85, tendo também sofrido redução na área ocupada, passando de 3% em 1970 para 2% em 1980/85. Nas áreas acima de 1.000 ha, no período 1980/85, observa-se uma pequena evolução no número de propriedades em relação a 1970, passando de 8% para 11% em 1980/85, sofrendo redução na área ocupada, passando de 86% em 1970 para 81% em 1980/85, conforme demonstram os dados da Tabela 1.2.

O Censo Agropecuário de 1996 demonstra que vem se acelerando, nos últimos anos, a diminuição das pequenas propriedades com menos de 100 ha, que passaram de 33.666 em 1985, para 26.923 propriedades em 1996, sofrendo redução de 7% na participação em termos de área no Estado, resultando na diminuição de 58.220 ha nessa estratificação. O principal ganho em número de propriedades e áreas vem acontecendo nas empresas rurais que estão na estratificação de 1.000 ha a 5.000 ha, tendo aumentado sua participação de 9, 2, % em 1985 para 11,7% em 1996, no total de propriedades, e de 34,1% para 39,0%, em relação à área ocupada no Estado.

Do ponto de vista da política econômica brasileira pode-se dizer que o período de 1979/1985 apresentou dificuldades em suas contas externas. A taxa de crescimento do produto

interno era insuficiente⁵ e os setores agrários não alcançavam grande êxito em termos de balança comercial. Além disso, do ponto de vista político, já existia uma lenta transição para o regime civil, o que implicava também em uma lentidão quanto à tomada de decisões político-econômicas.

A partir da crise cambial do México em 1982, começava a “crise da dívida externa”, que atravessaria toda a década de oitenta e adentraria os anos noventa. Do ponto de vista técnico-econômico, conforme ressalta FILGUEIRAS (2000), a argumentação do FMI, para explicar a crise, era de que os países periféricos estavam em dificuldades, porque consumiam além de suas capacidades produtivas, obrigando-os a importar a diferença entre consumo e produção, o que por sua vez, implicava em grandes déficits na conta de transações correntes e no endividamento externo, como forma de equilibrar seus balanços de pagamentos.

Tabela 1.3 – Inflação, PIB e Taxa de Investimento nos governos Figueiredo e Sarney.

Ano	Inflação (em %)	Taxa de Crescimento do PIB (em %)	Investimento Interno Bruto (em %)	Governo
1980	100,2	9,3	22,9	Figueiredo
1981	109,9	-4,3	24,3	
1982	95,4	0,8	23	
1983	154,5	-2,9	19,9	
1984	220,6	5,4	18,9	
1985	225,5	7,8	18	Sarney
1986	142,3	7,5	20	
1987	224,8	3,5	23,2	
1988	684,5	-0,1	24,3	
1989	1320	3,2	26,9	

Fonte: FGV/Conjuntura Econômica (abril/1999)

Elaborada por FILGUEIRAS (2000)

O resultado para o Brasil foi um período de estagnação, que durou quase toda a primeira metade da década de oitenta (Governo Figueiredo), com quedas de 4,3% do PIB – em 1981, e

⁵ Para FILGUEIRAS (2000), a crise do modelo de Substituição de Importações só se explicitou na década de 1980, na esteira da crise da dívida externa que alcançou todos os países da periferia. Do ponto de vista político, foi uma década “ganha”, marcada pelo fim do Militarismo, à volta das eleições diretas para Presidente, a ascensão do sindicalismo e dos movimentos sociais.

de 2,9 % - em 1983, e redução das taxas de investimento, com destaque entre 1981 e 1985, conforme dados da Tabela 1.3.

No decorrer do período de 1986/1989 (Governo Sarney), a situação começa a se transformar. Com o fim do regime militar e com o reconhecimento dos problemas sociais e econômicos que atingiam o país, o cenário era de propostas político-econômicas voltadas: a alavancagem do produto brasileiro no mercado externo; ao combate do processo inflacionário e à abertura econômica, a qual só seria possível após a renegociação da dívida externa.

Porém, apesar de significativos esforços a inflação não recrudescceu, o setor agroexportador e o setor financeiro nacional reproduziam-se proporcionalmente mais do que o setor produtivo nacional, em detrimento à renda e ao emprego, não só no setor industrial, como também no setor rural. O Estado de Mato Grosso do Sul recebia os mesmos reflexos, com um nível de crescimento elevado, porém altamente centralizado.

Foi uma época de grandes superávits na Balança Comercial, com a queda das importações e a elevação das exportações, e de grandes remessas de capitais para fora do país, como se pode observar na Tabela 1.4.

Tabela 1.4 – Balança Comercial – 1980-1989

Ano	Exportações	Importações	Saldo	Governo
1980	20,1	23	-2,9	Figueiredo
1981	23,3	22,1	1,2	
1982	20,2	19,4	0,8	
1983	21,9	15,4	6,5	
1984	27	13,9	13,1	
1985	25,6	13,2	12,4	Sarney
1986	22,3	14	8,3	
1987	26,2	15,1	11,1	
1988	33,8	14,6	19,2	
1989	34,4	18,3	16,1	

Fonte: SECEX (1999)

Elaborada por FILGUEIRAS (2000)

A partir da década de noventa, diante de um novo cenário internacional que apontava a retomada do crescimento produtivo norte-americano, a busca de novos parceiros comerciais

para fazer frente à formação de blocos econômicos fortes, como o Mercado Comum Europeu, começa, na América Latina, um intenso conjunto de planos de estabilização econômica, voltado sobretudo, ao combate do processo inflacionário, à renegociação de dívidas externas destes países e, é claro, à abertura comercial CARDOSO & HELWEGE (1993).

Assim, uma primeira tentativa de abertura comercial foi apresentada durante o governo Collor, que geraria dois reflexos: de um lado – a constatação de que a competitividade brasileira, em termos externos estava baixa, sendo necessários esforços significativos para a retomada do crescimento industrial e, de outro – esta política combinava elementos favoráveis ao combate do processo inflacionário GREMAUD (2004).

Logo em seguida, com a implementação do Plano Real, a economia brasileira conseguiria atingir a estabilidade econômica, através do controle da inflação, com reflexos significativos para a entrada de capitais externos no país. Estes elementos são relevantes, à medida que iriam causando transformações, do ponto de vista regional.

Na Tabela 1.5, pode-se avaliar o grau de concentração fundiária, segundo cada unidade da Federação. Um dos pontos de destaque diz respeito à forte participação do número de pequenas propriedades: os estabelecimentos com área menor que 20 hectares, ou seja, aqueles que sofrem grande dificuldade para se viabilizarem, se explorados com tecnologia convencional ou fora do contexto de associações ou cooperativas. Nessa categoria estão quase 3.104 mil estabelecimentos, ou seja, 64% do número total, mas representam, apenas, 3,3% da área total dos estabelecimentos. Quando se analisa a linha que diz respeito à situação de Mato Grosso do Sul observa-se a seguinte situação: na categoria de estabelecimentos com área inferior a 20 hectares, estão cerca de 15 mil (estabelecimentos), o que significa cerca de 28% do número total, mas representa apenas 1,6% da área total de estabelecimentos.

Com dados do Censo do IBGE, verifica-se que houve um encolhimento na quantidade de estabelecimentos e de empregos no meio rural. Durante dez anos considerados, cerca de um milhão de estabelecimentos desapareceram. Em 1985, havia 5.801 mil estabelecimentos; já em 1995, este número caiu para 4.859 mil.

Tabela 1.5 – Número de Estabelecimentos Agropecuários

Estado	Um a menos de 5 hectares	5 a menos de 20 hectares	20 a menos de 1000 ha.	100 a menos de 1.000 ha.	Acima de 1.000 ha.	Total
Acre	2.587	3.386	11.636	5.860	319	23.788
Alagoas	79.923	21.570	9.868	3.487	190	115.038
Amapá	700	461	887	1.152	75	3.275
Amazonas	29.581	27.914	20.364	4.910	253	83.022
Bahia	292.771	207.419	153.296	41.874	3.563	698.923
Ceará	206.375	68.281	46.855	16.871	835	339.217
Distrito Federal	498	780	721	429	31	2.459
E. Santo	12.151	26.797	27.956	6.102	202	73.208
Goiás	6.336	16.997	44.266	38.728	5.437	111.764
Maranhão	262.207	20.188	49.065	20.796	1.681	353.937
M. Grosso	5.817	10.322	30.738	23.861	8.011	78.749
M. Grosso do Sul	5.864	8.376	12.683	15.423	6.902	49.248
Minas Gerais	102.675	146.422	166.827	75.805	4.529	496.258
Pará	47.453	39.077	82.743	34.476	2.450	206.199
Paraíba	80.246	37.143	20.886	7.760	420	146.455
Paraná	84.260	156.159	102.506	25.432	1.450	369.807
Pernambuco	150.184	63.488	34.669	9.703	439	258.483
Piauí	118.518	32.708	38.915	15.683	1.174	206.998
Rio de Janeiro	20.611	15.351	12.482	5.011	200	53.655
Rio Grande do Norte	46.952	20.203	17.158	6.171	492	90.976
Rio Grande do Sul	70.744	198.140	126.700	30.727	3.072	429.383
Rondônia	11.252	14.283	35.664	14.874	881	76.954
Roraima	866	305	2.844	2.810	570	7.395
Santa Catarina	34.669	97.844	61.985	8.231	508	203.237
São Paulo	38.272	68.750	77.490	31.162	2.086	217.760
Sergipe	66.815	18.767	10.302	3.061	113	99.058
Tocantins	1.727	2.606	15.564	19.565	3.475	42.937
Brasil	1.780.054	1.323.737	1.215.070	469.964	49.358	4.838.183

Fonte: IBGE/Censo Agropecuário (1996)

A principal razão, segundo SANTO (2001), para mais de setenta anos de discussão acirrada sobre a questão fundiária, é a extrema concentração fundiária. Para ele o índice de Gini⁶ ajuda a compreender esta situação. No caso brasileiro, o índice é de 0,84, sendo que na Europa, a aplicação do mesmo coeficiente gera, como resultado, um índice em torno de 0,42.

Neste sentido, a estrutura agrária nacional foi sendo paulatinamente centralizada, configurando novas relações entre o setor agrário e os setores industriais, que passavam a integrar e internalizar o desenvolvimento de setores agroindustriais, determinando relações de produção, cada vez mais, nos moldes da grande indústria capitalista: com elevados níveis de produtividade, graças ao incremento tecnológico e altamente poupadora de mão-de-obra, aumentando significativamente o exército de reserva na sociedade.

Para SANTO (2001), durante décadas, megapropriedades serviram mais como reserva de valor e/ou para afirmação de poder político e econômico, do que para garantir produção e produtividade, desconsiderando sua função social.

A Lei 4.504/64, conhecida como **Estatuto da Terra**, que há quarenta anos vem buscando a valorização desse princípio, o que enfatiza a idéia de que o problema não está na falta de legislação, mas na forma como ela vem sendo aplicada. Torna-se clara a evidência de que os conflitos agrários existentes há muito tempo na estrutura deste país, só tenderam a se aprofundar, ao longo do período em questão, o que exigiria do governo medidas eficazes para atenuar os conflitos de terra, em todo o país⁷.

O tema referente à posse e ao uso da terra é uma questão de poder político, além de econômico, que remonta a algumas figuras históricas:

⁶ Medida de concentração, aplicável à propriedade fundiária. O coeficiente de Gini é medido pela relação ou fórmula geral,

$$G = 1 - \sum_{i=1}^n (Y_i + Y_{i-1}) (X_i - X_{i-1}), \text{ sendo } X_i, \text{ a porcentagem acumulada da população (proprietários de terra);}$$

Y_i , a porcentagem acumulada de área; e n , o número de extratos de área. Aumentando a concentração da propriedade fundiária, o índice ou coeficiente de Gini se aproximaria de 1 refletindo o aumento da concentração.

⁷ Nos Estados Unidos, por exemplo, a questão da terra foi equacionada ao longo do século XIX, antes do processo de industrialização do país. A enorme área no meio-norte, compreendendo os melhores solos, conhecida como “corn belt”, teve uma ocupação baseada numa estruturação fundiária planejada. Glebas – com menos de 150 acres, foram vendidas a preços pouco mais que simbólicos, ao longo de uma grande faixa de terras, desde o estado de Michigan até o Arkansas. A cada 5 Km, construía-se uma escola e uma igreja. Assim, todos tinham acesso a essas duas atividades básicas de sua cultura, sem grande esforço de deslocamento. Mais tarde, as glebas foram aumentando de tamanho, até chegar ao tamanho médio atual da ordem de 400 hectares, que é o mais adequado para lavouras de grãos com equipamentos modernos. HENDERSEN (1996)

a) a institucionalização do “coronel” – com poderes de polícia em jurisdição definida, substituindo a presença do Estado, que se declarava incapaz de prestar esse indispensável serviço de natureza pública, pelo interior do país;

b) a “meação” – mediante a qual, troca-se o direito de plantio, pelo pagamento de parcela da produção; e a concessão do “direito” de plantar, em troca de pagamento com serviço nas terras do proprietário.

Outro ponto importante diz respeito à revolução tecnológica. O ritmo de comercialização, em vigor, requer rotatividade mais rápida no ciclo de produção-comercialização. Como salienta GASQUES & VERDE (1997), a produtividade do trabalho tornou-se variável importante, conforme ocorrera no meio urbano. Os custos referentes às obrigações trabalhistas, praticamente inviabilizaram o modelo antigo das grandes fazendas com elevado número de trabalhadores e outras formas de agregados.

Por outro lado, salienta ALVES (2000), os pequenos estabelecimentos têm dificuldades para incorporar novas tecnologias e equipamentos, os quais exigem nível de produtividade e escala mínima de produção.

Os pequenos produtores, que não acompanham as transformações tecnológicas, são rejeitados pelo mercado e derivam para um modelo de subsistência, com baixa produtividade e renda. Suas chances de competir aumentam quando ingressam na trilha do associativismo e do cooperativismo, onde podem usufruir, em grupo, das inovações tecnológicas.

A grande diversidade destes problemas agrários tem induzido a sociedade a cobrar uma solução bastante salutar: uma expressiva Reforma Agrária.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o processo de reforma agrária foi retomado, aumentando significativamente o número de assentamentos em todo o país⁸ e criando financiamento para o próprio setor, como foi o caso do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Portanto, não se pode modificar a questão fundiária, levando-se em conta apenas uma variável: a terra. Sua importância diminuiu como condição viabilizadora do desenvolvimento

⁸ SANTO (2001), estima que o custo total para assentar uma família é de aproximadamente R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais). No período de 1995/2000, foram desapropriados 18,6 milhões de hectares. O número de famílias assentadas alcançou os 430 mil a um custo total aproximado de R\$ 16,4 bilhões

rural. A utilização de tecnologia mais produtiva, capaz de acompanhar o padrão de produtos e custos atuais, além da inserção no processo de comercialização passam a ser fatores decisivos⁹.

Cabe destacar o papel do Estado de Mato Grosso do Sul neste conjunto de transformações. Primeiramente, é evidente o reflexo das transformações nacionais se fizeram presentes do ponto de vista regional e, na medida em que a economia buscava melhores resultados, alcançava novos níveis de desempenho tecnológico e, conseqüentemente, redução dos postos de trabalho ARRUDA & SILVA & SOUZA (1997).

Porém, este processo, em Mato Grosso do Sul, atravessa algumas peculiaridades: via de regra, o desenvolvimento industrial de setores tradicionais, absorve o excedente de mão-de-obra dos campos. Como o Estado, ainda hoje, é pouco industrializado, este excedente populacional tende a vagar em busca de novas ocupações que, via de regra estejam relacionadas ao setor agrário.

A partir dos dados da Tabela 1.6, sobre a distribuição de empregos no Estado de Mato Grosso do Sul pode-se observar que nos últimos cinco anos prevaleceu uma tendência à geração de postos de trabalho nos setores que compreendem os Serviços, Administração Pública e Comércio são responsáveis por mais da metade das ocupações geradas no Estado.

Tabela 1.6- Distribuição de empregos, por setores, em Mato Grosso do Sul

Setores/Anos	1999	2000	2001	2002	2003
Ind. Transformação	10%	10%	10%	11%	17%
Serviços Indiretos	1%	1%	1%	1%	1%
Construção Civil	3%	4%	4%	4%	2%
Comércio	17%	17%	17%	18%	21%
Serviços	25%	28%	24%	23%	23%
Adm. Pública	30%	26%	30%	30%	27%
Agropecuária	14%	14%	14%	13%	9%
Total	100%	100%	100%	100%	100%

Fonte: IBGE (2005)

Nota: dados extraídos da base de dados do IBGE, através do aplicativo SIDRA

⁹ A situação era bem diferente até a metade do século XX. Uma família rural, com numerosos filhos, numa economia pouco monetizada e sem profusão de bens de consumo, sobrevivia com nível de vida razoável para a época. A força de trabalho produzia o suficiente e em variedade para alimentar a todos e garantir pequenos excedentes. SANTO (2001)

Embora a base da economia ainda se encontre no setor agrário, o mesmo é responsável por uma média de 14% dos postos de trabalho gerados, sendo que durante os anos de 2002 e 2003 apresentou tendências consecutivas à queda, respectivamente 13% e 9%, o que denota a transformação produtiva do setor.

Observa-se que a ocupação rural, ou ainda, a busca de novas terras para ocupação, cumpre papel fundamental na estruturação desta região. Assim, na medida em que o processo de reforma agrária foi avançando, o número de assentamentos rurais, no Estado de Mato Grosso do Sul, tendeu também a crescer e tal proposição deve ser compreendida, a partir da observação de alguns processos que se desenvolveram ao longo dos anos, nesta região, em virtude de políticas anteriores e de sua proximidade com as fronteiras vizinhas.

A agricultura brasileira, assim como a sul-mato-grossense, nos últimos cinquenta anos, vem atravessando um forte processo de modernização, gerando uma proletarização dos camponeses, através da sua expropriação como produtores independentes, convertendo-os a uma situação de extrema instabilidade em suas rendas.

Segundo SILVA (2004), a instalação da agricultura empresarial no Estado de Mato Grosso do Sul, teve como pólo o município de Dourados, expandindo-se para outras regiões, ocupando todo o território sul-mato-grossense na década de noventa do século XX. SANTOS (2000), considera o processo de reorganização do espaço agrário, em três momentos distintos:

1. A mudança da base técnica, a partir do final da década de cinquenta, com a intensificação do uso de insumos artificiais, em detrimento aos naturais, com a difusão de inovações químicas, como: fertilizantes, agroquímicos, corretivos e, mecânicos, como: tratores, arados, colheitadeiras.
2. O segundo momento é caracterizado por volta da década de sessenta, quando se tem a apropriação do processo de produção agropecuária brasileira, por grandes corporações. Nestas duas fases, o desenvolvimento da agricultura passa a girar em torno de um padrão de acumulação industrial, conhecido como CAI's (Complexos Agroindustriais), com núcleos emergentes em todo o Brasil¹⁰. Este momento também coincide com a exclusão da agricultura familiar.

¹⁰ Pode-se observar como medida expressiva do aumento da produtividade o seguinte aspecto: enquanto na agricultura nômade um hectare produz alimento básico para uma pessoa, na agricultura tradicional a taxa se eleva

3. A terceira fase, caracterizada pela reestruturação produtiva da agropecuária, em meados da década de setenta, onde se observa um processo de integração de capitais, a partir da centralização dos capitais industriais, bancários, agrários, com a expansão das sociedades anônimas, cooperativas agrícolas, empresas integradas verticalmente (agroindustriais ou agrocomerciais), bem como a organização de conglomerados empresariais, por meio de fusões, organizações em holdings, cartéis e trustes, com atuação direta nos Complexos Agroindustriais.

Toda esta transformação já se fazia presente no Estado de Mato Grosso do Sul, em fins dos anos setenta e ao longo dos anos oitenta, com a ocupação de cooperativas em municípios, como: Dourados, Ponta Porã, Sidrolândia, São Gabriel, Chapadão do Sul, Campo Grande, focalizando a magnitude da economia rural. O Banco Financial, como cita SILVA (2004), de família abastada e tradicional do Estado, ocupa um lugar de destaque nesse novo cenário rural.

Tem-se a criação do primeiro curso de Agronomia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, em Dourados, formando técnicos, de acordo com a demanda de mercado; por outro lado, deixava-se indícios da transformação dos agricultores familiares, em meros empregados excluídos do moderno sistema agrícola, agravando-se a situação nos poucos assentamentos da época e, nas populações segregadas, como: quilombolas e aldeias indígenas.

Cabe a sintetização, quanto ao fato de que as políticas públicas implementadas procuraram aumentar o nível de produção e produtividade agrícola; mas, paradoxalmente foram incapazes de observarem o crescimento da miséria e exclusão social, nos campos de Mato Grosso do Sul.

para quatro a seis pessoas, na agricultura moderna a produção de cereais chega a alimentar 20 a 25 pessoas por hectares/ano. Segundo estatísticas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), cada fazendeiro norte-americano, produziu alimentos para 77,5 pessoas em 1980 e no Brasil esse número cai para menos de 50 pessoas. SILVA (2004).

1.2 O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES DE FRONTEIRA: A PROBLEMÁTICA DOS BRASIGUAIOS

A partir das considerações sobre o desenvolvimento nacional e regional, cabe destacar um processo paralelo e de profundas repercussões do ponto de vista estratégico e comercial: as relações brasileiras com o Paraguai.

Cabe destacar que as relações comerciais recentes (a partir do ano de 1991), são reflexo direto do avanço das relações políticas e sociais nestes países, como se pode perceber da análise do MERCOSUL¹¹ (Mercado Comum do Cone Sul), que tem como objetivo a integração comercial entre: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Os números apresentados pela Tabela 1.7 indicam o significativo peso em termos de exportação e importação para os países do Grupo, sendo destaque o grande volume de importações provenientes do Paraguai, o que denota laços de proximidade comercial, cultural ou até mesmo familiar entre as regiões vizinhas.

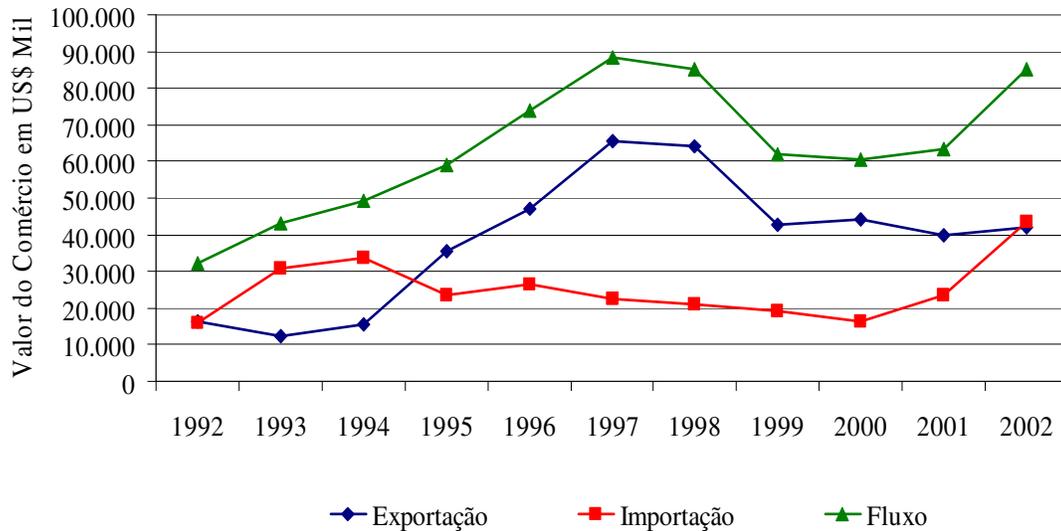
Tabela 1.7 – Evolução do Comércio do Mato Grosso do Sul com o Mercosul (US\$ mil FOB)

País		Anos										
		1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
EXPORTAÇÃO	Argentina	12.145	5.567	7.217	15.228	22.872	41.208	30.286	17.407	22.427	18.860	27.722
	Paraguai	4.004	4.302	7.381	9.217	12.848	10.151	9.136	6.681	7.846	8.896	7.661
	Uruguai	10	2.548	1.003	10.978	11.406	14.395	24.690	18.564	13.817	12.214	6.468
	Total	16.159	12.417	15.601	35.423	47.126	65.754	64.112	42.652	44.090	39.970	41.851
IMPORTAÇÃO	Argentina	5.155	1.085	5.267	9.880	14.387	6.345	6.280	10.122	1.901	4.045	5.617
	Paraguai	10.879	29.714	28.312	13.581	9.526	14.934	13.094	9.085	24.401	18.921	35.204
	Uruguai	0	0	0	0	2.695	1.223	1.657	158	77	418	2.499
	Total	16.034	30.799	33.579	23.461	26.608	22.502	21.031	19.365	16.379	23.384	43.320
TOTAL DO FLUXO		32.193	43.216	49.180	58.884	73.734	88.256	85.143	62.017	60.469	63.354	85.171

Fonte: MDIC/SECEX (2004)

¹¹ Para DELGADO [et al] (1996), a América Latina, ao longo dos anos noventa, passa a representar peso no conjunto das exportações e importações realizadas pelos países do Mercosul, fato este, justificável diante do quadro de distanciamento nos níveis de acumulação observados ao longo da década de oitenta, entre os países do hemisfério norte e os países do hemisfério sul, reforçando a idéia da formação de blocos econômicos regionais.

Figura 1.2 – Evolução das relações comerciais do Mato Grosso do Sul com o Mercosul



Fonte: MDIC/SECEX (2004)

A Figura 1.2 destaca a evolução das exportações de Mato Grosso do Sul para os Países componentes do Mercosul, principalmente entre os anos de 1997/1999, sendo que a tendência mais recente denota o equilíbrio entre exportações e importações.

É importante destacar que, muito embora, o Paraguai tenha proximidade comercial com o Brasil, possui aspectos endógenos particulares. Para uma melhor compreensão do assunto, faz-se necessária algumas breves considerações sobre o desenvolvimento do Paraguai ao longo da ditadura Stroessner, momento determinante na aproximação entre Brasil e Paraguai, o que, segundo alguns autores, representaria um novo tipo de hegemonia: o da economia brasileira, em relação à paraguaia.

Porém, estes fatores ou condicionantes externos, muito embora simplifiquem a explicação sobre o processo de integração, não são suficientes para que se compreenda a verdadeira face da integração entre estes dois países e que melhor se espelha na dinâmica de suas regiões fronteiriças, onde, sem sombras de dúvida, registram-se os aspectos internos que aproximam as duas regiões.

Nos anos sessenta, o Paraguai passou por planos de desenvolvimento rural integrado, por políticas econômicas ausentes de um maior intercâmbio regional e sem grandes obras de infra-

estrutura o que acarretou, nas últimas três décadas, uma profunda discrepância entre as regiões de fronteira e as regiões do interior do Paraguai.

Segundo MASI et alli (2000), nos anos sessenta e setenta, o Paraguai tinha planos de Desenvolvimento Regional, como “Eje Esta”, com um grande impacto sobre a economia. Desde então a ênfase da política econômica foi fortemente dirigida a lograr equilíbrios macroeconômicos através do uso de políticas fiscal, monetária e cambial.

A partir da abertura política do ano de 1989, o governo estava para recuperar a estabilidade macroeconômica¹², tendo em vista a grande atenção dada aos crescentes déficits das autoridades públicas.

Como anteriormente colocado, tanto em termos produtivos quanto em termos populacionais, a situação do desenvolvimento regional paraguaio é díspare. A principal atividade das regiões do interior é a agropecuária voltada ao consumo interno, enquanto a agropecuária na região de fronteira está relacionada ao mercado de países vizinhos e ao mercado externo.

A partir da análise da Figura 1.3, observa-se que, em 1972, a distribuição do PIB *per capita* situa-se nas regiões fronteiriças com a Argentina, Bolívia e Brasil, com uma média de US\$ 418 (quatrocentos e dezoito dólares) de rendimento.

Já em 1982, a distribuição do PIB *per capita* sofre poucas variações, mas muda para a região de fronteira com o Brasil, tendo uma média de US\$ 2.222 (dois mil duzentos e vinte e dois dólares) de rendimento.

Finalmente, em 1992, a distribuição do PIB *per capita* avança totalmente em direção à fronteira com o Brasil e Argentina, concentrando-se em oito Departamentos, com uma média de US\$ 1.992 (mil novecentos e noventa e dois dólares), o que demonstra a grande disparidade entre a região fronteira e o restante do País.

¹² A nova constituição de 1992 introduziu um mandato de descentralização governamental e, em consequência, instauraram-se 17 Governos Departamentais, que poderiam ter facilitado a execução de planos de desenvolvimento local.

área da segurança continental. A empresa Itaipu Binacional concretizou as relações diplomáticas entre os dois países e suas ditaduras¹⁴.

Além disso, para garantir a segurança continental, impunha-se ocupar uma área de 121.889 Km², o que equivale a 33% do território paraguaio, com uma população de 1.120.000 habitantes (45% da população total). Em outras palavras, este projeto aumentou consideravelmente o número de brasiguaios (brasileiros que buscam terras para a sobrevivência camponesa, no Paraguai), que serviram como forma de defesa dos “interesses imperialistas”, como destaca BATISTA (1990).

Com um excelente nível de fertilidade dos solos, as terras paraguaias eram utilizadas pelos brasiguaios com o intuito de exploração das florestas virgens, garantindo, assim, algum dinheiro para o início da atividade agrícola. Porém, devido à intensificação no uso de capital para investimento em tratores e moto-serras, muitos brasiguaios vendiam toda a sua parte da terra, pela metade do preço, deixando para o madeireiro o corte e transporte e, é claro, a terra para a agricultura.

O incentivo à produção de madeira, via legal permitia o surgimento de serrarias e especuladores de mercado, que rapidamente enriqueceram a fronteira do Paraguai com o Brasil, numa faixa que vai da região de Porto Murtinho (Mato Grosso do Sul) até a Argentina. Boa parte destes imigrantes eram provenientes dos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Na Tabela 1.8, observa-se que os estrangeiros no Paraguai, em 1972, representavam 7,79% da população total; enfatiza-se que deste total, 6,53% eram representados por brasileiros. Isto se explica pela presença de projetos de colonização pública e privada, sobremaneira da empresa Itaipu, servindo para expandir, no país, o cultivo: da soja, do algodão, do trigo, da pecuária e da menta.

¹⁴ Segundo BATISTA (1990), o entrelaçamento das amizades entre o Brasil e o Paraguai foi, efetivamente, consolidado a partir dos Acordos assinados pelo governo Vargas no ano de 1941, quando, após sua visita a Assuncion, foram assumidos compromissos que permitiram: a troca de livros e outras publicações; um porto livre para o Paraguai, em Santos; estudo da navegação do rio Paraguai; abertura de crédito para o comércio; estudo sobre a possibilidade da construção de uma ferrovia entre Concepcion e Pedro Juan Caballero e para criação de uma frota brasileiro-paraguaia; e, por fim, um acordo cultural.

Já o censo do ano de 1982, no Paraguai demonstra a forte presença de brasiguaios, em várias colônias da fronteira, destacando um número total de 251.000 brasiguaios que, praticamente, vivem em condição de mera subsistência.

A predominância brasileira no Paraguai pode ser expressa, a partir dos dados referentes ao censo do ano de 1972:

Tabela 1.8 – População brasileira em terras paraguaias (em hab.)

Departamento	População Total	Estrangeiros	Brasileiros	E.U.A.
Alto Paraguai	15.080	563	414	5
Concepción	108.130	1.304	1.054	5
Amambay	65.111	10.736	10.027	31
Canendiyú	27.825	12.268	12.028	80
Alto Paraná	69.044	9.516	7.130	16
Caaguazú	202.596	3.637	1.216	-
Totais	487.786	38.024	31.869	192

Fonte: Batista (1990)

Quanto à formação territorial da fronteira¹⁵, cabe destacar que o projeto surge a partir de meados da década de setenta do século XX, através do tratado de Itaipu. Segundo BATISTA (1990), o Brasil passa através deste acordo, a ter forte influência no Paraguai, sendo que este caracterizou a dependência do crescimento econômico e do expansionismo brasileiro na América Latina, que acabou por beneficiar mais diretamente, a um grupo de empresas multinacionais.

¹⁵ FOGEL (1993) nos chama a atenção para o fato de que, a partir dos anos sessenta, o Paraguai vem sofrendo um grande fluxo migratório de japoneses e brasileiros. O autor justifica esta tendência, pela existência de brasiguaios “posseiros” que se apropriaram de terras da região. Outros dados interessantes são os casos de aumento da participação dos produtos brasileiros do lado paraguaio e o crescimento da participação de brasileiros nos setores agropecuários paraguaios.

Tabela 1.9 – A regionalização econômica do Paraguai em 1972, 1982, 1992.

Regiones	Participación población % del		PIB US\$ <i>per capita</i>		
			PIB Gs. 1982	% del total	Promedio Ponderado
1972					
Interior	1.091.139	46%	101.879	30%	212
Frontera	1.266.816	54%	233.183	70%	418
Assunción	388.958	16%	100.695	30%	589
Central	310.390	13%	51.228	15%	375
Alto Paraná	88.607	4%	13.178	4%	338
Itapúa	201.411	9%	33.137	10%	374
Resto	277.450	12%	34.945	10%	
1982					
Interior	1.204.840	40%	171.888	24%	1.039
Frontera	1.832.872	60%	558.986	76%	2.222
Assunción	457.210	15%	200.191	27%	1.458
Central	493.500	16%	149.141	20%	1.086
Alto Paraná	198.500	7%	58.169	8%	424
Itapúa	264.020	9%	72.959	10%	531
Resto	419.642	14%	78.527	11%	
1992					
Interior	1.251.829	30%	189.791	19%	1.114
Frontera	2.900.759	70%	786.682	81%	1.992
Assunción	500.938	12%	178.480	18%	1.779
Central	866.856	21%	242.142	25%	1.311
Alto Paraná	406.584	10%	133.117	14%	978
Itapúa	377.536	9%	91.699	9%	674
Resto	748.845	18%	141.243	14%	

Fonte: BCP (2000) - Banco Central do Paraguai

Na tabela 1.9, que trata da regionalização econômica do Paraguai, pode-se depreender que, ao longo das últimas três décadas, a população migra intensamente para a região da fronteira. Assim, no ano de 1972, que corresponde ao início do projeto Itaipu, cerca de 54% da população ocupava a fronteira, enquanto que os 46% restantes distribuíam-se no interior.

Neste cenário, à população da fronteira competia a geração de 70% do PIB, enquanto que o interior era responsável por 30% do PIB.

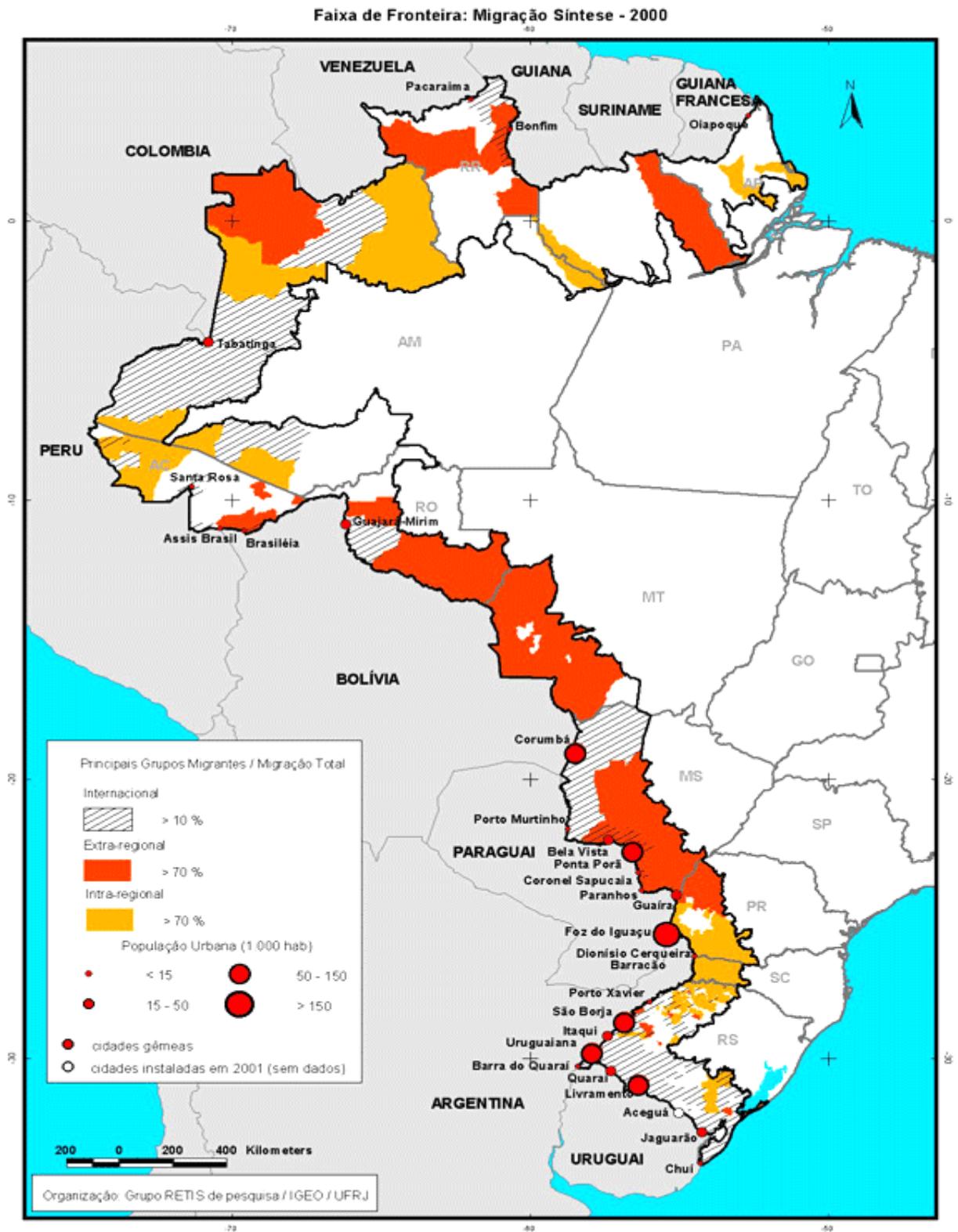
No ano de 1982, os habitantes da região fronteira correspondem a 60% da população total e com uma participação de 76% na formação do PIB; enquanto isso, o interior verificava uma queda da população para 40% e uma participação na formação do PIB de 24%, ou seja, ao longo de uma década, a fronteira foi responsável por um crescimento de 6% no Produto Interno do país. No ano de 1992, cerca de 70% já ocupam a região fronteira, sendo responsável pela participação em 81% da formação do Produto Interno Bruto, o que destaca a tendência de aproximação da população de departamentos vizinhos, bem como da população de países vizinhos BATISTA (1990).

Na Figura 1.6, observa-se o comportamento migratório para a Faixa de Fronteira, onde se destaca, em Mato Grosso do Sul, a presença de dois processos:

- O fluxo migratório internacional – que corresponde a mais de 10%;
- O fluxo migratório extra-regional – que corresponde a mais de 70%, o que desta forma, vai ao encontro do processo migratório que ocorre do outro lado da fronteira, ou seja, o grande fluxo de paraguaios.

Esta tendência, sem dúvida, destaca a importância da fronteira; no entanto, a perpetuação de um processo de esvaziamento populacional no interior, é que, obviamente denotará bolsões de pobreza.

Figura 1.6 – Faixa de Fronteira: Migração Síntese – 2000



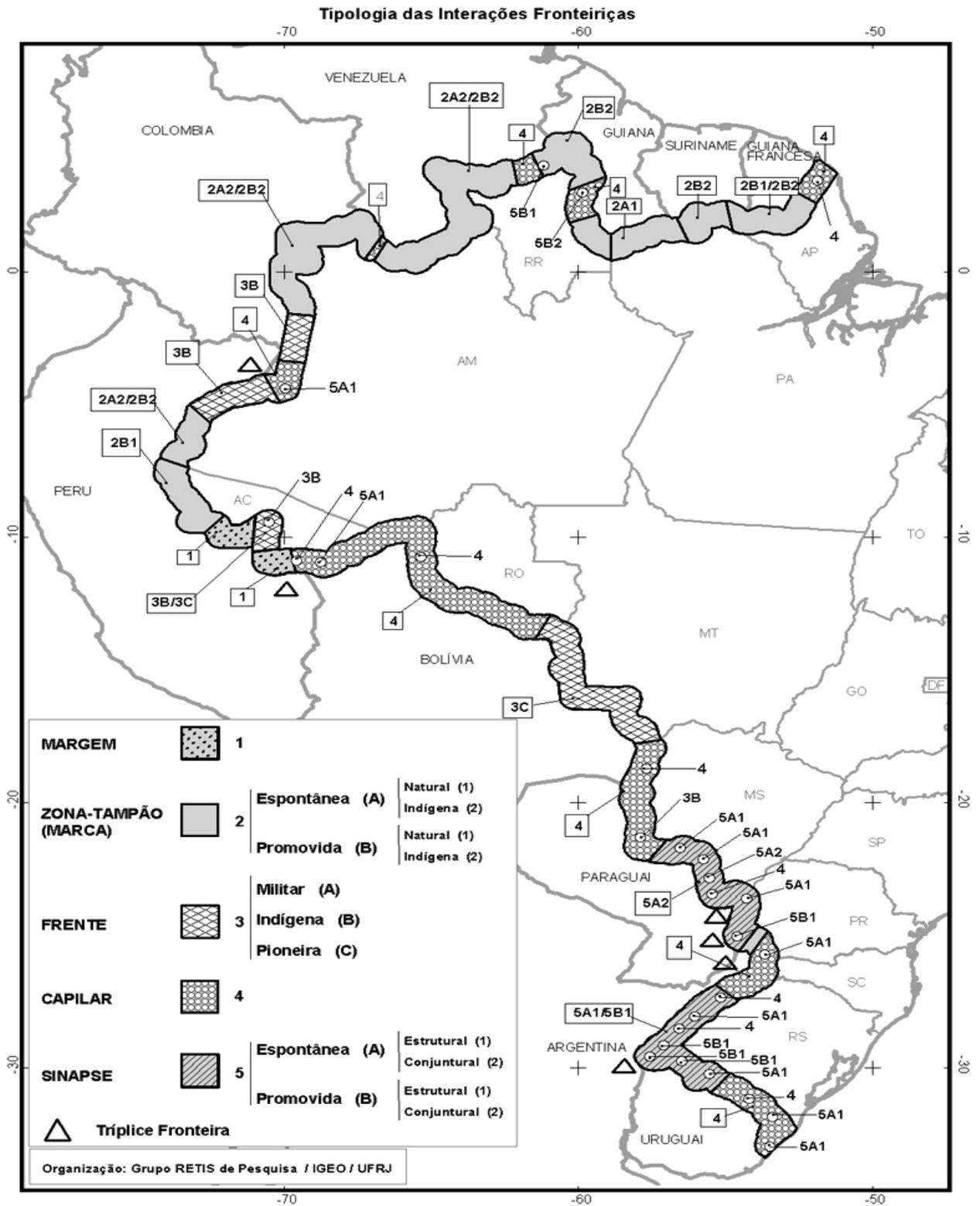
Fonte: MIN/RETIS/IGEO/UFRJ (2002)

Cabe destacar também, o importante papel desempenhado pela política agrária na fronteira, tendo em vista ser este o grande mecanismo de ocupação territorial e geração de rendas. A geopolítica vem cumprindo seu papel estratégico na política de fronteiras, de forma que, desde o século XVIII, o Brasil vem adotando e consolidando territórios federais na fronteira como área de segurança. Conforme salienta BATISTA (1990), estas áreas tiveram como tarefa político-militar a adoção de uma consciência nacional de domínio e de desenvolvimento do Brasil na América Latina, que destacam a força a serviço do imperialismo e da transnacionalização do capital.

PEBAYLE (1994) destaca que quando se observa a trajetória política brasileira adotada durante o regime militar, destaca-se a política de colonização da fronteira agrícola que pressionaram camponeses a migrações forçadas, pelo processo de modernização da agricultura nas terras já colonizadas, principalmente Sul e Sudeste. Da Figura 1.6, observa-se a forte influência da fronteira para a região sul-mato-grossense, cabendo destaque neste trabalho para a região que se limita com o Paraguai.

A estratégia política nas fronteiras denotou um processo de facilitação à penetração do capital transnacional e, ao mesmo tempo, a ocupação por um número significativo de brasileiros em terras paraguaias, que não dispoem eles de melhores condições para o seu cultivo, das mesmas terras, terminaram por vendê-las a um preço ínfimo, fortalecendo a reconcentração de terras e, ao mesmo tempo, dando origem à formação de um número significativo de sem-terras. Podemos considerar que o Estado de Mato Grosso do Sul possui aproximadamente, 1.300 quilômetros com o Paraguai, onde uma série de cidades e vilas se localizam próximas à linha de fronteira, distribuídas nos Departamentos de Alto Paraguay, Concepción, Amambay e Cannideyú; onde a mais expressiva é a cidade de Pedro Juan Caballero, que se separa de Ponta Porã, apenas por uma avenida MASI *et alli* (2000).

Figura 1.7 – Tipologia das Interações Fronteiriças



Fonte: MIN/RETIS/IGEO/UFRJ (2002)

A partir da Figura 1.7, que trata da conceituação dos tipos de interações fronteiriças, pode-se observar a presença, em toda a região de fronteira brasileira, de uma série de combinações; para o escopo do presente estudo, interessa-nos o conceito de *Sinapse*, que segundo MACHADO (2000), refere-se à presença de alto grau de troca entre as populações fronteiriças. Esse tipo de interação é ativamente apoiado pelos Estados contíguos, que geralmente constroem, em certos lugares de comunicação e trânsito, infra-estrutura especializada e operacional de suporte, mecanismos de apoio ao intercâmbio e regulamentação de dinâmicas, principalmente mercantis. As cidades-gêmeas mais dinâmicas podem ser caracterizadas de acordo com este modelo. No caso da sinapse, os fluxos comerciais internacionais se justapõem aos locais. A articulação entre Foz do Iguaçu-Ciudad Del Este (Paraguai), ou de Uruguaiana-Paso de los Libres (Argentina), é ilustrativa.

Além disso, a sinapse aponta para um regime fronteiriço amplo, onde não é incomum a criação de assimetrias espaciais, caso da fronteira do Cone Sul-Mato-grossense e do Paraná com o Paraguai (Departamentos de Canindeyú e Alto Paraná). Por outro lado, a interação de tipo sináptico pode ser estrutural ou conjuntural. MACHADO (2000) aponta que no sudoeste do Rio Grande do Sul (Campanha Gaúcha), na divisa com o Uruguai e a Argentina, as interações são do tipo sináptico-estrutural: as relações, tanto no urbano como no rural, têm uma longa história comum, com fazendas que se estendem de um lado a outro da fronteira forte intercâmbio.

Já a fronteira entre o Paraguai e o Cone Sul-Mato-Grossense pode ser classificada como sendo de sinapse conjuntural, estimulada não só pela frente agrícola como pelo domínio da produção e comércio ilícito da *cannabis sativa* por brasiguaios (Departamentos de Amambáí, e Concepción).

Segundo OLIVEIRA (2003), este conjunto de cidades e vilas possuem uma dinâmica espacial própria e singular, com uma lógica de atuação do capital quase sempre informal, ajustadas nas múltiplas formas de manipulação de todas as estruturas sociais e políticas do local.

A partir da observação dos dados fornecidos pela Tabela 10, observa-se o forte papel desempenhado pelos municípios que compõem a Microrregião Geográfica de Campo Grande, com um total de 34,8% na participação relativa do Estado. Porém, o maior destaque vai para a

segunda Microrregião Geográfica que compreende os municípios de Dourados onde se situa a grande maioria dos países que fazem fronteira com o Paraguai, dentre os quais se destaca, Ponta Porã.

Procura-se demonstrar como a região de fronteira, também do lado brasileiro é capaz de atrair o desenvolvimento econômico. Os diversos processos de integração sobrepostos consolidam um espaço de articulação independente, onde um conjunto de articulações binacionais não deixa de lado a ligação com os demais mercados (interno e externo). OLIVEIRA (2003) destaca que as fronteiras sintetizam regiões que fogem ao controle sistematizado da burocracia administrativa, muito embora estejam perfeitamente conectadas à dinâmica de capitais nacionais e transnacionais.

Tabela 1.10 – Distribuição da População Residente, por Microrregião Geográfica, em Mato Grosso do Sul (2000)

Microrregiões Geográficas	População		Total	Participação Relativa da
	Urbana	Rural		
Alto Taquari	83.982	20.046	104.028	5,0
Aquidauana	67.504	30.755	98.259	4,7
Baixo Pantanal	107.963	16.367	124.330	6,0
Bodoquena	75.029	25.393	100.422	4,8
Campo Grande	691.131	32.831	723.962	34,8
Cassilândia	38.169	9.064	47.233	2,3
Dourados	331.725	75.787	407.512	19,6
Iguatemi	140.036	62.412	202.448	9,7
Nova Andradina	54.404	19.247	73.651	3,5
Paranaíba	56.789	13.967	70.756	3,4
Três Lagoas	100.365	25.026	125.391	6,0
Total	1.747.106	330.895	2.078.001	100

Fonte: IBGE/Censo Demográfico (2000)

A partir dos dados acima, observa-se a forte participação da microrregião de Campo Grande, perfeitamente justificável pela presença da capital do Estado, nesta localização. No entanto, a segunda microrregião geográfica, com maior participação é a de Dourados, com

19,6% da população total, sendo esta microrregião composta por municípios na faixa de fronteira, como é o caso de Ponta Porã e Amambaí.

Para PÉBAYLE (1994), a fronteira platina é sustentada por duas ordens de fatores: os de ordem estrutural, onde a aptidão produtiva caracteriza a circulação e trocas; e os de ordem conjuntural, como as flutuações monetárias que sustentam o fluxo transfronteiriço. Mas, além disso, pode-se observar uma grande quantidade de outras relações que se desenvolvem, como migrações ilegais, contrabando e narcotráfico.

Seguindo OLIVEIRA (2003), Antônio João e Aral Moreira não possuem uma outra cidade recíproca do lado paraguaio, sendo então prejudicadas; enquanto Bela Vista encontra-se conurbada com Bella Vista Norte; observa-se que Ponta Porã se separa por uma avenida, de Pedro Juan Caballero; por fim Coronel Sapucaia afasta-se alguns metros de Capitã Bado.

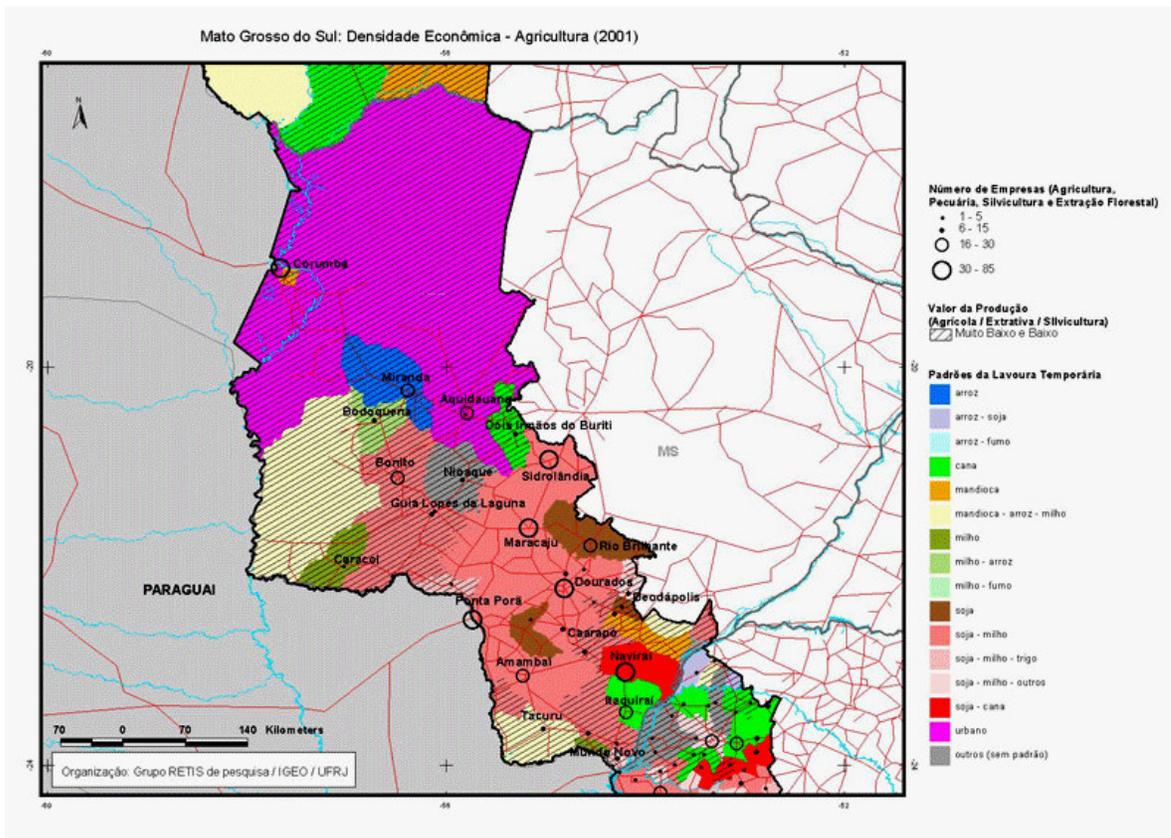
Dentro deste contexto, cabe destacar a forma específica com que cada uma destas regiões de fronteira com o Brasil, permite uma aproximação na atuação e nos interesses das partes¹⁶. Assim, é necessário destacar aspectos como: as características territoriais, o processo de ocupação, a estrutura da propriedade além do destino da produção rural, dinâmica populacional, infra-estrutura, dentre outros.

Toda esta região sustenta um contingente populacional de, aproximadamente, 250 mil habitantes, com uma densidade demográfica próxima de 10 hab/km². PEBAYLE (1994), destaca que os dois lados contam com uma mesma tradição histórica: extrativo, beneficiamento e exportação da erva-mate (*Ilex paraguariensis*). A tradição do comércio remonta ao ano de 1883, quando é assinado um tratado que permitia a livre entrada de produtos paraguaios no Brasil e vice-versa e que deram origem a uma tradição muito antiga, para que produtos europeus travestidos de paraguaios adentrassem ao território brasileiro.

¹⁶ GALEANO (2001) que faz uma abordagem sobre o processo de exclusão rural e política social, onde contextualiza o fato de que alguns fatores sócio-econômicos são determinantes, como: o baixo nível de crescimento do setor produtivo agrícola, a tendência crescente da concentração de terras nas áreas rurais, o persistente crescimento da população campesina e o estancamento de outros setores produtivos não agrícolas existentes no âmbito rural, além é claro, da ausência de políticas públicas que busquem minimizar estas questões sociais. Com base na análise de tal autor, pode-se observar que o quadro político-econômico do lado do Paraguai, em muito se aproxima da situação nacional, o que reforça a idéia de projetos de integração para áreas que padecem do mesmo mal: falta de planejamento.

Mas, o que mais chama a atenção, em todo este processo, é a repetitividade de um mesmo processo: a entrada de brasileiros em solo paraguaio.

Figura 1.8 – Mato Grosso do Sul: Densidade Econômica – Agricultura (2001)



Fonte: MIN/RETIS/IGEO/UFRJ (2002)

Como já ficou demonstrado, o Paraguai passou por um intenso processo de migração brasileira, tendo em vista duas finalidades básicas: proteção à fronteira brasileira e expansão do capital transnacional¹⁷.

¹⁷ Partindo da concepção de MASI (2001), a desigualdade caracteriza diversos tipos de desenvolvimento entre as nações e regiões do mundo e, é uma das principais causas de maior ou menor grau de pobreza. Assim, o crescimento econômico poderia contribuir para superar níveis altos de pobreza, porém não asseguraria uma distribuição de rendas menos igualitária. É o caso do Paraguai, segundo o autor. Para ele, as políticas econômicas iniciadas nos anos sessenta que deram lugar a uma industrialização e modernização da região, acompanhadas de altas taxas de crescimento do produto, não se reverteram, necessariamente, em maiores níveis de bem-estar para a população. Já as políticas de ajuste dos anos oitenta e noventa, puseram fim a um modelo de crescimento e deram início a políticas de ajuste e estabilização, provocando um maior nível de desigualdade. Mas para este autor, o maior nível de desigualdade se encontra nas regiões rurais, onde os níveis de educação são relativamente inferiores e onde o tamanho das famílias é inversamente superior ao das famílias urbanas.

Porém, diante deste mesmo cenário, observou-se também uma intensiva busca de terras por parte de brasileiros, provenientes, sobretudo dos Estados do Sul: Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que já sentiam o peso do processo de intensificação técnica e mecânica, que gerava como conseqüência a desocupação do espaço agrário brasileiro em meados da década de setenta do século passado.

Muitos desses brasileiros tornam-se então, brasiguaios¹⁸. Migram para a região fronteira com o Paraguai, onde se localizavam terras férteis e pouco valorizadas, garantindo-lhes condição de arrendamento e sustentação.

Na Figura 1.8, observa-se a densidade da agricultura na região de fronteira, com a forte presença da soja, que como já foi observado também é destaque na produção paraguaia.

Observa-se, igualmente, a influência do capital externo dentro do território paraguaio, em boa medida proveniente do Brasil. Desta forma, MASI (2001) coloca que ao longo de mais ou menos duas décadas, a agricultura, que parecia se desenvolver com base num processo rudimentar de intensiva utilização do trabalho humano, passa a ser paulatinamente substituída, assim como no Brasil, por uma intensa mecanização e intensificação de implementos químicos, caracterizando da mesma forma, uma expulsão dos camponeses, do sistema agrário.

Os então brasiguaios, após quase duas décadas em convivência em solo paraguaio, acabaram por constituir famílias, gerando herdeiros das duas nações, mas, herdeiros sem-terra, que regressariam ao solo brasileiro.

¹⁸ É cada vez maior o número de casamentos entre brasileiros e paraguaios, na fronteira. Segundo entrevistas realizadas a campo, este processo tende a perpetuar a ligação cultural e até mesmo, as melhores condições na prestação de serviços do lado brasileiro; é significativo o número de pessoas que atravessam a fronteira e recebe serviços de educação e saúde, que são os mais procurados.

2 TERRITÓRIO E FRONTEIRA

2.1 SISTEMATIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Diante da multiplicidade de transformações pelas quais o mundo vem passando desde o último quartel do século XX, não se deve desprezar o fato de que os estudiosos da Geopolítica e Geoeconomia venham desempenhando grande esforço no sentido de melhor caracterizar os processos pelos quais passa a figura do Estado Nacional, o papel que ele desempenha, fortalecendo ou enfraquecendo a sua soberania e o território sobre o qual exerce seu poder.

ANDRADE (1995) observa como fundamentais a análise do sistema de relações entre Estados, Estado e Sociedade Civil, Estado e Empresas, Estado e Organizações não-Governamentais, diante do processo de Globalização que o mundo atravessa.

Mas, antes que se possa aferir qualquer tipo de papel ao Estado, particularmente o Estado Nacional, faz-se necessária uma breve retomada dos elementos essenciais constituintes do Estado: o território, o povo e o governo. Assim, pode-se partir para uma conceituação de território:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área. Assim, deve-se ligar sempre a idéia de território à idéia de poder, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. ANDRADE (1995, pág. 19).

A partir de tais considerações observa-se que a conceituação de território, sem sombra de dúvidas, não está adstrita a um caráter estático, mas muito pelo contrário envolve a dinâmica de uma série de elementos caracterizadores de seu processo de ocupação, dos quais decorrem o maior ou menor poder do Estado, a partir do nível de integração dos partícipes do processo, sejam eles empresas e/ou trabalhadores, que se transformam ao transcorrer do tempo.

Fazendo-se um breve parêntese, quanto à questão do Estado Nacional, em termos contemporâneos, observa-se a contribuição de ESPÍNDOLA (2004), destacando que na sua origem, o Estado via-se impregnado por um poder soberano e centralizado, apto a exercer o monopólio da força em um determinado território e povo, no entanto, por força da complexidade social e da pluralidade das sociedades democráticas, bem como devido ao fenômeno da globalização e ao novo caráter dado às relações internacionais, questiona-se o conceito da Soberania e a unidade nacional.

Desta forma, no contexto internacional, testemunha-se o estreitamento da colaboração internacional, o surgimento de comunidades supranacionais e empresas multinacionais, o avanço tecnológico e a ampliação dos meios de comunicação – responsáveis pela formação de uma opinião pública mundial e pela imediatidade das informações. MENDEZ (2001), discutindo a importância do território como determinante para um meio inovador, estabelece uma série de elementos que inter-relacionados de forma sistêmica, ou de forma autônoma, representariam uma determinada realidade:

- Um substrato territorial, que mantém certo nível de homogeneidade interna e se comporta como espaço de vida e trabalho;
- Um conjunto de atores (empresários, instituições públicas, sindicatos, associações privadas com fins diversos), com capacidade de decisão, que se identificam com este espaço e são capazes de tomar decisões e abordar projetos de futuro;
- Um conjunto de recursos materiais (infra-estrutura técnica, patrimônio urbano) e imateriais (saber fazer, gerência cultural, coesão social), que são comuns e devem identificar-se e valorizar-se.
- Uma lógica de interação, pela qual se estabelecem relações entre os atores e existe certa capacidade de chegarem a acordos;
- Uma lógica de aprendizagem ou capacidade dos atores para modificar seu comportamento ao longo do tempo, com o objetivo de adaptarem-se às transformações em volta;

Pode-se avaliar que o nível de desenvolvimento territorial não está apenas adstrito a uma variável-chave, como se poderia supor o nível de intervenção do Estado, mas a toda uma série de condicionantes incidentes num certo período de tempo.

SANTOS & SILVEIRA (2004), entendem o território como extensão apropriada e usada, num sentido mais amplo e como um nome político para o espaço de um país, num sentido mais restrito. Considera-se como variáveis-chave na compreensão do território: os movimentos da população; a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços; o arcabouço normativo, incluídas as legislações civis, fiscais e financeiras que, em determinado espaço de tempo, irão delinear a forma do território.

SANTOS & SILVEIRA (2004), classificam três grandes momentos que foram construindo uma história dos usos no território nacional:

- O meio natural: comandado pelas ações humanas de diversos grupos indígenas e pela instalação dos europeus; um período pré-técnico, ou seja, com escassez de recursos artificiais para a dominação da natureza;
- O meio técnico: caracterizado pela mecanização seletiva de um verdadeiro conjunto de “ilhas”, ou melhor, uma mecanização incompleta. Em seguida, com a possibilidade de incorporação de máquinas ao território, tornar-se-ia mais fácil o processo de urbanização, porém com uma significativa hegemonia paulista.
- O meio técnico-científico-informacional: que, em um primeiro momento, seria representado pelo avanço na área das telecomunicações e, logo em seguida, pelo avanço nas áreas de informação e finanças; nesta fase, efetivamente, o meio técnico se difunde, muito embora, agravam-se as diferenças regionais.

Destacando-se os elementos norteadores deste processo, observa-se no Brasil, o lento processo de passagem do meio natural – que aconteceu marcadamente, dos séculos XVI ao XIX; o meio técnico – predominante durante as décadas de 30 a 70 do século XX; e o meio técnico-científico-informacional – vivenciado a partir da década de oitenta do século XX.

Como fatores também significativos, na caracterização do território nacional, é importante frisar a diversidade regional – não entrando no mérito das desigualdades sociais, que obviamente são conseqüências de um processo anterior, diretamente relacionado ao uso do território. Este esforço se faz necessário, na medida em que se observa que estes diferentes componentes territoriais, como: imigrações, produção, troca, industrialização, e transporte, direcionam-se para o território em estudo na presente pesquisa – o Estado de Mato Grosso do Sul, aflorado ainda pela questão das fronteiras com o território vizinho: o Paraguai.

Assim, poder-se-ia dizer que a ocupação territorial brasileira aponta para determinadas nuances próprias, desde a sua gênese e que estas próprias peculiaridades, ao longo destes vastos 500 anos de sua história, se mesclam, determinando novas configurações regionais, com níveis de desenvolvimento bastante específicos.

Pode-se assim, exemplificar alguns processos marcantes no processo de ocupação territorial, delimitando-os a partir do século XX, escolha feita em virtude de um processo mais amplo de: industrialização, comercialização, disseminação dos meios de transporte (ferroviário e depois rodoviário), urbanização, o que dariam especificidades próprias à questão fundiária.

À medida que a população crescia e novos espaços iam sendo incorporados ao território nacional, a questão fundiária ia ganhando contornos cada vez mais graves: o predomínio da grande propriedade associado ao sistema de exploração de recursos naturais.

ANDRADE (1995) considera oito tipos de grandes propriedades no Brasil, sendo que, em alguns casos, associa-se ao termo propriedade, a simples posse da terra.

1. Na Amazônia – em virtude da descoberta do processo de vulcanização da borracha, pelo mercado internacional, que passa a ser o grande demandante do produto e conseqüentemente, gerando um processo migratório para a região em questão, especialmente de nordestinos. Isso tem início em fins do séc. XIX, sendo arrastado ao longo do séc. XX, com feições de “semi-escravismo”, tendo em vista a preponderância do seringueiro, em conseguir financiamento e apoio do Governo.
2. No Maranhão – a entrada no circuito econômico internacional, através da criação da Companhia de Comércio do Maranhão e Grão-Pará, estimulando a grande lavoura de arroz e algodão, destruindo grupos indígenas e levando grande quantidade de escravos negros, por volta dos séculos XVIII e XIX, fez crescer o povoamento da região que, porém, teve seu declínio em decorrência da lixiviação dos solos e da grande oscilação dos preços dos produtos no mercado internacional, fazendo com que esta região adentrasse o século XX, com uma ocupação territorial baseada na pecuária ultra-extensiva, ou seja, caracterizadora de grandes propriedades.

3. No Nordeste semi-árido – ocorreu um processo de produção (gado e couro), voltado ao abastecimento de outras áreas, produtoras de mercadorias para exportação (algodão), principalmente a partir do século XVIII.
4. Já a região da Mata e do Recôncavo nordestinos – esteve profundamente ligada ao latifúndio, desde meados do século XVI, com a produção de cana-de-açúcar. Assim, formou-se um grupo sólido, dando origem a uma oligarquia que atravessaria a colônia e o império, controlando a posse da terra, chegando a esta condição até a segunda metade do séc. XX, quando o território nordestino passa a fomentar um núcleo de resistência e luta pela reforma agrária.
5. Na região de Minas e Goiás – onde prevaleceu durante algum tempo a mineração, houve a formação de um latifúndio voltado ao abastecimento do mercado interno, com a produção de bovinos, suínos e, durante a Primeira República a consagração¹⁹ na produção de leite, além, é claro, da grande riqueza mineral de Minas, que lhe permitiu uma forte penetração do capitalismo industrial, inclusive estrangeiro, na produção de ferro e cobre, delineando a formação de um contingente populacional expressivo.
6. Na região de São Paulo e Rio de Janeiro – com o fim do tráfico negreiro e a abolição da escravatura, além da explosão do café no mercado internacional, passaram a representar, sem dúvida, o principal foco de convergência populacional, a partir de fins do século XIX, criando uma configuração bastante interessante até a crise do café, na década de trinta do século passado. Isto se deu, em virtude do grande fluxo migratório, principalmente de italianos; começaram a delinear novas relações de trabalho, nesta região, além de permitirem a permeabilidade entre fazendas de pequeno e grande porte.
7. No Mato Grosso – a ocupação territorial teve como referencial a utilização dos rios da bacia do Prata, pelo norte, por ocupantes que subiam os afluentes da margem direita do Rio Amazonas, organizando seringais e castanhais e, pelo sul, por pecuaristas que ocupavam campos do Pantanal e as florestas da Bacia do Paraná. As duas formas de ocupação se faziam via latifúndio, sendo esta área só integrada à economia brasileira, após a construção da estrada de ferro que ligava Bauru a Corumbá.

¹⁹ Daí também a consagração da política café-com-leite, onde a dominação política era exercida pelos dois estados mais ricos do país. São Paulo com a produção de café e Minas Gerais com a produção de leite. ANDRADE (1995).

8. No Sul – a porção ocidental foi ocupada, a partir do séc. XVII, pela pecuária, onde os campos de criação eram continuados pelos territórios, inicialmente espanhóis, depois argentinos e uruguaios. A porção oriental, caracterizada por grandes montanhas, teve a ocupação feita por açorianos, introduzidos pelos portugueses no litoral, em meados do séc. XVIII e alemães e italianos, no interior, em meados do séc. XIX e XX. Durante a primeira república, com o intuito de garantir maior integração, intensificaram a imigração, com a vinda de: russos, polacos, ucranianos, letos e lituanos, sendo que aquela obedeceu a concessão de terras devolutas, caracterizando em todo o território nacional, a maior concentração de pequenas propriedades.

A partir destas divisões, observa-se a forte preponderância do latifúndio em boa parte do território nacional, sendo uma questão de destaque ao longo da primeira e da segunda república, trazendo várias discussões, por parte de diferentes teóricos.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DE FRONTEIRA

O avanço das comunicações ao longo das duas últimas décadas do séc. XX, foi, sem dúvida, fator determinante para compreensão e rediscussão de antigos processos – como caracterizar o território que compõe as fronteiras internacionais?

Não teríamos, a partir da revolução tecnológica no âmbito das comunicações e teleinformática, o surgimento de um processo cada vez mais veloz de formação de redes supranacionais, de comércio, finanças, serviços, cultura e outros mais elementos?

Em primeiro plano, faz-se necessário resgatar uma antiga discussão, já existente nos meios acadêmicos e ora elucidada por MACHADO (1998), sobre as diferenças entre os conceitos de limites e fronteiras.

A palavra fronteira representa, etimologicamente, o que está na frente. Decorre de um fenômeno da vida social, indicando “lugares de comunicação”. O sentido de *fronteira* era, não de fim, mas do começo do Estado, o lugar para onde ele tenderia a se expandir. A palavra limite, de origem latina, designa o fim daquilo que mantém a ligação interna de uma unidade político-territorial. O moderno conceito de Estado, que tem como elemento constitutivo o território, reforça esta idéia.

A fronteira está orientada “para fora” (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados “para dentro” (forças centrípetas). De um lado a fronteira, que é considerada uma fonte de perigo ou ameaça, porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central; de outro, o limite jurídico do Estado, que é criado e mantido pelo governo central, como uma abstração, distante das aspirações dos residentes da fronteira.

A fronteira expressa a capacidade de integração, uma zona de interpenetração mútua e de constante transformação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas. O limite expressa a capacidade de separar unidades políticas soberanas, e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais.

Para elucidar melhor estas questões, faz-se uso, no presente tópico, da discussão sobre a questão das **fronteiras internacionais**, que muito bem foi conceituada:

Se for certo que a determinação e defesa dos limites de uma possessão ou de um Estado se encontram no domínio da alta política ou da alta diplomacia, as fronteiras pertencem ao domínio dos povos. Enquanto o limite jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do Estado territorial, portanto, um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, a fronteira é lugar de comunicação e troca. Os povos podem se expandir para além do limite jurídico do Estado, desafiar a lei territorial de cada Estado limítrofe e às vezes criar uma situação de facto potencialmente conflituosa, obrigando a revisão dos acordos diplomáticos. (MACHADO: 2000, pág. 09).

Assim, observa-se que este instigante assunto deve ser tratado com um nível de realidade bastante próprio, dentro da discussão da presente pesquisa. O território de fronteira é assim campo aberto à penetração de residentes de diferentes nações, como é o caso da região de fronteira entre o Brasil e o Paraguai, onde se observa volta e meia, um livre fluxo de pessoas, com finalidades distintas: paraguaios – que vêm trabalhar do lado brasileiro; brasileiros – que possuem posses do lado paraguaio; além, é claro, dos brasiguaios – frutos da miscigenação destes dois povos e que encontram, na fronteira, sua identidade.

A fronteira teria, desta forma, uma finalidade atribuída pela história dos povos, de delimitação de espaço entre dois países vizinhos, de onde poderiam resultar uma série de

relações comerciais, alfandegárias, que levariam a uma série de determinações jurídicas²⁰, no sentido de se estabelecer qual a legalidade das ações que se desenvolveriam nesta região ou, em outras palavras, de quem era a prerrogativa estatal do domínio territorial.

Em se tratando das relações da fronteira Brasil-Paraguai, particularmente, tem-se que a complementaridade entre uma região, tipicamente pobre, como o Paraguai, com uma região, relativamente mais avançada, como o Mato Grosso do Sul, dão um caráter de intensivas trocas, onde o Paraguai especializa-se em fornecer ao Brasil, produtos que aparentemente saem mais em conta, enquanto o Brasil, oferece a esta população carente, condições melhores de saúde, educação e fortuitamente, emprego.

Tabela 2.1 – Distribuição de emprego, por setores em Ponta Porã entre 1990 a 2003

Setores	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Extr. Mineral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	10	-	-	-	2	1	-	-
Ind. Transf.	489	613	521	429	442	208	171	255	313	568	501	589	559	264	204	260	248	273	346
Serv. Ind. UP	15	-	15	-	15	15	15	20	14	-	41	-	-	-	16	14	16	14	13
Constr. Civil	260	29	15	16	26	13	26	15	35	82	42	23	28	60	21	16	11	35	54
Comércio	1.245	1.583	1.492	1.438	1.461	1.381	1.338	1.310	1.310	1.400	1.355	1.374	1.224	1.197	1.233	1.761	1.816	1.626	1.863
Serviços	1.017	1.260	1.571	1.586	1.502	1.327	1.267	1.074	1.208	1.203	1.389	1.426	1.431	1.299	1.298	1.339	1.370	1.477	1.490
Adm. Pública	1.059	1.064	881	786	992	1.029	1.135	754	865	679	578	612	593	670	762	24	1.022	1.051	1.177
Agropecuária	1.749	1.394	513	494	609	1.475	1.250	1.456	1.492	1.877	1.877	1.355	1.323	1.419	1.259	1.301	1.198	1.205	1.289
Outros	1	3	47	179	196	318	433	488	609	212	4	2	3	-	-	-	-	-	-
Total	5.835	5.946	5.055	4.928	5.243	5.766	5.635	5.372	5.846	6.021	5.805	5.391	5.161	4.909	4.793	4.717	5.682	5.681	6.232

Fonte: MTE (2005)

Elaborada pela autora, a partir dos dados extraídos da RAIS/CAGED, através do aplicativo PDET

A partir da observação dos dados da Tabela 2.1, observa-se que Ponta Porã, entre os anos de 1990 a 2003, teve um nível de crescimento das ocupações relativamente estável, tendo nos setores de Comércio, Serviços, Administração Pública e Agropecuária, os maiores volumes de empregos gerados.

É importante destacar que os dados tabulados, fazem referência ao volume de emprego formal criado nesta região, não sendo possível identificar o volume de atividades relacionadas a entrada de paraguaios, que vem para o lado brasileiro em busca de emprego.

²⁰ Na Idade Média européia um dos entraves à constituição do Estado como unidade econômica autônoma foi o regime complexo e heterogêneo de pedágios estabelecidos pelos senhores da terra ou dos burgos. É o desenvolvimento do capital mercantil e a necessidade de formar mercados unificados e “protegidos” que finalmente assinalam o aparecimento do estado moderno. A renúncia dos Estados europeus ao controle sobre os fluxos internos com o fim do regime de pedágios e passagens, e o deslocamento das barreiras fiscais para os limites externos, favoreceram a delimitação do exercício das funções que hoje atribuímos ao *estado territorial*: as funções de controle, legal, fiscal e militar (de defesa). RIBEIRO (2002).

Trazendo os conceitos de fronteira para a realidade do território latino-americano, observa-se que apenas cinco países, além do Brasil, dispõem de instrumento legal que reconheça a zona de fronteira como um espaço específico, conforme se destaca no quadro 2.1.

Quadro 2.1 – Faixa de Fronteira na América do Sul

País	Faixa de	Instrumento Legal
Argentina	Não tem	Constituição de 1994
Bolívia	50 Km	Constituição de 1997, reformada
Brasil	150 Km	Constituição de 1988
Chile	Não tem	Constituição de 1980, reformada
Colômbia	Não específica	Constituição de 1991, reformada
Equador	Não específica	Constituição de 1998
Guiana	Não tem	Constituição de 1980, reformada
Guiana	-	-
Paraguai	Não tem	Constituição de 1992, alterada
Peru	50 Km	Constituição de 1993
Suriname	Não tem	Constituição de 1987, reformada
Uruguai	Não tem	Constituição de 1997
Venezuela	Não específica	Constituição de 1999

Fonte: Steiman (2002) - (*) sem dados

O território é algo com o qual se interage. É essa interação que define, tanto o limite como a fronteira, e é ela que determina o sucesso ou fracasso de qualquer intento de controle da condição de legalidade e ilegalidade, como coloca MACHADO (2000). Cabe ressaltar que, no caso da lei paraguaia, até recentemente não havia previsão alguma sobre o limite da faixa de fronteira, utilizável para a ocupação territorial de paraguaios ou migrantes. No entanto, a partir da Lei 2.532, publicada em 24/02/2005, na “Gaceta Oficial de la Republica del Paraguay”, ficam estabelecidas condições de uso do território a 50 Km da faixa de fronteira, conforme preceitua seus arts. 1º e 2º:

Artículo 1º.- Se establece zona de seguridad fronteriza la franja de 50 kilómetros adyacente a las líneas de frontera terrestre y fluvial dentro del territorio nacional.

Artículo 2º.- Salvo autorización por decreto del Poder Ejecutivo, fundada en razones de interés público, como aquellas actividades que generan ocupación de mano de obra en la zona de seguridad

fronteriza, los extranjeros oriundos de cualquiera de los países limítrofes de la República o las personas jurídicas integradas mayoritariamente por extranjeros oriundos de cualquiera de los países limítrofes de la República, no podrán ser propietarios, condóminos o usufructuarios de inmuebles rurales.

Além disso, é interessante que se observe o teor da Lei 2.535, publicada em 08/03/2005, na “Gaceta de la Republica del Paraguay”, que em seu preâmbulo, estabelece:

Preocupados por la gravedad de los problemas y las amenazas que plantea la corrupción para la estabilidad y seguridad de las sociedades al socavar las instituciones y los valores de la democracia, la ética y la justicia y al comprometer el desarrollo sostenible y el imperio de la ley,

Preocupados también por los vínculos entre la corrupción y otras formas de delincuencia, en particular la delincuencia organizada y la delincuencia económica, incluido el blanqueo de dinero, ***Preocupados*** asimismo por los casos de corrupción que entrañan vastas cantidades de activos, los cuales pueden constituir una proporción importante de los recursos de los Estados, y que amenazan la estabilidad política y el desarrollo sostenible de esos Estados,

Convencidos de que la corrupción ha dejado de ser un problema local para convertirse en un fenómeno transnacional que afecta a todas las sociedades y economías, lo que hace esencial la cooperación internacional para prevenirla y luchar contra ella,

Convencidos de que el enriquecimiento personal ilícito puede ser particularmente nocivo para las instituciones democráticas, las economías nacionales y el imperio de la ley,

Decididos a prevenir, detectar y disuadir con mayor eficacia las transferencias internacionales de activos adquiridos ilícitamente y a fortalecer la cooperación internacional para la recuperación de activos,

A partir da leitura dos referidos textos, observa-se a mudança na atitude do governo paraguaio, no sentido de estabelecer critérios mais rigorosos de controle aos fluxos diários de pessoas, paraguaias ou não, com o intuito de realizarem as mais diferentes atividades, como: compras, vendas, prestação de serviços, inclusive atividades ilícitas, como tráfico e contrabando, o que, sem dúvida, vinha enfraquecendo a posição do governo frente a outros países.

STEIMAN (2002), destaca ainda, que o estabelecimento das fronteiras políticas internacionais fragmenta-se em três:

- A delimitação, ou a fixação dos limites através de tratados internacionais;
- A demarcação, ou a implantação física dos limites, por meio da construção de marcos em pontos determinados;
- A densificação ou caracterização, etapa na qual se realiza o aperfeiçoamento sistemático da materialização da linha divisória, com o objetivo de torná-la cada vez mais intervisível.

Uma breve retrospectiva sobre as leis referentes à faixa de fronteira no Brasil, mostram claras as intenções dos governantes em diferentes situações históricas, conforme destaca STEIMAN (2002). O quadro 2.2, que traz uma síntese sobre a legislação referente à fronteira, mostra um cenário onde, inicialmente, se procurava delimitar territórios nacionais que mantivessem o controle do governo sobre a faixa de fronteira, como mostram as leis até por volta de 1946.

A partir de 1946, seguindo o mesmo quadro, observa-se a implantação de bases militares na referida faixa de fronteira, o que denota a preocupação do governo federal, na época Getúlio Vargas, em acompanhar o processo de exploração econômica e também a eventual garantia contra qualquer disputa territorial.

Quadro 2.2 – Síntese da Legislação sobre Fronteira no Brasil

Legislação	Finalidade
Lei nº 601, de 18 de setembro de 1890.	Disponha sobre terras devolutas, reservava uma faixa de 66 Km (10 léguas) ao longo dos limites do território nacional que poderiam ser concedidas gratuitamente.
Constituição de 1934, em seu artigo 166.	Delimitava uma faixa de 100 Km paralela às fronteiras brasileiras. Dentro da faixa, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação poderia ser feita sem a audiência prévia do Conselho Superior de Segurança Nacional.
Constituição de 1937, em seu artigo 165.	Manteve as regras de concessão e utilização da terra, bem como o predomínio de brasileiros na exploração econômica, mas ampliou a faixa de fronteira de 100 para 150 Km, largura que prevalece até hoje.
Decreto-Lei nº 1164/39	Criou a Comissão Especial de Revisão da Concessão de Terras pelos estados e municípios na faixa de fronteira
Decreto-Lei nº 1968/40	Determinaram a Comissão Especial realizar estudos e emitir pareceres sobre instalações de empresas, implantações de vias de comunicações e meios de transporte na referida faixa.
Constituição de 1946	Acrescentou a obrigatoriedade da nomeação dos prefeitos, pelos governadores dos estados ou dos territórios, dos municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País.
Lei nº 2597/55	definiu as zonas indispensáveis à defesa nacional, mantendo entre elas a faixa de fronteira de 150 Km como zona de segurança. Além disso, estabeleceu, em seu artigo 3º, que a União deveria aplicar nos municípios da faixa de fronteira, anualmente, no mínimo, 60% de sua arrecadação (da faixa).
Decreto-Lei nº 1094/70	Determinou que as atribuições da Comissão Especial da Faixa de Fronteira, previstas na Lei nº 2597/55 passam então para a competência da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional
Constituição de 1988	A fronteira aparece em 5 artigos, sem, no entanto, haver alteração significativa das normas já estabelecidas por lei.
Lei 10.466/2002	Dispõe sobre a criação do Programa Grande Fronteira do Mercosul.

Fonte: Steiman (2002)

Adaptado com as últimas mudanças nas legislações brasileiras.

É interessante observar que, para o presente objeto de estudo, a transformação da legislação sobre fronteiras terá um impacto significativo: é justamente a partir de meados de 1946, com a criação do território Federal de Ponta Porã, com a conseqüente entrada de migrantes provenientes da região sul do país, que começa um insipiente processo de Reforma Agrária, tendo como objetivo a ocupação territorial com a população nacional, transformando a dinâmica estabelecida no sul de Mato Grosso até então.

Entre parênteses, Domingos José de Oliveira, historiador de origem de Ponta Porã, hoje responsável pelo Museu da Erva-Mate, relata que após a Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai, em 1870) e com a morte do Marechal Lopez, em Cerro Corá, celebrou-se um acordo para a constituição dos Limites fronteiriços (Comissão Mista, 1872).

Tomáz Laranjeira e Ernesto Paiva, então caixeiros viajantes de um Armazém em Porto Alegre propuseram-se a suprir com mantimentos a região em questão, durante a demarcação de limites.

Com o fim da demarcação foram então chamados pelo patrão para o acerto de contas, sendo que Tomáz Laranjeira recebeu como pagamento, três carretas, vindo para a região de fronteira com mais três companheiros, dando início à exploração da Erva-Mate em terras devolutas no Paraguai.

Em 1878, volta ao Brasil na região de Dominação de Julho, conhecida hoje como Aral Moreira, onde se instalou para a exploração da Erva-Mate. Por volta de 1882, após várias negociações com as autoridades governamentais, consegue a concessão de terras devolutas para a exploração da erva, durante dez anos, numa área entre os rios Iguatemi e Amambaí, e 40 Km seguindo na faixa de fronteira (algo em torno de 30 a 40 mil hectares).

Porém, antes do término do período de concessão, outro pedido foi realizado, incluindo novas extensões de terras, que iam do rio Dourados e Brilhante, até a Foz do Rio Ivinhema (aproximadamente 100 Km²).

Em 1918 fundou a cidade de Campanário, primeira cidade do sul do Estado, hoje pertencente ao Município de Caarapó.

A princípio, Tomáz Laranjeira era simplesmente um produtor individual de Erva-Mate, mas, com o passar do tempo, começava a receber influências da família Murтинho, presidentes

do Banco Rio-São Paulo, primeiro banco criado no sul do Estado e também da família Mendez Gonçalves, industriais argentinos, que deram origem à constituição da Companhia Mate-Laranjeira.

Esta Companhia tornou-se responsável não só pela exploração de Erva-Mate, como também pela construção de estradas e o porto; o Porto de Murinho foi criado com a finalidade de transportar Erva-Mate.

Porém, com a criação do território Federal de Ponta Porã, por volta de 1943-46, durante o governo de Getúlio Vargas e, com o intuito de ocupar a faixa de fronteira, a partir de um processo insipiente de Reforma Agrária com a criação da Vila Vargas, a atividade de extração da erva, começa a se enfraquecer.

Nestes termos, a Companhia Mate-Laranjeira, começa a perder parcela de seu território, pois o Governo muda o sistema de concessão para um regime de arrendamento, onde a população, que começava a ocupação territorial, não tinha o interesse precípua na exploração da erva, mas sim, na garantia de sua subsistência, o que segundo o historiador supracitado, deu origem à oligarquia em nosso estado.

Este foi o processo que paulatinamente começava a enfraquecer a companhia Mate-Laranjeira, mas que teve sua decadência com a crise de 1966, quando então a Argentina, principal comprador de Erva-Mate começa, a criar barreiras a importação do produto.

Com base em tais considerações, observa-se que o processo de ocupação territorial no sul do Estado de Mato Grosso teve como princípio a exploração da erva-mate, que se deu a partir da utilização de mão-de-obra²¹ do território vizinho (Paraguai) e que em meados da década de quarenta do século passado, começou a receber influência do Governo Federal, a partir do advento da Constituição Federal de 1946, delineando a relevância da ocupação na fronteira.

²¹ Em sua maioria, os trabalhadores da Companhia eram paraguaios. O Paraguai tinha parte de sua economia baseada na elaboração da erva-mate, e, ao findar o século XIX, a Industrial Paraguaia era a maior companhia de mate do país. No início do século, a atividade ervateira foi implantada também no território de Misiones, Argentina. No Brasil, o maior produtor de mate era o Paraná. Podemos, portanto, considerar toda a região platina como tendo uma vasta tradição de trabalho na erva-mate (ECHEVERRIA, 1986).

Desta forma, com a decadência da Companhia²², a situação sócio-econômica que se caracterizava basicamente pela extração vegetal, começa a configurar um retorno às antigas relações de subsistência, enquanto a população entrante, proveniente, principalmente, dos estados do sul, configuraria outros tipos de atividades produtivas.

Retomando a análise da tabela 2, quanto a Lei nº 2597/55, que trata da necessidade de investimento por parte da União, nos municípios estabelecidos na faixa de fronteira, com um montante de 60% de sua arrecadação, observa-se em linhas gerais, que pouco foi feito no sentido de melhorar as condições de infra-estrutura, em particular no município de Ponta Porã, tendo em vista que o mesmo não possui, até hoje, uma rede de saúde e de educação que satisfaçam, até mesmo para atender à população migrante do Paraguai, que vem em busca destes serviços.

Já o Decreto-Lei criado sob a égide do Regime Militar, apresentou obviamente traços de significativa influência do Governo Federal na faixa de fronteira, em particular na região Brasil-Paraguai, com o intuito da construção da Itaipu, o que denota o interesse na ocupação fronteiriça, tendo em vista a consolidação da influência brasileira no Paraguai.

A Constituição de 1988 traz em seu bojo apenas cinco artigos referentes ao tema fronteira, o que nada mais faz do que corroborar as leis até então alicerçadas.

No entanto, a partir da vigência da Lei 10.466/2002, que trata do Programa **Grande Fronteira do Mercosul**, observa-se uma tentativa de avanço na ocupação territorial da fronteira, com vistas à fixação do homem no campo (criação de assentamentos), criação de parcerias entre o setor público e o privado (com vistas a investimentos), conforme preceitua seu artigo 2º:

Art. 2º São objetivos do Programa Grande Fronteira do Mercosul:

I – promover a fixação do homem no campo e desestimular o êxodo rural, dotando os Municípios em que predomine população composta

²² A expectativa de que a atividade ervateira traria desenvolvimento imediato aos territórios fronteiriços do Mato Grosso não se concretizou e, por muito tempo ainda, “essa fronteira teria seu desenvolvimento econômico propriamente dito, retardatário, visto que uma de suas características principais, foi à sobrevivência de um modelo tradicional e anacrônico de ocupação extensiva, e de exploração primitiva e predatória de seus recursos naturais (CORRÊA, 1997, p. 27)”.

por pequenos e médios produtores rurais de centros de convivência social;

II – promover o fortalecimento da agricultura familiar pelo estímulo ao cooperativismo e ao associativismo econômico;

III – promover, mediante ações integradas das diferentes esferas de governo, o desenvolvimento econômico e social da área de abrangência, dotando-a das condições indispensáveis a sua inserção no Mercado Comum do Sul e à competição internacional;

IV – estabelecer modelos de desenvolvimento sustentável adequados às características naturais, à vocação econômica e às potencialidades de microrregiões homogêneas na área de abrangência;

V – assegurar a aplicação de forma articulada de recursos públicos e privados em áreas selecionadas para a criação de pólos de desenvolvimento. (Fonte: Lei 10.466/02)

Então, em linhas gerais, após um longo processo de êxodo rural, pauperização, migrações para o Paraguai, com vistas à garantia de subsistência, observa-se que finalmente o governo Federal começa a sentir a relevância do desenvolvimento sócio-econômico para a região fronteira, como se depreende da leitura do referido artigo.

Desta forma, trazendo a realidade territorial presente, observa-se uma dinâmica cada vez mais veloz, de fluxos comerciais e alfandegários, e um questionamento cada vez maior por parte dos Estados Nacionais, quanto à legalidade ou ilegalidade das operações que se realizam num determinado território, em particular, um território de fronteira.

MACHADO (2000), identifica, na atualidade, a possibilidade de decomposição da questão, em três componentes: institucional, conjuntural e estrutural.

- a) Componente Institucional: seria o controle de limites e fronteiras, no âmbito das instituições governamentais, através do exercício de soberania, por meio da segurança e da diplomacia, que representariam a alta política. No Brasil, a implementação do projeto SIVAM²³ demonstra um bom exemplo do avanço das relações institucionais na fronteira.

²³ O SIVAM apoiou-se numa concepção técnico-científico-informacional, prevendo a implantação de um sistema informatizado de vigilância permanente e de controle do tráfego aéreo, inclusive do tráfego de baixa altitude,

- b) Componente Conjuntural: o “deslizamento” da fronteira para dentro do território nacional; além da criação de territórios “especiais”, caracterizaria formas alternativas de regulação das fronteiras²⁴. Ou seja, na esfera da baixa política, o Estado poderia suspender total ou parcialmente a legislação nacional, como seguem os exemplos de implementação de zonas de livre-comércio ou zonas francas, tendo como parâmetro o princípio da extraterritorialidade.
- c) Componente Estrutural: diz respeito ao uso dos princípios de legalidade/ilegalidade dentro dos parâmetros políticos de um Estado Nacional, inserido numa economia mundial, cada vez mais caracterizada por riscos. A distinção legal (o bem) e ilegal (o mal) transformou-se numa "zona cinza", tanto no espaço global como nos espaços nacionais, basta olhar para o comportamento e evolução do sistema financeiro mundial.

Os elementos citados servem como parâmetro para a elucidação do fenômeno em questão: os aspectos determinantes das relações de fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

2.3 ESPECIFICIDADES DO TERRITÓRIO DE ESTUDO

Observa-se que o território na atualidade é resgatado, não apenas como um dos elementos constitutivos do Estado-Nacional, até porque ele tem extrapolado esta conceituação à medida que possamos imaginar o processo de transnacionalização contínua do mesmo.

É a partir dessa realidade que encontramos, no território, hoje, novos recortes, além da velha categoria região; e isso é um resultado da nova construção do espaço e do novo funcionamento do território, através daquilo que estou chamando de horizontalidades e

fundamentado em tecnologia de redes, satélites e radares, propostos pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e pelos Ministérios da Aeronáutica e da Justiça, em 1990, com o objetivo de romper com uma situação extremamente defensiva do governo brasileiro frente às acusações internacionais de destruição do patrimônio ecológico da Amazônia, que bloqueavam o financiamento externo para programas de desenvolvimento na região, principalmente a construção de infra-estrutura. MACHADO (2000)

²⁴ A fluidez das transações da faixa de fronteira beneficia a economia paralela dos países limítrofes. Caso conhecido é de Ciudad del Este (Paraguai), vizinha a Foz de Iguaçu, onde comerciantes brasileiros procedentes de inúmeros pontos do Brasil, de forma legal ou ilegal, compram mercadorias do outro lado da fronteira. Estes produtos são vendidos em feiras populares nas cidades brasileiras, com preponderância dos entrepostos paraguaios. A Confederação Nacional do Comércio (CNC) estimou em cerca de US\$ 9 bilhões as importações brasileiras via Paraguai sem pagamento de impostos (SANTOS, 1998).

verticalidades. As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais. SANTOS (1994).

Assim, muito embora existam várias especificidades sobre a ocupação no território nacional, vale destacar o processo efetivo de ocupação na região do sul de Mato Grosso, em particular dos municípios de fronteira, que obedecem a algumas ordens de fatores, como já salientado, mas que em termos analíticos, poderíamos sugerir a proximidade com o território paraguaio, no qual se destaca:

- A questão da terra;
- A questão política;

Com o fim da Guerra, em 1870, instituiu-se no Paraguai, uma Constituição com traços liberais, dando ao país abertura ao capital estrangeiro, concedendo-lhe a isenção de impostos e o direito a possuir propriedades. Como demonstra a citação a seguir:

En el Paraguay la actual situación de la tierra en materia de propiedad y tenencia reconoce su origen en hechos ocurridos después de la guerra de 1870, en la ideología impuesta por los países vencedores y específicamente en la venta de tierras públicas producida con motivo de leyes dictadas durante los años 1883 y 1885. Fue a raíz de esta indiscriminada venta que nacieron los grandes latifundios del Paraguay que en su inmensa mayoría fueron parar a manos de empresas extranjeras (GONZALEZ, 1964, p. 11).

Antes da guerra, o camponês paraguaio cultivava suas terras, respaldado em um regime “quase feudal” que não lhe fornecia títulos ou outros documentos comprobatórios da propriedade de pleno direito. Com o fim da guerra e o apogeu da legislação comentada acima, a população rural simplesmente ficou a mercê do processo mercantilista, que se seguiu em terras paraguaias, direcionando-se desta feita para as regiões vizinhas: terras de Mato Grosso, da Argentina e do Uruguai.

... ciertas regiones del Brasil, representaban mejores opciones. Con la enajenación de los yerbales y bosques se constituyen los latifundios de

las agro-indústrias ligadas al capital internacional y dedicadas a la explotación de la yerba de los bosques, y del tanino (FOGEL, 1993, p. 8).

CORRÊA (1997), descreve a chegada dos paraguaios em Corumbá, como uma praga de gafanhotos, uma calamidade, avalanche que desabou no meio da cidade. Aqueles que não encontravam emprego na construção civil, nas lides do campo ou nas funções domésticas, entregavam-se ao vício da embriaguez ou à prostituição.

O migrante paraguaio era acusado de indolência, rebeldia e propensão aos vícios. Essa caracterização preconceituosa foi utilizada para justificar a exploração, que chegava às raias da escravidão, pela classe detentora do poder, num sistema de produção, no qual eram utilizados como braços para a lavoura e como contingente disponível e passível de aproveitamento para as mais diversas atividades, até como braço armado nas lutas pela terra. SOUZA (2001).

Ainda sobre os migrantes paraguaios recaia toda a responsabilidade pela violência existente em Mato Grosso; eram também acusados dos freqüentes roubos de gado ocorridos nas regiões de: Miranda, Nioaque, Bela Vista e Dourados, quando se encontravam assentados em terras devolutas – em pequenos lotes nessas localidades; além de causarem impacto ambiental negativo por meio de queimadas e desmatamentos.

A partir do período posterior à Guerra da Tríplice Aliança, temos também o histórico problema da falta de democracia no país. A concepção primitiva da luta política, que concebia a vitória somente pela eliminação física e econômica do adversário, aumentou a fila dos migrantes.

Assim, desde o final do século XIX e durante todo o século XX, a democracia sempre foi uma instituição muito frágil nas mãos da classe dirigente paraguaia, o que gerou sérios problemas, incluindo aqueles referentes à posse da terra e outros de ordem política, quando a opinião alheia não era levada em conta, havendo um histórico de eliminação física de adversários do regime e de prisões políticas abarrotadas, conforme preceitua. SOUZA (2001).

Após a Guerra do Chaco²⁵, houve significativo crescimento do número de migrantes por motivos políticos, formando, a partir de 1936, núcleos de população paraguaia na Argentina e no Brasil, em razão dos problemas políticos vigentes no país.

Esclarecendo, duas questões fundamentais ocasionaram, e ocasionam, a migração paraguaia: a falta de trabalho e de terras para o cultivo, e a fuga em decorrência de problemas políticos.²⁶

Quanto à organização produtiva em terras paraguaias, vale destacar que ela sempre girou em torno da subsistência da unidade familiar e comunitária, não sendo orientada para a acumulação ou para a documentação da terra onde se plantava.

Na década de 1950, o Paraguai era um “país de homens sem terra e de terra sem homens” (*El Diálogo*, Assunção, 28 nov. 1989, p. 16), o que revela sua baixa densidade demográfica e o constante êxodo de seus habitantes.

Com o ditador Stroessner, houve o plano chamado “Segunda Reconstrução Nacional”, que promoveu a criação de 204 colônias agrícolas destinadas a descongestionar a área urbana. O plano foi recebido com grande aplauso pela população, no entanto, nasceu com um vício original: sem créditos que lhe permitissem cultivar a terra e conseguir dinheiro para pagar os lotes, como preceitua FOGEL (1993).

ALCARAZ (1983), coloca que a partir da década de 1970, leis favoráveis ao investimento estrangeiro foram instituídas, como a lei n. 550, de 1975, chamada de “*lei de fomento de las inversiones*” e que estabelecia, dentre outras prerrogativas:

- A liberação total dos impostos e demais taxas sobre as operações de câmbio que proviessem da incorporação de capitais;

²⁵ Guerra na qual o Paraguai enfrentou a Bolívia (1932-1935) e que foi estimulada por companhias petrolíferas transnacionais rivais do grupo das Sete Irmãs. O Paraguai venceu a Bolívia, mas perdeu 50 mil homens nos campos de batalha (*Enciclopédia do Mundo Contemporâneo*, 2000, p. 461).

²⁶ Ao responder à pergunta: “*Por qué vine a Argentina?, los inmigrantes paraguayos reflejan las causas que los motivan a dejar su patria, y pueden sintetizarse en las siguientes: el problema de la tenencia y utilización de la tierra; la falta de fuentes de trabajo; la marginalidad y la explotación socio-económica de los sectores pobres (campesinos y obreros) en favor del sector rico minoritario; las amenazas y represión política; la violación de los derechos humanos, y la carencia de garantía para desarrollar una vida digna*” (*Equipo Pastoral Paraguaya en Argentina – EPPA*, p. 1).

- A liberação total dos encargos de câmbio e depósitos prévios sobre as importações de capital;
- A redução de 50% do imposto de renda por um período de cinco anos;
- A liberação das taxas aduaneiras adicionais e complementares;
- A liberação total dos impostos que incidiam sobre a constituição de empresas, contratos de sociedades e inscrição no registro público de comércio e demais registros nacionais e a emissão e transferência de ações.

Assim, tal lei transferiu poupança externa para o país, mas em contrapartida, provocou a fuga de muitas pessoas que tiveram suas terras vendidas a estrangeiros. Em alguns casos, as terras eram conseguidas à força; houve na época o registro da morte de famílias inteiras, conforme aponta SOUZA (2001).

En efecto, entre los saldos más terribles de la Dictadura de Stroessner, figura la fractura de nuestra sociedad debido a la salida forzosa de miles y miles de compatriotas (se dice que llega a un millón e medio), que debimos abandonar el país para salvar la vida, o buscar el sustento y la libertad. Durante tres décadas se puede afirmar que Paraguay fue una cárcel que por mucho tiempo, permaneció ignorada para la opinión pública mundial y que todos esos compatriotas, más allá de nuestras fronteras constituímos y lo seguimos constituyendo, un país exiliado... (Organismo Multisectorial y pluralista en el exilio, 1990, p. 1)

A situação da migração paraguaia no Brasil, também segundo HEIKEL & BAHR (1992), era a seguinte:

En Brasil, aún cuando sus propios datos censales no permiten comparaciones directas con Argentina, se han podido contabilizar 20.025 paraguayos residiendo en 1970 y 17.560 en 1980, mostrando una tendencia a disminuir que se mantiene hasta 1990 (1992, p. 6).

Em consequência das disparidades apresentadas, às migrações se intensificaram e outros países aumentaram a recepção de migrantes paraguaios a partir de meados da década de setenta do século XX, sendo o caso dos Estados Unidos e do Canadá, conforme nos mostra o artigo do *Correio Semanal*, de Assunção in SOUZA (2001):

Aún cuando Paraguay siga siendo caracterizado como país de expulsión migratoria es imposible desconocer el cambio en el saldo migratorio entre los años 70 y 80. En efecto, mientras las tasas de emigración, a los principales países, se mantiene alrededor del 11% y 10% respectivamente, los datos censales muestran que la proporción de inmigrantes se incrementó de 3.6% en 1972 a 5.9% em 1982. Este cambio en el balance migratorio se debe tanto al aumento del flujo de inmigrantes desde los países limítrofes como a los nuevos movimientos que recibe Paraguay a partir de la segunda mitad de la década del 70 y que se intensifican a partir de los años 80 y al retorno de paraguayos residentes en la Argentina (2 mar. 2000, p. 14).

The New York Times (20 fev. 1988) estampou a seguinte notícia: *O povo sai e os dólares chegam*. Conforme comenta SOUZA (2001), o artigo referia-se à cidade de Caraguatay, cuja população não conhecia a capital do Paraguai e falava usualmente o guarani, mas quase todos tinham um parente em Nova York ou em outra cidade dos Estados Unidos. Destacam-se também as construções e reformas de casas e igrejas, o que só era possível, graças aos dólares vindos do exterior.

Conforme aponta MIRANDA (1992), os migrantes paraguaios²⁷ enfrentam, como um de seus maiores problemas, o baixo nível de escolaridade, pois os dados do censo de 1982 mostram que 40% dos paraguaios nativos não possuíam mais que três anos de escolaridade. Sendo que os que chegavam ao Brasil, 43% do total de migrantes detinham menos de quatro anos de estudos aprovados, havendo um número menor deles com estudos secundários completos. Já as mulheres, apresentavam nível de escolaridade inferior ao dos homens, sendo também mais jovens que os migrantes do sexo masculino. Além disso, os brasileiros que se mudam para o Paraguai detêm menor grau de escolaridade que os paraguaios vindos para o Brasil.

²⁷ Conforme esclarece SOUZA (2001) a pouca valorização atribuída ao migrante paraguaio é um flagrante desrespeito a qualquer norma internacional e humana, o que leva muitos deles a se esconderem, uma vez que não possuem documentos paraguaios, por não estarem em seu território de origem; o que, por sua vez, não lhes é permitido o ingresso legal nos países de acolhimento, permanecendo, conseqüentemente, na clandestinidade, sendo explorados por empregadores cômicos de sua lastimável situação; vivem em condições precárias, além de uma constante insegurança quanto à possibilidade de deportação.

Assim, a migração paraguaia destaca-se pela desorganização, uma vez que não houve, ou há projetos do país de origem, nem do receptor; a manutenção de um fluxo constante e intenso; a persistência dos migrantes, pois, apesar dos problemas dos países de acolhimento, eles se mantêm firmes em seu intento; e a dispersão, podendo-se encontrar migrantes paraguaios em todas as partes do mundo; isto se explica, uma vez que, o migrante paraguaio que vem do campo, normalmente é criador de gado ou agricultor, sem muita cultura, habituado a uma vida no campo.

SOUZA (2001), destaca que a dependência mato-grossense gerou uma ligação intensa com o Paraguai, do qual recebeu significativa influência, transformando a fronteira, além de espaço de trocas comerciais, em local de intercâmbio cultural, onde foram incorporados costumes, crenças, culinária, vestimentas e também a língua, todos fatores de identidade de uma determinada nação, o que pode ser observado também do lado brasileiro.

Desta forma, o território em questão, antes de mero componente do Estado-Nacional brasileiro, carrega consigo toda uma trajetória de migrações, ora no sentido Paraguai-Brasil, ora no sentido inverso Brasil-Paraguai, o que acaba por dar total sentido às palavras de SANTOS (1994):

Afirma-se, ainda mais, a dialética no território e, ousaria dizer, a dialética do território já que usado o território é humano, podendo, desse modo, comportar uma dialética. Essa dialética se afirma mediante um controle "local" da parcela "técnica" da produção e um controle remoto da parcela política da produção. A parcela técnica da produção permite que as cidades locais ou regionais tenham um certo controle sobre a porção de território que as rodeia.

De outro lado, vale destacar a forma de ocupação brasileira em terras paraguaias, onde se observa, de certo modo, a influência da erva-mate no processo de ocupação territorial.

No Paraná, ao longo do século XIX, desenvolve-se uma política de exportação do mate pelos ervateiros e a instalação da indústria da madeira incluindo-se um plano de colonização com imigrantes estrangeiros para atender o mercado interno. Ao longo do século XX intensificou-se a presença de cafeicultores paulistas e mineiros na colonização paranaense.

A partir da década de cinquenta do séc. XX, quando predominava a pequena propriedade voltada ao café – ao norte, e cereais – no sudoeste e no oeste, observou-se um processo de ocupação cada vez mais intenso, caracterizando a prática de grilagem de terras, mediante a usurpação de títulos dos posseiros, e conivência do próprio Governador do Estado²⁸.

Durante a década de sessenta o processo de concentração de terras obedeceu às regras do autoritarismo: a desestruturação rural foi marcante com a introdução de uma política modernizadora, sendo as pequenas propriedades – com áreas entre 10 a 15 hectares e até menores, incorporadas a empresários ou subordinadas a estes.

Com isso, a modernização da agricultura paranaense e a expansão do cultivo da soja e trigo trouxeram sérios problemas sociais e econômicos para o Estado, em decorrência da desestruturação dos pequenos proprietários e dos trabalhadores rurais que viviam da cultura cafeeira.

BATISTA (1990), destaca que, concomitante a modernização, houve a expansão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) ao rural, o que impossibilitava aos pequenos proprietários manterem os empregados tendo em vista os elevados custos sociais da legislação em vigor, o que os transformariam em bóias-frias.

A partir da década de setenta, com a política integracionista no Brasil, estabeleceram-se áreas pioneiras que precisavam ser rapidamente ocupadas, visando transformar o país num forte exportador de produtos agropecuários e agrícolas.

Com o crescimento dos investimentos estrangeiros em grandes áreas com atividades agroindustriais crescentes, o censo de 1970 registrou que cerca de 1.007.167 habitantes foram expropriados das terras no Brasil, o que os levou a atravessar a fronteira com a América do Sul – de aproximadamente 15.700 quilômetros, vindo a ocupar áreas na Argentina, no Uruguai, no Paraguai, na Bolívia e na Venezuela, na tentativa de conseguirem terra para trabalhar.

Dito de outro modo: a solução foi ocupar terras paraguaias. A partir dos constantes conflitos na fronteira do Paraná com o Paraguai, a próxima investida foi atravessar a fronteira e ocupar as terras de Porto Salsa, no Paraguai. Com a construção da Usina Hidrelétrica de

²⁸ Moisés Lupion no poder de 1946 a 1950 permitiu a desordem nos negócios de terras, pois isso beneficiava sua empresa. A partir de 1951, através da CITLA (Companhia Clevelândia Industrial e Territorial LTDA) o governo avançou nas terras dos pequenos proprietários, desprezando todos os seus direitos. Tal situação se intensifica a partir do retorno de Lupion em 1956, desta vez apoiado por JK.

Itaipu, foram novamente desapropriados, recebendo, desta vez, em troca, qualquer quantia, visto que, vivendo em outro país, não possuíam nenhum direito legal sobre as terras que ocupavam, consolidando a população brasileira em terras paraguaias²⁹.

Desta forma, com o intenso fluxo para terras paraguaias, até o momento em que a própria agricultura paraguaia começou a se modernizar, significou a mestiçagem da população que mais tarde regressaria ao Brasil: os brasiguaios.

Com a colonização na fronteira foi fundado o município de Mundo Novo, (MS) que se situa exatamente na divisa com o Paraná e na fronteira com o Paraguai.

Porém, com as oscilações típicas das lavouras, os brasiguaios sofreram vários anos com o baixo rendimento de sua produção e seu elevado custo, terminando por vender suas propriedades para empresas mecanizadas, que começariam a modernizar a agricultura no Paraguai, transformando as famílias em assalariados, meeiros, arrendatários e até bóias-frias.

Sintetizando: os dois fluxos migratórios a partir da década de oitenta do séc. XX, sofreram com o aprofundamento da modernização agrícola: as duas correntes migratórias foram “empurradas” para o território sul-mato-grossense, vindo a caracterizar um processo cada vez mais amplo de “dialética territorial”: o Estado de Mato Grosso do Sul – um dos estados mais concentradores de terra do país, começava a aglutinar paulatinamente um contingente de trabalhadores rurais sem terra, provenientes, ora do Paraguai, ora do Paraná, mas, sem dúvida, territorialmente dispostos a ocuparem as terras de Mato Grosso do Sul.

²⁹ Dois momentos marcaram a ocupação brasileira em terras paraguaias nesta fase: de 1950 a 1969 principalmente devido às vantagens com relação aos preços das terras e à fertilidade do solo; de 1970 a 1979 devido principalmente à modernização da agricultura brasileira e os incentivos do cultivo de soja que estava com excelente cotação no mercado internacional.

3 A AGRICULTURA FAMILIAR, O AGRONEGÓCIO E A GERAÇÃO DE RENDAS: A IMPORTÂNCIA DO ASSENTAMENTO RURAL DORCELINA FOLADOR.

3.1 O ASSENTAMENTO RURAL NO CONTEXTO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO AGRONEGÓCIO

Um dos temas mais explorados na economia nacional é, sem dúvida, o Agronegócio. Em certa parte decorrente de um processo lento, inserido em um contexto histórico, onde se observa a gênese das Vantagens Comparativas no Brasil, com a exportação de matérias-primas.

Mas daquela fase incipiente, por volta dos séculos XVIII, XIX e boa parte do século XX, observam-se mudanças estruturais na relação de produção de matérias-primas, chegando-se ao século XXI, dentro de uma perspectiva voltada à compreensão da agregação cada vez maior de valor ao produto, distanciando cada vez mais, a produção de matérias-primas, do produto final, proveniente do “rural”.

As atividades econômicas mais importantes que iniciaram a formação econômica do Brasil são de origem rural, como a extração do pau-brasil, produção de cana-de-açúcar, a cultura do café, fontes de geração de excedentes de produção, exportações e de divisas.

Em particular, a expansão do setor cafeeiro, entre 1890 e 1930, segundo TEDESCO (2001), deu início ao estabelecimento das atividades industriais voltadas ao mercado interno, como as primeiras agroindústrias de óleos vegetais, açúcar e álcool; a indústria têxtil alcançava o espaço de grande indústria nacional.

No entanto, até 1930, a evolução da economia brasileira ainda se ajustava significativamente aos fatos econômicos da economia mundial. É, a partir de então, que uma nova estrutura com significativo fortalecimento, começou a abranger as faixas de produção de bens de consumo duráveis, intermediários e de capital. Com isso, houve a necessidade da integração dos mercados nacionais de alimentos, de trabalho e de matérias-primas, culminando com a implementação do setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos.

Tabela 3.1 – O agronegócio brasileiro de 1959 a custo de fatores (US\$ milhões)

Agregados do Agronegócio	Valor	Percentual	Participação Relativa do Agronegócio no PIB
I Montante	513	7,54	
II Produção Rural	2.975	43,72	
III Jusante	3.317	48,74	
Produção Agroindustrial	1.504	22,11	
Distribuição Final	1.813	26,64	
Valor Total do Agronegócio	6.805	100	52,76
Produto Interno Bruto	12.899	100	100

Fonte: Tedesco (2001)

Só para se ter uma idéia, o agronegócio brasileiro de 1959, seguindo a Tabela 3.1, chegou a responder por 52,76% do PIB brasileiro, ou seja, vendia-se aos consumidores um total de US\$ 6.805 milhões de produção, dos quais, os produtores de insumos (montante) recebiam US\$ 513 milhões (7,54% do total); os produtores rurais, US\$ 2.975 milhões (43,72% do total) e os que armazenavam, processavam e distribuíam a produção rural (jusante) recebiam US\$ 3.317 milhões (48,74%) do total.

Tabela 3.2 – O agronegócio brasileiro de 1970 a custo de fatores (US\$ milhões)

Agregados do Agronegócio	Total	Percentual	Participação Relativa do Agronegócio no PIB
I Montante	1.503	11,8	
II Produção Rural	4.333	34,02	
III Jusante	6.898	54,17	
Produção Agroindustrial	3.772	29,62	
Distribuição Final	3.126	24,55	
Valor do Agronegócio	12.734	100	38,97
Produto Interno Bruto	32.673	100	100

Fonte: Tedesco (2001)

Avançando-se no tempo, a partir da Tabela 3.2, já em 1970, o agronegócio brasileiro vendia um total de US\$ 12.734 milhões de produção, dos quais US\$ 1.503 milhões (ou 11,80%) eram compra de insumos ou gastos em custeio, feitos pelos agricultores (montante); US\$ 4.333 milhões (ou 34,02%) eram a renda ou valor adicionado, gerado pelos agricultores (produção rural).

Os produtores rurais neste contexto gastaram US\$ 1.503 milhão em insumos e agregaram valor na ordem de US\$ 4.333 milhões, como remuneração dos fatores de produção terra (renda da terra, aluguéis), mão-de-obra (salário e pagamento dos autônomos familiares) e capital (juros e lucros), além de impostos indiretos líquidos.

Tabela 3.3 – O agronegócio brasileiro de 1980 a custo de fatores (US\$ milhões)

Agregados do Agronegócio	Total	Percentual	Participação do Agronegócio no PIB
I Montante	13.860	18	
II Produção Rural	21.778	28,28	
III Jusante	41.356	53,71	
Produção Agroindustrial	16.784	21,8	
Distribuição Final	24.573	31,91	
Valor Total do Agronegócio	76.994	100	36,27
Produto Interno Bruto	212.309	100	100

Fonte: Tedesco (2001)

Pode-se dizer, já na década de 80, conforme dados da Tabela 3.3, o país contava com um agronegócio que vendia aos consumidores US\$ 76.994 milhões, assim distribuídos: US\$ 13.860 milhões (ou 18%) representavam o valor das compras de insumos dos produtores rurais junto ao montante; US\$ 21.778 milhões (ou 28,28%) eram a produção dos produtores rurais; US\$ 41.356 milhões (ou 53,71%) eram a produção dos setores que fazem parte do jusante do agronegócio.

Tabela 3.4 – O agronegócio brasileiro de 1990 a custo de fatores (US\$ milhões)

Agregados do Agronegócio		Total	Percentual	Participação Relativa do Agronegócio no PIB
I	Montante	23.138	16,88	
II	Produção Rural	33.157	24,19	
III	Jusante	80.783	58,93	
	Produção Agroindustrial	28.636	20,89	
	Distribuição Final	52.147	38,04	
Valor do Agronegócio		137.077	100	34,74
Produto Interno Bruto		394.562	100	100

Fonte: Tedesco (2001)

Conforme dados da Tabela 3.4, no ano de 1990, o país contava com um agronegócio que vendia aos consumidores US\$ 137.077 milhões, assim distribuídos: US\$ 23.138 milhões (ou 16,88%) representavam o valor das compras de insumos dos produtores rurais junto ao montante; US\$ 33.157 milhões (ou 24,19%) corresponderiam à produção dos produtores rurais; US\$ 80.783 milhões (ou 58,93%) eram a produção dos setores que fazem parte do jusante do agronegócio.

Tabela 3.5 – O agronegócio brasileiro de 1995 a custo de fatores (US\$ milhões)

Agregados do Agronegócio		Total	Percentual	Participação do Agronegócio no PIB
I	Montante	32.471	17,3	
II	Produção Rural	58.267	31,04	
III	Jusante	96.968	51,66	
	Produção Agroindustrial	34.328	18,29	
	Distribuição Final	62.639	33,37	
Valor do Agronegócio		187.706	100	31,58
Produto Interno Bruto		594.391	100	100

Fonte: Tedesco (2001)

A partir dos dados da tabela 3.5, em 1995, o país contava com um agronegócio que vendia aos consumidores US\$ 187.706 milhões, assim distribuído: US\$ 32.471 milhões (ou 17,30%) representavam o valor das compras de insumos dos produtores rurais junto ao montante; US\$ 58.267 milhões (ou 31,04%) eram a produção dos produtores rurais; US\$ 96.968 milhões (ou 51,66%) eram a produção dos setores que fazem parte do jusante do agronegócio.

Os produtores rurais neste contexto gastaram US\$ 32.471 milhões em insumos e agregaram valor na ordem de US\$ 58.267 milhões, como remuneração dos fatores de produção terra (renda da terra, aluguéis), mão-de-obra (salário e pagamento dos autônomos familiares) e capital (juros e lucros), além de impostos indiretos líquidos.

A partir da análise destas diversas tabelas, que tratam da questão da expansão do Agronegócio no Brasil, observa-se que a valorização da grande indústria, principalmente os setores mais intensamente desenvolvidos, foram amplamente beneficiados nesse processo.

Retomando o argumento levantado no capítulo 2, da presente pesquisa, onde se discutiu a questão da expansão territorial nacional, observa-se que, à medida que o agronegócio foi capaz de receber uma série de elementos tecnológicos, que foram década a década, distanciando o produtor rural – responsável pela produção de matéria-prima, do produtor final – responsável pela maior agregação de valor ao produto, tem-se uma relação territorial bastante interessante.

Ao longo de décadas, a estrutura produtiva brasileira concentrou o grande centro dinamizador da indústria, na região Centro-Sul, abarcando os estados do Sudeste e do Sul do País. Ao restante, estados como o Mato Grosso do Sul, restou a reprodução territorial sob a forma da grande estrutura latifundiária, aparentemente, desconexa dos setores industriais.

Porém, com a retração econômica vivenciada no Brasil, ao longo da década de oitenta (conforme discutido no capítulo 1, desta pesquisa), os setores tradicionalmente responsáveis pela alavancagem do setor externo nacional, foram chamados a participar mais intensivamente. Este processo foi responsável por um aumento da concentração das terras, intensificação tecnológica e, conseqüentemente, redução gradativa da ocupação no campo.

Restringindo-se ao estado de Mato Grosso do Sul, observa-se três décadas de transformações territoriais:

- Década de 80: quando a expansão territorial, proveniente da ocupação por migrantes do sul e sudeste, marcou a modernização tecnológica e a dinamização da produção da soja e de bovinos;
- Década de 90: quando a expansão territorial, já demonstrava marcas de desgaste, pois parcela crescente da população migrante que não se inseria no contexto da grande estrutura latifundiária, começa sua inserção nos grandes complexos agroindustriais, ao mesmo tempo, em que as culturas de subsistência perdiam espaço;
- Século XXI: desde o início do atual século, observa-se a tendência crescente quanto à discussão da retomada da agricultura familiar, como forma de geração de emprego e renda; ao mesmo tempo, o grande latifúndio tenta estabelecer conexões com a agricultura familiar.

A renda dos agricultores familiares tende a diminuir sempre mais em relação aos outros agregados do agronegócio, não só por causa da propensão à concentração das indústrias da jusante e da montante, mas também, como afirma TEDESCO (2001), por causa da especialização no trabalho e pela baixa rentabilidade do capital, na atividade rural.

Caracterizando-se o tema **Agricultura Familiar**, tem-se que levar em consideração a sua grande importância em países como o Brasil e talvez, e principalmente, em um país como o Paraguai.

No entanto, para que não se caia no risco de definições desapropriadas, necessário se faz um resgate de alguns requisitos para a caracterização do referido tema. TEDESCO (2001), aponta os seguintes critérios:

- Do ponto de vista empresarial: diz respeito a uma empresa que se identifica com uma família há pelo menos duas gerações, sendo essa ligação de influência recíproca.
- Do ponto de vista do crédito rural: o Manual de Crédito Rural (1997) preceitua que a agricultura familiar, para fins de financiamento no Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF):

a) a renda bruta familiar anual prevista não pode ultrapassar a R\$ 27.500,00 (vinte sete mil e quinhentos reais), com rebate de 50% para atividades de agricultura, piscicultura, suinocultura e sericicultura,

sendo que a renda deverá, em 80%, ser proveniente da exploração agrícola;

b) a propriedade não pode ter mais do que quatro módulos fiscais;

c) deve-se manter na propriedade, no máximo, dois empregados permanentes, admitida a ajuda de terceiros, diante da necessidade sazonal que a atividade exigir.

- Do ponto de vista da FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) e INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no ano de 1996, definiram três pontos de referência: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho, em sua maior parte, é desempenhado pela família; os fatores de produção pertencem à família, com exceção cabível a terra, sendo passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.
- Do ponto de vista do Estatuto da Terra (lei 4.504/64): a propriedade familiar constitui-se de imóvel explorado pelo agricultor e sua família direta e pessoalmente, absorvendo toda a força de trabalho, dando-lhes garantia de subsistência, progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, com eventual ajuda de terceiros.

Tentando esmiuçar um pouco melhor o que positiva a lei, a FAO e o INCRA (1996), delimitam em quatro fatores o universo da agricultura familiar:

a) a direção dos trabalhos exercida pelo produtor;

b) não foram realizadas despesas com serviços de empreitada;

c) sem empregados permanentes e com número médio de empregados temporários menor ou igual a quatro com um empregado permanente e número médio de empregados temporários menor ou igual a três;

d) com área total menor ou igual a quinhentos hectares para as regiões Sul e Sudeste e mil hectares para as demais regiões.

Tais considerações se fazem necessárias devido à importância que o tema Agricultura Familiar merece, diante da diversidade que apresenta em relação à típica empresa capitalista, tendo em vista o peso que o trabalho familiar desempenha em seu processo produtivo, destacando-se a questão da subsistência, progressão social e econômica da família.

Além disso, duas questões devem ser destacadas, quando se refere ao tema Agricultura Familiar em Assentamentos Rurais. Em primeiro plano, a necessidade de se verificar a política agrária implementada em nível federal; em segundo plano, a discussão sobre as possibilidades de desenvolvimento dos assentamentos de produtores rurais surgidos recentemente e sua sustentabilidade.

Esta discussão se deve ao fato de que a comunidade inserida no assentamento deve desenvolver, desde o início, a capacidade de trabalhar de maneira integrada e participativa, implementando o desenvolvimento endógeno, através da correta interpretação das perspectivas, tanto dentro do contexto produtivo, como quanto à possibilidade de inserção social.

GRAZIANO DA SILVA (1978), enfocando a questão da propriedade da terra, dentro de um sistema capitalista pouco evoluído preceitua que a tendência do capital penetrar na agricultura e transformá-la, significa que o preço dos produtos agrícolas deverão pressionar o preço de produção, tendo em vista que parte do valor deverá ser retido pelo proprietário da terra sob a forma de renda fundiária.

A partir disso, o preço das matérias-primas e dos alimentos será mais elevado do que seria numa situação em que não houvesse o monopólio da propriedade fundiária, pois ele terá que incluir, além do preço de produção, a renda da terra.

O maior preço dos alimentos resulta num aumento do custo de reprodução da força de trabalho e, juntamente com o maior preço das matérias-primas, dificulta a acumulação de capital. Desta forma, a contradição entre o capital e a propriedade fundiária, aumenta, colocando-se a abolição desta como alternativa.

Assim, necessário se faz destacar que a estrutura de produção agrária, assim como a estrutura de produção industrial, atravessa um processo de concentração, só que de maneira mais complexa e mais lenta. SANTOS (2000) de um lado coloca que, em virtude da incorporação de pequenos lotes de terra a uma “empresa” maior. De outro lado, às transformações técnicas na agricultura, através da utilização de fertilizantes, defensivos, maquinaria, irrigação, drenagem e a própria divisão do trabalho, trazendo à produção agrária um significativo aumento de produção e produtividade.

No entanto, para grande parte da sociedade brasileira, o segundo processo não é ainda regra, ou seja, os ganhos proporcionados pela produção agrária, perpassam necessariamente, a intensa utilização da terra, diga-se de passagem, em caráter extensivo. Desta forma, a distribuição da propriedade torna-se elemento determinante para caracterização deste sistema agrícola.

Para melhor compreender esta questão, é importante que se diferencie “Reforma Agrária” e “Assentamentos Rurais”, tendo em vista que, muitas vezes, são utilizados com o mesmo significado.

Para MEDEIROS (1994), a **reforma agrária** relaciona-se a reforma fundiária, ou seja, modificar a estrutura do campo, torná-la mais equânime. Já o **assentamento rural**, diria respeito às ações práticas que se iniciariam com a seleção dos beneficiários da reforma agrária, e se encerrariam no momento em que eles tomassem posse do lote de terra a eles destinado.

Sendo assim, o conceito de **assentamento** se expandiu ao longo do tempo, para incluir toda a série de medidas necessárias à fixação e transformação dos novos proprietários de terras, em efetivos produtores rurais.

MEDEIROS (1994), preceitua que o desempenho do processo de reforma agrária depende, sobremaneira, da eficácia das ações que se desenvolvam em torno dos processos de assentamento, destacando os seguintes princípios:

- Racionalidade: programar e utilizar os recursos materiais, humanos e financeiros com adequação e parcimônia, a fim de maximizar seus usos.
- Objetividade: respeitar as indicações da realidade, ou seja, todos os agentes envolvidos – beneficiários e instituições, devem orientar suas ações baseados nas condições objetivas do país, da comunidade assentada e das unidades produtivas.
- Participação: a soma dos esforços institucionais, associados aos interesses e desejos dos parceiros, deve orientar a construção da unidade comunitária do assentamento.

Quanto às fases do **Projeto de Assentamento**, segundo a mesma autora:

- Obtenção de recursos: aquisição de áreas, com a identificação e seleção de beneficiários, a obtenção e adesão de instituições de ação complementar, com disponibilidade de recursos materiais, financeiros e humanos.

- Constituição do projeto e conhecimento dos recursos: os beneficiários e suas famílias são instalados na área e, paralelamente, se faz à revisão das condições do projeto, como a capacidade de uso do solo, bem como as condições de saúde, educação e preparo para as atividades do projeto dos parceleiros e sua família.

Esta última etapa, segundo MEDEIROS (1994), não deve ultrapassar os seis meses, que logo em seguida serão acompanhados por:

- Habilitação de recursos: entre seis e dezoito meses de existência do assentamento, com a implementação de algumas obras de infra-estrutura, como: estradas, armazéns, mecanismos de provisionamento de bens de produção e de consumo.
- Consolidação do assentamento: entre dezoito e sessenta meses, o projeto buscará auto-suficiência, com a estruturação de suas bases produtivas e a consolidação da infra-estrutura básica requerida.
- Administração: progressivamente, todas as tarefas e decisões seriam assumidas pelos assentados, mediante formas associativas que elegessem, como exemplos a associação comunitária ou a cooperativa.

Pode-se assim compreender que o assentamento não se conclui com o acesso do trabalhador à terra. Salvadas as devidas proporções em que estes procedimentos venham a se desenvolver, é importante destacar que, se a noção de assentamento envolve a fixação do homem na terra, não se pode desvincular disso o provimento das condições para torná-la produtiva

Em uma sociedade capitalista, a satisfação das necessidades individuais requer o acesso aos recursos monetários que permitem o pagamento pelo direito de uso ou consumo de qualquer mercadoria. Neste caso, a renda torna-se fator decisivo para garantia do indivíduo ao consumo e a sua reprodução social.

O desenvolvimento social recente revela características muito distintas dos anos setenta, quando os estudiosos da pobreza rural buscavam entender como os pobres do campo se inseririam no processo de modernização agrícola ou quais as suas perspectivas de reprodução social fora deste setor, como trabalhadores da indústria. Atualmente, como preceitua SCHNEIDER & FIALHO (2000), o estudo da pobreza rural passou também a se relacionar

com outros problemas como o desemprego crescente nos setores urbano-industriais, com a pressão demográfica sobre as grandes cidades, com a violência urbana.

Amenizar a pobreza no meio rural passou a ser uma medida social de “quase-confinamento” ou retenção do problema no seu local de origem; ou seja, a *estratégia* continua a ser a de manter os pobres no campo (em décadas passadas falava-se em “*fixar o homem no campo*”), como se fosse possível estancar a sangria demográfica que vem alimentando o inchaço populacional dos grandes centros urbanos.

Os territórios rurais são heterogêneos; cada território encerra uma diversidade de atores e de interesses. Como preceitua SEPÚLVEDA (2003), é fundamental que os investimentos públicos não se esgotem no investimento de caráter econômico. O investimento social é decisivo para que se alcance melhores condições de vida da população. O acesso aos serviços públicos básicos é condição para que o desenvolvimento se converta em um valor tangível para as populações pobres.

Observa-se que a universalização do acesso à educação, à saúde, ao saneamento, à moradia digna, à energia elétrica, à comunicação, ao transporte, aos direitos humanos, à proteção à criança e ao idoso, ao trabalho são direitos que exigem investimentos públicos e privados, o empenho da sociedade e o estímulo das políticas públicas.

Para serem eficazes, as estratégias de desenvolvimento devem incorporar, não somente dimensões tecnológicas, mas, principalmente, questões sociais e econômicas. Somente políticas e ações baseadas em tais estratégias podem fazer frente aos fatores estruturais e sócio-econômicos que determinam a crise agrícola-ambiental e a miséria rural que ainda existem no mundo em desenvolvimento.

COSTA & PIRES (2003), argumentando sobre a realidade dos assentamentos em Ponta Porã, destacam a participação dos assentados nas fases iniciais do processo, como na escolha do local para acampar, através da indicação dos grupos sociais a que estão ligados, a demarcação da terra já desapropriada, a instalação e a construção das casas, percebe-se a solidariedade e realização de tarefas comuns.

No entanto, destacam que ao se elaborar o Projeto de Desenvolvimento para o Assentamento começa o distanciamento dos assentados, pois a associação deveria estar elaborando este projeto de acordo com os agentes locais e verificando suas potencialidades e

desejos; entretanto, desviando-se deste projeto ela se envolve politicamente, deixando de lado os interesses dos seus associados, e começa a fazer o jogo político, visando apenas ao interesse pessoal de seu dirigente.

Para estes autores, pela falta de vontade da associação em oportunizar o desenvolvimento do assentamento, é que a grande maioria dos assentados presta serviços nas fazendas vizinhas aos assentamentos para a subsistência das famílias. Contudo, destacam-se, também, a clara falta de vontade dos Órgãos Oficiais, em realmente estar oferecendo uma assistência adequada, tem-se evidenciado na liberação dos recursos na época adequada para o plantio, criando verdadeiras condições para o real desenvolvimento dos assentamentos.

Dentre os pontos de destaque na pesquisa dos referidos autores, diz respeito à articulação dos assentados, tendo em vista suas diferentes origens. Os costumes e as tradições irão influenciar na busca de uma alternativa que envolva toda a comunidade.

Neste particular, o papel das lideranças da comunidade é de suma importância no trabalho de aparar as arestas, como articulador do processo de desenvolvimento dos assentamentos e como ator coadjuvante.

O papel das lideranças, neste sentido, seria o de convencer os Órgãos políticos das instâncias – municipal, estadual e federal, sobre a importância desta forma de assentamentos humanos como base para a produção nacional e que tenham uma visão econômica das frentes de trabalho compostas por pequenos agricultores rurais.

No caso do assentamento “Dorcelina Folador”, pode-se observar a partir das visitas ao assentamento aspectos que não se distanciam muito dos fatos acima relatados. Assim, observa-se a forte presença de um traço “integrador”, que é a origem fronteiriça da população, mas ao mesmo tempo “desagregador”, pelo instinto individualista prevalecente entre as famílias, o que dificulta, sobremaneira, a tomada de decisões em caráter coletivo, tendo em vista benefícios comuns, como exemplo, a implementação de refrigeradores de leite e, subseqüentemente, a construção de uma fábrica de derivados do leite, como já se observa em outros assentamentos do Estado.

3.2 A GERAÇÃO DE RENDAS, OS VAZIOS DEMOGRÁFICOS E A POBREZA RURAL EM MATO GROSSO DO SUL.

Em uma sociedade capitalista, a satisfação das necessidades individuais passa, sobremaneira, pelo acesso aos recursos monetários que permitem o pagamento pelo direito de uso ou consumo de qualquer mercadoria. Neste sentido SCHNEIDER (2003), aponta que o acesso à renda se constitui em fator decisivo para o indivíduo usufruir bens e serviços e, com isso, garantir a sua reprodução social. Os estudiosos da pobreza fazem amplo uso dos indicadores de renda para medir as condições dos membros de uma sociedade em satisfazer suas necessidades básicas e, a partir daí, apontar as discrepâncias no acesso aos recursos que existem entre indivíduos, grupos ou classes.

A pobreza tem sido descrita como um fenômeno complexo, de significados multivariados para pessoas, instituições ou países, que pode ser identificada através de indicadores de renda, saúde, habitação, educação, entre outros, segundo CORRÊA (1997). Além disto, pode ser entendida como uma situação de carência de condições para satisfazer as necessidades básicas (*basic needs*), capazes de permitir ao indivíduo ou a sua família recursos para Supri-las.

ROCHA (2000), mostra que a desigualdade na distribuição da renda nacional vem se ampliando nos últimos anos em função do esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real e da desvalorização da moeda nacional (janeiro de 1999); em 1999 a pobreza brasileira aumentou em 3,1 milhões de pessoas, considerando-se pobres aqueles indivíduos que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas; em 1998, 33,4% da população brasileira vivia na pobreza sendo que, em 1999, este percentual passou para 35%, o que significa que 57,2 milhões de pessoas viviam sem condições de alimentar-se, vestir-se e garantir o acesso satisfatório à saúde e à educação.

Na análise do território em questão, ou seja, a fronteira entre Mato Grosso do Sul e Paraguai, pode-se perfeitamente apontar que o empobrecimento da população rural esteve relacionado ao próprio processo de desenvolvimento agrícola, que teve alterado seu padrão

técnico-produtivo a partir de meados dos anos setenta e oitenta, quando teve início à chamada *modernização da agricultura*³⁰.

A pobreza rural revelada em Mato Grosso do Sul, na região fronteira com o Paraguai, revela traços bem distintos de outros territórios dentro do Estado, ou mesmo do país. A partir da expansão político-econômica vivenciada pelo estado de Mato Grosso do Sul, em fins da década de setenta e, principalmente, ao longo dos anos oitenta, busca-se compreender que o processo de concentração e reconcentração das terras, ao mesmo tempo em que recebe apoio de políticas públicas, sob a forma de financiamento, também se mostra responsável pela urgência da intervenção pública de caráter social MASI (2001).

Os pobres do campo, no caso específico da região fronteira de Mato Grosso do Sul, não dispõem da mesma margem de inserção dentro da dinâmica industrial capitalista, como se pensava em meados da década de setenta. Ao contrário, reforçam a relação com a terra, com a cultura de subsistência, o baixo nível educacional, o que conseqüentemente reforça a pressão destes grupos por serviços do estado GALEANO (2001).

No caso dos fronteirios “brasiguaios”, é bastante notória a busca pelos serviços de saúde e de educação do outro lado da fronteira. No Brasil, especificamente nos municípios de fronteira, como Ponta Porã, Amambaí, Porto Murtinho e Mundo Novo, a pressão por maior quantidade de leitos hospitalares e vagas nas escolas municipais é crescente.

A partir disso, a conexão da pobreza rural, com a reforma agrária, está se tornando uma preocupação para o desempregado urbano das metrópoles (que não deseja mais candidatos às escassas vagas), para a classe média impressionada com o aumento da violência nas cidades e mesmo para os sem-terra do campo (que não podem mais migrar para as áreas de fronteira agrícola e tampouco dividir os já miúdos lotes familiares, quando estes existem). Para SCHNEIDER (2000), talvez seja por estas razões que o combate à pobreza e à miséria rural estejam sensibilizando várias categorias sociais e, com isso, alcançando legitimidade política.

O problema da desigualdade e da exclusão das populações rurais mais vulneráveis, é de natureza estrutural e não representa uma novidade. O fato de a pobreza rural estar retornado à

³⁰ No Brasil, o termo faz referência à implementação dos princípios da Revolução Verde, ao longo das últimas décadas, onde os sistemas produtivos agrícolas sofreram transformações importantes, com ganhos de produtividade via incorporação de novos fatores de produção, como o uso de sementes melhoradas, adubos químicos, agrotóxicos e maquinaria agrícola.

agenda social e política nos anos recentes, tem a ver com o fracasso do ideário da modernização produtivista da agricultura, disseminado nos anos setenta, e com o acirramento dos protestos e das reivindicações sociais contestatórias a este modelo tecnológico, que emergiram a partir de meados dos anos oitenta, vindo a produzir transformações de caráter territorial, produtivo e ocupacional, nos anos noventa, arrastando-se até o presente século GALEANO (2001).

Desta forma, a redução da pobreza rural também está associada à mudança da estrutura social e econômica que a produz. Na década de 1970, as migrações eram uma das principais alternativas que se apresentavam aos pobres do campo, para escapar da exclusão social.

O massivo êxodo rural, ocorrido nas regiões Sul e Nordeste, foi estimulado pelas próprias possibilidades de acesso aos empregos urbanos, que então eram criados pelo setor industrial e de serviços em expansão.

Os elementos relacionados à pobreza rural, ao longo das décadas de oitenta e noventa, vieram a pressionar o grupo social em estudo – composto de brasiguaios, em torno da questão da distribuição das terras, da assistência a ser oferecida pelo Estado, via políticas públicas de assentamento rural e produção sob regime de agricultura familiar.

Neste sentido surge o conflito social. Ele é parte das relações sociais e de poder. Deve ser considerado, não só como um fato social, mas, um *fato-sendo-feito* e, por isso, aberto às circunstâncias do lugar e do tempo em que ocorre LEMTO (2005).

Ele é a manifestação concreta dos antagonismos de grupos e classes e por meio dele se evidencia a experiência concreta de construção de sujeitos sociais, onde se configuram a construção de identidades coletivas, de motivações e interesses compartilhados, estratégias de luta, assim como formas de organização e manifestação.

Segundo relatório do LEMTO (2005), os tipos de manifestações são as formas pelas quais os conflitos efetivamente se concretizam. Uma manifestação é a concretização da ação desencadeada por um protagonista, é o conflito enquanto ato. A manifestação é o conflito *stricto sensu*. São as manifestações que permitem uma expressão espacial desses grupos sociais diante da sociedade.

Nesse sentido, a manifestação é, de certa forma, o ápice da ação dos protagonistas. Existe todo um complexo e múltiplo processo de constituição do próprio protagonista (seus valores, sua identidade coletiva, visão de mundo), na identificação dos seus inimigos e aliados, na construção de um imaginário social.

Pode-se compreender que, é a partir das manifestações, que os protagonistas tentam *ocupar um espaço* na arena política, enfim no espaço público, para se colocar como um sujeito ativo da construção do dever social.

Segundo o mesmo grupo de pesquisa, todo o processo de articulação que vai, desde a propagação ideológica, até a forma como esses protagonistas irão mobilizar e organizar uma quantidade necessária de pessoas para uma atuação dentro das estratégias traçadas será levado em consideração quando nos remetermos à forma como os diferentes atores sociais/protagonistas se manifestam no espaço LEMTO (2005).

Conforme Figura 3.1, a questão dos conflitos no campo vem envolvendo número crescente de famílias. No ano de 2004, foram registrados 1.543 conflitos, envolvendo uma média de 1,9 milhão de pessoas, sendo 49 mil, o número de pessoas, expulsas pela pistolagem e por ameaças de particulares.

O Estado de Mato Grosso do Sul apresenta um número de conflitos altíssimo (índice de 4,3), pois de acordo com a legenda, um índice onde o número de conflitos está acima de 4 é considerado alto, com o envolvimento de famílias bastante alto (índice de 2,5) e um número de famílias expulsas por pistoleiros ou particulares, também altíssimo (índice de 4,4), colocando o Estado em 3º lugar no ranking da violência no campo e o 1º lugar no ranking da concentração de terras, com 91,7%.

3.3 DORCELINA FOLADOR³¹: CONSIDERAÇÕES SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR DE MATO GROSSO DO SUL NA REGIÃO DE FRONTEIRA

O assentamento rural “Dorcelina Folador”, criado em julho de 2001, é constituído de 06 glebas da Fazenda Santa Virgínia, sendo as fazendas: Entre Rios, Ita, Noroeste, Rabão, Siriema e Tucano, totalizando 8.011,8556 ha. tendo sido adquiridas a partir do seguinte detalhamento:

Quadro 3.1 - FAZENDA ENTRE RIOS

D i s c r i m i n a ç ã o	V a l o r R\$
Valor Total da Terra Nua (VTN)	897.182,58
Valor Médio da Terra Nua (VTN)	669,6
Valor Total das Benfeitorias	136.644,67
Valor Médio das Benfeitorias	101,98
Valor Total do Imóvel	1.033.827,25
Valor Médio do Imóvel/há	771,58

Fonte: PDA/IDATERRA (2001) - Assentamento Rural Dorcelina Folador

Quadro 3.2 - FAZENDA ITA

D i s c r i m i n a ç ã o	V a l o r R\$
Valor Total da Terra Nua (VTN)	933.176,50
Valor Médio da Terra Nua (VTN)	671,35
Valor Total das Benfeitorias	167.709,19
Valor Médio das Benfeitorias	120,65
Valor Total do Imóvel	1.100.885,69
Valor Médio do Imóvel/há	792

Fonte: PDA/IDATERRA (2001) - Assentamento Rural Dorcelina Folador

³¹ A denominação aprovada em assembléia foi em homenagem a DORCELINA FOLADOR “Companheira de luta”, ex-assentada nos anos 1988 e 1989, eleita Prefeita do Município de Mundo Novo pelo Partido do Trabalhadores (PT) e assassinada em 30 de outubro de 1999.

Quadro 3.3 - FAZENDA NOROESTE

D i s c r i m i n a ç ã o	V a l o r R\$
Valor Total da Terra Nua (VTN)	886.771,54
Valor Médio da Terra Nua (VTN)	666,96
Valor Total das Benfeitorias	212.229,73
Valor Médio das Benfeitorias	159,62
Valor Total do Imóvel	1.099.001,27
Valor Médio do Imóvel/hectares	826,58

Fonte: PDA/IDATERRA (2001) - Assentamento Rural Dorcelina Folador

Quadro 3.4 - FAZENDA RABÃO

D i s c r i m i n a ç ã o	V a l o r R\$
Valor Total da Terra Nua (VTN)	929.679,05
Valor Médio da Terra Nua (VTN)	670,48
Valor Total das Benfeitorias	258.091,60
Valor Médio das Benfeitorias	186,13
Valor Total do Imóvel	1.187.770,65
Valor Médio do Imóvel/há	856,61

Fonte: PDA/IDATERRA (2001) - Assentamento Rural Dorcelina Folador

Quadro 3.5 - FAZENDA SIRIEMA

D i s c r i m i n a ç ã o	V a l o r R\$
Valor Total da Terra Nua (VTN)	852.319,65
Valor Médio da Terra Nua (VTN)	663,82
Valor Total das Benfeitorias	218.971,07
Valor Médio das Benfeitorias	170,54
Valor Total do Imóvel	1.071.290,72
Valor Médio do Imóvel/há	834,36

Fonte: PDA/IDATERRA (2001) - Assentamento Rural Dorcelina Folador

Quadro 3.6 - FAZENDA TUCANO

D i s c r i m i n a ç ã o	V a l o r R\$
Valor Total da Terra Nua (VTN)	933.263,30
Valor Médio da Terra Nua (VTN)	672,23
Valor Total das Benfeitorias	193.182,90
Valor Médio das Benfeitorias	139,15
Valor Total do Imóvel	1.126.446,20
Valor Médio do Imóvel/há	811,38

Fonte: PDA/IDATERRA (2001) - Assentamento Rural Dorcelina Folador

Foram gastos, com o processo de aquisição das Fazendas R\$ 6.619.221,78 (seis milhões, seiscentos e dezenove mil, duzentos e vinte e um reais e setenta e oito centavos), tendo em vista o assentamento de 30 famílias de Ponta Porã, 166 famílias de Itaquiraí, 60 famílias de Naviraí e ainda, 12 famílias removidas do Assentamento Tamarineiro de Corumbá e dois funcionários, totalizando 270 famílias, ficando 44 excedentes.

Localizado na Fazenda Santa Virgínia, região Sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul, mais precisamente na microrregião de Dourados, porém fazendo parte do Município de Ponta Porã, Zona de fronteira Internacional com a República do Paraguai.

A partir da cidade de Ponta Porã, via MS - 164, em direção à Fazenda Itamarati – km 26 – Itaum à direita, chega-se ao Projeto de Assentamento DORCELINA FOLADOR. Ponta Porã está ao Sul e a 340 km de Campo Grande – capital do Estado de Mato Grosso do Sul.

Com base em dados coletados na Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado de Mato Grosso do Sul – SDA/MS, PDA (2001) foi possível traçar um panorama geral sobre as condições do assentamento em questão.

3.3.1 Aspectos gerais do assentamento Dorcelina Folador

Com relação ao clima da região onde se localiza o assentamento, caracteriza-se como úmido, subtropical do Sul de Mato grosso do Sul.

A umidade relativa do ar oscila de 40% a 60%. Precipitação anual varia entre 1.750 a 2.000 mm anuais, com excedente hídrico de 1.200 a 1.400mm durante 07 a 08 meses e deficiência hídrica de 200 a 350mm, durante 03 meses.

A temperatura média anual é de 20°C a 22°C nos meses mais quentes e 16,5 a 17,5 nos meses frios. A média das mínimas é de 16°C, enquanto que a média das máximas anuais é de 29°C. Porém, cabe ressaltar que ocorrem temperaturas mínimas absolutas, próximas a 0°C, com conseqüente ocorrência de GEADAS. Segundo informações prestadas por técnicos da EMBRAPA de Dourados, a região apresenta clima preferencial para as culturas de: soja, feijão, mandioca, trigo, aveia e outras de ciclo anual. Particularmente no caso do milho, pode ocorrer problema relacionado à disponibilidade de água, em períodos de estiagem.

Os solos são predominantemente constituídos, na sua grande maioria, de Latossolo Roxo álico de textura argilosa (65%); cambissolo Distórfico com textura média (+ ou menos 15%). Ainda com uma ocorrência de solos Podzólicos vermelho – escuro textura média (+ ou menos 20%).

Em geral (+ ou menos 80%) destes solos apresentam baixa reserva de nutrientes; restringindo sua utilização para muitas culturas.

Em resumo: são solos que apresentam elevada acidez, baixa disponibilidade de fósforo e presença de alumínio (elemento tóxico para a maioria das plantas). Por apresentarem textura de argilosa a muito argilosa, necessitam elevadas quantidades de calcário. Pesquisas com objetivo de ampliar alternativas de explorações, denotam, principalmente, fruticultura e/ou produtos olerícolas. Para que se proceda à correta correção do solo e futura construção desta fertilidade, será realizada 270 amostragens (01/lote). Sabe-se que a necessidade de calcário (ton/hectares) nesta região está em torno de 4,0 ton/hectares.

O assentamento pertence à sub-bacia do Rio Ivinhema, cujo afluente, o Rio Dourados recebe todos os córregos presentes no assentamento em tela e são eles: ao Sul – o Córrego Itá e ao Norte – o Córrego São Domingos.

Internamente o assentamento, apresenta em torno de 25 nascentes, dos quais 10 desembocam no Rio São Domingos e 15 no Rio Itá, ambos afluentes do Rio São João, por sua vez, afluente do Rio Dourados. O curso destas águas é de baixa sinuosidade e pouco encaixados; o que possibilitam um grande aproveitamento deste recurso.

Em algumas áreas existe o risco relacionado com assoreamento decorrente do manejo inadequado das pastagens/solo.

O assentamento “Dorcelina Folador” apresenta em sua área, aproximadamente (+ ou menos 65%) gramíneas, cultivada por brachiárias decumbes e humidícolas, com forte ação antrópica; porém, observa-se em áreas isoladas e/ou em sua área de Reserva legal e Área de Preservação Permanente, espécies vegetais como: Peroba Rosa (Aspidosperma polyneuron), Ipês (Tabebuia spp), Angico preto (Anadenanthera colubrina), Cedro (Cedrela fissilis), Ervamate (Ilex paraguariensis); algumas frutíferas como: Pequi (Caryocar brasiliense), Araticum (Annona crassiflora), Guaviras ou gabirola (Compomanesia cambessedea), Limão bravo (Ximenia americana), o que evidencia diversidade vegetal. Desde formações florestais

Semidecidual, Savana Arbórea Densa, Savana Parque e Savana Gramíneo Lenhosa, com formação vegetal estritamente campestre.

Algumas áreas são destinadas a culturas permanentes, como: Erva-mate, fruticultura e/ou pomares, Eucaliptos e outras espécies.

Estas ocorrências indicam-nos a riqueza de flora e fauna, colocadas em risco pelas interferências humanas, nas últimas décadas.

Aproximadamente (35%) do assentamento nota-se formação de fisionomia campestre, entremeada de plantas lenhosas, anãs e retorcidas, sem cobertura arbórea, exceto nas faixas das florestas-de-galeria, nos vales (depressões). Essa vegetação caracteriza-se por apresentar extrato graminoso com algumas formas subarborescentes, destacando-se espécies dos gêneros *Paspalum*, *Digitaria*, *Paricum*, além de *Cyperaceae*, *Eriocaulaceae* e *Xiridaceae*. Essas formações se relacionam ao parâmetro ecológico inibidor ou regulador do solo, ou seja, com baixa fertilidade, onde o alumínio pode aparecer, como um elemento inibidor preponderante.

Do ponto de vista da produção, estão estruturados 20 grupos (Núcleos de Produção), com média de 13 famílias/núcleo e orientados por uma Direção coletiva; cada grupo elege um coordenador e suplente de acordo com os interesses e/ou assunto, sendo então formados as equipes: Saúde, Educação, Produção, Alimentação, Liturgia, Comunicação, Esporte/lazer, Gênero, Finanças, e outras, conforme demanda. Cada equipe possui um representante de cada Núcleo de Produção.

A mão de obra familiar emprega-se no sistema de produção dentro do próprio lote e ainda, através de troca dos DSH (dia de serviço homem) excedentes, entre os próprios parceiros, quer seja por produtos e mesmo por compensação a outros DSHs. Existe também a prestação de serviços a fazendeiros da região, entretanto sem haver vínculo empregatício, sendo que costumeiramente o sistema de pagamento tem sido o de troca de DSH (fornecidos pelos assentados) por horas de máquinas e implementos (contrapartida dos fazendeiros), salientando que este sistema poderá viabilizar boa parte da implantação das lavouras de culturas anuais.

Quadro 3.7 – Perfil da população no Assentamento Rural Dorcelina Folador

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
Recém nascidos a 06	76	92	168
07 anos a 15 anos	128	124	252
16-21 anos	70	39	109
22-65 anos	255	219	474
Acima de 65 anos	4	3	7
TOTAL	533	477	1.010

Fonte: PDA/IDATERRA (2001) - Assentamento Rural

De modo geral, pode-se afirmar que para a implantação de sistemas de produção dotados de tecnologias atualizadas e que proporcionem maiores rendimento/unidade, deverão passar por programas de treinamento, com vistas a ampliar suas habilidades e conhecimentos, direcionados para as atividades produtivas geradoras de renda, como demonstra a tabela abaixo:

Quadro 3.8 – Descrição das Habilidades da População do Assentamento Rural Dorcelina Folador

DESCRIÇÃO DAS HABILIDADES	Nr. Pessoas
- Operador de máquina/serviços de mecanização em geral – 20%	54
- Preparo de derivados de leite: Queijo/manteiga – 70%	189
- Serviços de: ordenha e manejo de rebanho – 70%	189
- Serviços braçais: capina, plantio etc... – 90%	243
- Serviços de pulverização manual – 70%	189
- Conhecimento básico de técnicas agropecuárias/ + ou menos 20%	50
- Habilidade gerencial da propriedade rural	80
- Serviços braçais em geral-	540
TOTAL DE LOTES PESQUISADAS	270

Fonte: PDA/IDATERRA (2001) - Assentamento Rural Dorcelina Folador

Quanto às condições de Educação, o assentamento dispõe de 03 salas de aulas para 1^a à 4^a série, que funcionam nos períodos matutino e vespertino, em barracão de madeira com telhas de amianto, totalmente inadequadas. Já aos alunos de 5^a a 8^a séries, é oferecido transporte escolar até a cidade de Ponta Porã (25 km).

Quadro 3.9 – Perfil das Pessoas em Idade Escolar no Assentamento Dorcelina Folador

Faixa etária	Nr. pessoas	Analfabetos	Em instrução 1a./8a.série
06 a 14 anos	420	21	207
Maiores de 14 anos	590	118	68
TOTAL	1.010	139	275

Fonte: PDA/IDATERRA (2001) - Assentamento Rural Dorcelina Folador

A administração das Escolas, no que se refere à destinação de professores, treinamento destes professores, acompanhamento pedagógico, adequação de currículo à realidade local, transporte e merenda escolar dos estabelecimentos de ensino interno do assentamento, é de responsabilidade do Município de Ponta Porã, não havendo, até o momento, nenhuma ação prática, relacionada a cursos técnico-profissionalizantes.

Com relação ao atendimento médico, observa-se a participação de prefeitura com cronograma mensal de atendimento por médico e equipe, realizado através Secretaria Municipal de Saúde. As pessoas com graves problemas de saúde são levados para a cidade de Ponta Porã e/ou cidades vizinhas.

O sistema de transportes de linha regular (2x/dia) de ônibus coletivo é feito através da Empresa Viação Fronteira, no itinerário entre Ponta Porã, Cabeceira do Rio Apa, passando por Antônio João, na MS-270 e MS-164, tendo em vista a grande frequência de visitas feitas pelos assentados ao Paraguai, para a aquisição de produtos do outro lado da fronteira.

Este aspecto, no decorrer das entrevistas com alguns assentados, mostrou-se bastante recorrente, até pelo fato de que no assentamento Dorcelina Folador, cerca de 67% da população total é de origem “brasiguiaia”, o que reforça o intercâmbio.

Os meios de comunicação acessíveis aos assentados são: Rádio com estações transmissoras de Dourados e Ponta Porã; Televisão que uma vez equipada com antena parabólica, permite a sintonia de diversas retransmissoras. Os serviços de telefonia são feitos por aparelhos celulares ou pelo aparelho público situado a uma distância média de 10 km.

Tabela 3.6 – Créditos previstos às famílias

Discriminação	Famílias (A)	Crédito – R\$ (B)	Valor Total – R\$ (A X B)
Crédito Habitação – Gov. Federal	270	2.500,00	675.000,00
Crédito para fomento – Gov. Federal	270	1.000,00	270.000,00
Crédito para alimentação – Gov.	270	400,00	108.000,00
Pronaf A – Investimento	270	7.800,00	2.106.000,00
Pronaf A – Custeio - Culturas	270	4.200,00	1.134.000,00
Total de Recursos para as famílias	270	15.900,00	4.293.000,00

Fonte: PDA/IDATERRA (2001) - Assentamento Rural Dorcelina

Com relação ao volume de créditos, cabe destacar que os recursos discriminados na Tabela 3.6 foram destinados no início do processo de ocupação, pelas famílias; porém em entrevistas realizadas com os assentados em julho de 2004, ou seja, passados 03 anos de constituição dos assentamentos, algumas famílias, talvez a maioria apresenta dificuldades em resgatar suas dívidas, o que inviabiliza a tomada de novas linhas de PRONAF.

Com relação aos aspectos de produção e inserção produtiva do Assentamento, observou-se a possibilidade de inserção da produção do Assentamento Dorcelina Folador, em duas cadeias produtivas:

3.3.2 Potencialidades relacionadas à Cultura da Erva-Mate

Conforme já discutido no decorrer do capítulo 2, o processo de ocupação territorial, na região hoje denominada Ponta Porã, cidade onde se localiza o assentamento Dorcelina Folador, recebeu forte influência da atividade de exploração da Erva-Mate, desde fins do séc. XIX até meados do séc. XX, com forte complementaridade à produção existente na Argentina e no Paraguai.

Quando se observa a produção paraguaia, esta tem sua área produtora de erva-mate nos seguintes departamentos, em ordem decrescente em produção: Itapuá, Guairá, Caazapá, Canindeyú, Amambay, San Pedro, Alto Paraná, Caaguazú, Concepción, Misiones, Paraguari, Cordillera, Central e Neembucú, segundo informações de Lezcano (2000).

O Ministério de Agricultura y Ganaderia – MAG (2001), através de seu relatório de Sínteses Estatísticas a respeito da Produção Agropecuária 2000/2001, informa que esse país produziu 68.910 toneladas em uma superfície de 32.804 hectares, segundo estimativas do ano de 2001, inscrito no Relatório do Banco Central do Paraguai – BCP (2003).

A Argentina, outro histórico produtor de erva-mate, segundo a Secretaria de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos da República da Argentina – SAGPyA (2004), através de seu informe general referente à safra de 2003, revela que a erva-mate produzida na Argentina é proveniente da Província de Misiones (85%) e de Corrientes (15%).

Na safra de 2003 foram produzidas 763.400 toneladas de folha verde, numa área colhida de 155.550 hectares; em outras palavras, houve um rendimento médio da ordem de 4.900 kg/ha, logo proporcionando um montante perto de 252 mil toneladas de folha cancheada.³²

Naquele país, existem cerca de 102 empresas ervateiras, sendo que do total produzido por estas empresas, 84% da produção se destina ao mercado interno, o restante 16% são destinados à exportação. Além disto, o consumo interno *per capita* de erva-mate encontra-se na faixa de 7 (sete) kg por ano.

Em se tratando do Brasil, observa-se uma produção que gira em torno de 830 mil toneladas de folha verde anuais, correspondente a produções: lavoura permanente e à produção extrativa vegetal.

A produção se concentra em 558 municípios, principalmente nos estados da Região Sul do país e, também, no Mato Grosso do Sul, sendo que a maior parte da matéria prima provém dos ervais nativos, em especial do Estado do Paraná, tendo em vista ocorrer maior concentração, segundo ANDRADE et alli (1999).

No Brasil, conforme demonstram dados da tabela 3.7, o Estado com maior produção de Erva-Mate é o Rio Grande do Sul (48% no ano de 2003) e Mato Grosso do Sul, ocupa o último lugar (2% no ano de 2003).

³² Segundo a SAGPyA (2004) o rendimento industrial na Argentina (processo de beneficiamento primário o qual transforma a folha verde em cancheada), no ano de 2003 foi da ordem de 33%.

Tabela 3.7 – Quantidade de Erva-Mate (Folha Verde) produzida pela lavoura permanente no Brasil, segundo estados produtores.

BRASIL/UF	Ano				
	1999	2000	2001	2002	2003
Brasil	462.665	522.019	645.965	513.526	501.702
Rio Grande do Sul	218.183	244.477	252.045	240.252	238.949
(%) RS/BR	47	47	39	47	48
Paraná	167.509	206.188	339.139	221.779	201.694
(%) PR/BR	36	39	52	43	40
Santa Catarina	71.312	63.203	48.834	45.600	52.474
(%) SC/BR	16	12	8	9	10
Mato Grosso do Sul	5.661	8.151	5.947	5.895	8.585
(%) MS/BR	1	2	1	1	2

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal (1999 a 2003)

Segundo informações do IBGE, a região sul do Brasil é responsável por 97% da produção nacional, enquanto que a contribuição do Mato Grosso é de apenas 3%. Nos últimos anos ocorreu uma queda na produção de erva – com a conseqüente necessidade de importação da matéria-prima de países vizinhos – devido à exaustão pela exploração contínua e ao avanço das áreas de lavoura (como é o caso da soja) sobre as matas nativas.

Tabela 3.8 – Produção Agrícola de Erva-Mate (Folha Verde) no Mato Grosso do Sul

Especificações	Ano				
	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003
Area Colhida (ha)	407	597	393	421	588
Produção (ton.)	5.661	8.151	5.947	5.895	8.585
Rendimento médio (kg/ha)	13.909	13.653	15.132	14.002	14.600
Valor da Produção (em R\$1.000,00)	397	460	386	552	845

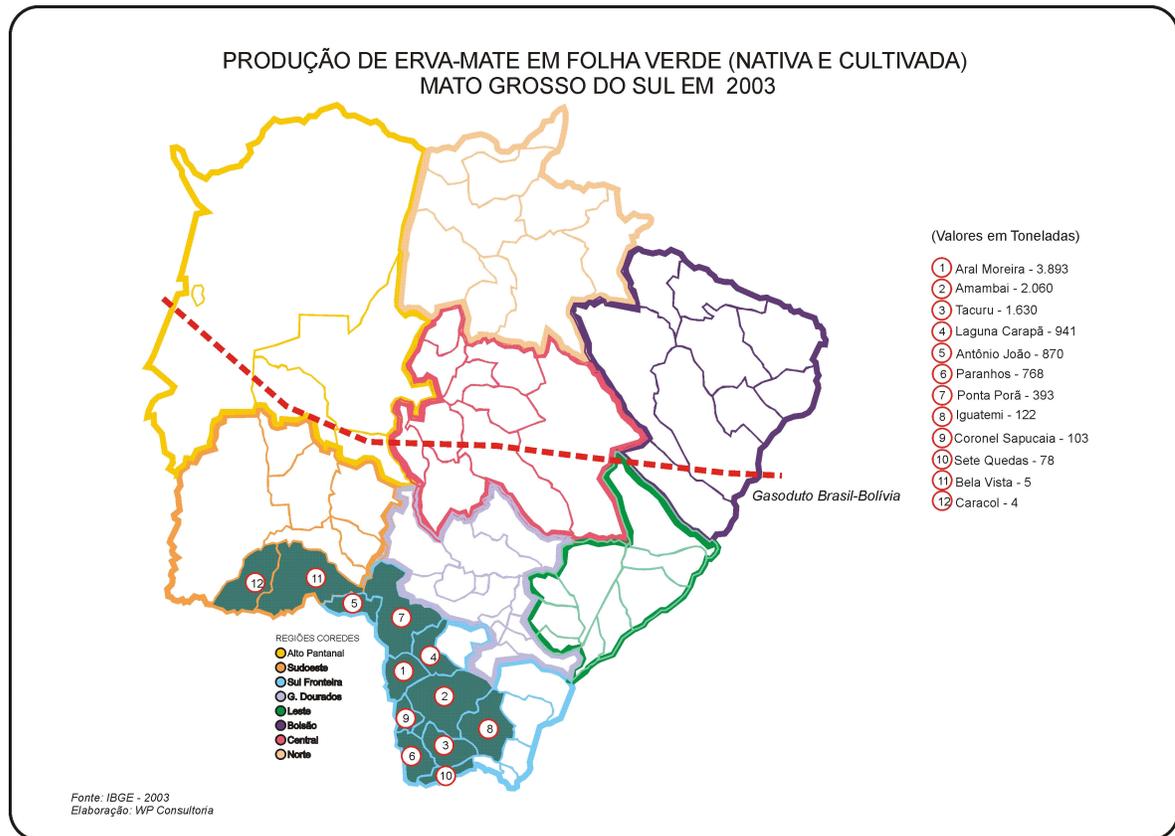
Fonte: IBGE (2004) - Produção Agrícola Municipal (PAM)

Nota: elaborada pela autora, a partir dos dados extraídos do aplicativo SIDRA

Mas, o que mais chama a atenção para a potencialidade desta cadeia é, sem dúvida, o baixo nível de aperfeiçoamento tecnológico necessário para a produção de erva-mate, a cultura de se beber o tereré, a proximidade com empresas beneficiadoras, no caso do Ponta Porã a empresa Santo Antônio, que tem destaque crescente na produção de chás e mates, exportados para outros Estados da Federação, o que torna viável o cultivo dos Ervais nos Assentamentos

de toda a região sul de Mato Grosso do Sul e, em particular, no Assentamento Dorcelina Folador, conforme nos mostra a Figura 3.2.

Figura 3.2 – Produção de Erva-Mate em folha verde (nativa e cultivada) no Mato Grosso do Sul em 2003



Fonte: SEPLANCT/WP (2004) – com base nos dados extraídos do aplicativo SIDRA do IBGE (ano-base 2003)

A partir destas breves considerações sobre a Cultura da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul, vislumbra-se que posteriormente, pesquisas mais específicas possam ser realizadas em torno da exploração deste produto, no Assentamento em questão.

3.3.3 Potencialidades relacionadas à Produção do Leite

O leite desempenha um relevante papel social, principalmente na geração de empregos. O país tem, hoje, acima de um milhão e cem mil propriedades que exploram leite, ocupando diretamente 3,6 milhões de pessoas. Para a economia, a elevação na demanda final por produtos lácteos em um milhão de reais, gera 195 empregos permanentes. Este impacto supera

o de setores tradicionalmente importantes, como o automobilístico, o de construção civil, o siderúrgico e o têxtil.

A produção brasileira de leite nos últimos 25 anos aumentou 150%. Passamos de 8 bilhões (1975) para 19,8 bilhões de litros (2000). A expectativa é de que se tenha produzido próximo a 21 bilhões de litros, em 2001.

Tabela 3.9 – Principais produtos provenientes da Agricultura Familiar no Brasil

BRASIL - Agricultura Familiar - Dez Principais Produtos			
Class.Prod.	Nome Prod.	Nº de estab.	Área total (ha)
1º	Pec. leite	1.489.135	61.937.299,00
2º	Galinhas	2.603.148	72.341.690,90
3º	Pec. corte	1.149.970	55.084.847,20
4º	Milho	2.276.967	57.002.485,10
5º	Soja	213.858	5.910.654,70
6º	Suínos	1.247.913	37.683.556,50
7º	Mandioca	1.036.527	22.066.785,50
8º	Fumo	159.423	2.347.457,80
9º	Feijão	1.894.171	38.735.130,40

Fonte: Projeto INCRA/FAO - Tab.Especiais do Censo Agrop. de 1995-1996

Em se tratando de suas relações com a Agricultura Familiar, observa-se a partir dos dados da Tabela 3.9, que o leite ocupa o primeiro lugar em termos de atividade produtiva para este segmento, considerando a sua performance em nível de Brasil.

Segundo dados da SEPLANCT (2004), em seu relatório preliminar sobre a Cadeia Produtiva do Leite, a dinamização das atividades desta cadeia concorre para a interiorização do desenvolvimento, porque se refletem no aumento de rendas, dinamizando o território. Por motivos climáticos, qualidade da produção e dificuldades de escoamento da produção, ainda são estrangulamentos consideráveis.

No Mato Grosso do Sul, a produção do leite possui três elos importantes cujos atores estão assim distribuídos:

- Elo produção, formado por fornecedores de insumos e produtores;

- Elo industrialização, formado pelas indústrias de laticínios, usinas de beneficiamento;
- Elo distribuição, empresas alimentícias atacadistas e varejistas.

O leite pode ser diferenciado através de sua forma de extração ou pela condição de transporte ou acondicionamento. A diferenciação se dá em função do grau de contato utilizado no seu manejo, seja pela indústria ou produtor. Quando da produção de leite tipo A, não existe qualquer contato manual; da ordenha ao envase seu processo é totalmente mecanizado.

Na produção do leite tipo B, a ordenha pode vir a ser mecânica, ou manual, porém, seu resfriamento deve ser feito na propriedade produtora de leite e nela mantido, por um período que não exceda às 48 horas, em uma temperatura igual ou inferior a 4°C, que deverá ser atingida, no máximo duas horas após o término da ordenha, e transportado para o estabelecimento industrial para ser processado, devendo apresentar temperatura igual ou inferior a 7°C, no momento do seu recebimento. Em Mato Grosso do Sul, o tipo mais comum em nosso estado é o leite C, que se apresenta de forma crua, ou refrigerado cru.

O leite cru não é submetido a qualquer tipo de tratamento técnico na fazenda leiteira onde foi produzido; mantém-se inalterado quanto ao teor de gordura, geralmente transportado em vasilhame adequado e individual com capacidade de até 50 litros e que deve ser entregue até as 10 horas do dia de sua obtenção, em posto de refrigeração de leite ou estabelecimento industrial adequado, e nele ser resfriado e mantido em temperatura igual ou inferior a 4°C.

Em Mato Grosso do Sul, no ano de 2002, houve um pequeno registro de produção de leite tipo A, o que evidencia, ainda mais, a falta de investimento em tecnologia e profissionalização do produtor de leite. Nesse sentido, o pequeno e médio produtor, quando profissionalizados, poderão gerar resultados extremamente satisfatórios, a partir de pasto irrigado, redução nos custos através do controle financeiro, tornando-o apto a administrar sua atividade.

A atividade encontra-se dividida por regiões, sendo o Assentamento Dorcelina Folador, localizado no município de Ponta Porã, fazendo parte da bacia leiteira de Dourados, que é composta pelos municípios: Antonio João, Caarapó, Dourados, Douradina, Itaporã, Laguna Caarapã, Maracaju, Ponta Porã e Rio Brillhante.

O processo associativista ainda é pouco significativo na bacia leiteira de Dourados, pois, existem na região apenas duas associações de produtores de leite.

No que se refere à produtividade do rebanho, o processo foi inverso. Na década de 90, a produtividade cresceu, em média, 4,9% ao ano, passando de 1,9 litros/vaca/dia, em 1990, para 2,9 litros/vaca/dia no ano de 1999 e 2000, número este que superou a produtividade do Estado.

Tabela 3.10 - Rebanho leiteiro e produção de leite, segundo bacias leiteiras de Mato Grosso do Sul - 2000

MS - Rebanho leiteiro e produção de leite segundo as bacias leiteiras - 2000						
Bacias leiteiras	Vacas ordenhadas		Prod. De leite		Produtividade	
	cabecas	%	Mil/litros	%	L/vaca/ano	%
Cone Sul	34.305	7,73	33.151	7,76	966	100
Nova Andradina	31.733	7,16	33.045	7,73	1.041	108
Glória de Dourados	42.649	9,61	53.413	12,5	1.252	130
Dourados	40.053	9,03	41.924	9,81	1.047	109
Aquidauana	55.241	12,45	44.629	10,45	808	84
Campo Grande	79.052	17,82	73.821	17,28	934	97
Centro Norte	53.166	11,98	48.195	11,28	907	94
Bolsão	107.424	24,22	99.080	23,19	922	96
Total do Estado	443.623	100	427.258	100	963	100

Fonte: IBGE, Pesquisa da Pecuária Municipal. 2000.

Acesso em 3 de out.de 2001.* índice com base na média estadual (963 l/vaca/ano= 100)

Com relação à Tabela 3.10, observa-se que a bacia leiteira de Dourados, muito embora não possua um dos mais expressivos números em termos de produção de leite, sai à frente com relação à produtividade do rebanho leiteiro.

A partir destas breves considerações sobre a produção do Leite em Mato Grosso do Sul, vislumbra-se que posteriormente, pesquisas mais específicas possam ser realizadas em torno da exploração deste produto, no Assentamento em questão.

3.3.4 Agricultura Familiar e Agronegócio no Assentamento Dorcelina Folador

Quando se observa a proposta existente dentro do PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) Dorcelina Folador e compara-se com as observações empíricas, observa-se certo nível de distanciamento, entre a proposta técnica, o aproveitamento dos recursos disponíveis e a própria dinâmica de um Assentamento Rural.

Após vários elementos teóricos apontados ao longo desta pesquisa, como a questão da territorialidade, muito bem expressa por SANTOS (1994) ou o território de fronteira, detalhadamente descrito por MACHADO (2001), observa-se o sempre presente nível de especificidade de um território em relação a outros.

Em particular, quando se trata de um objeto de estudo, significativamente heterogêneo e também bastante peculiar, tenta-se demonstrar com sutileza quais seriam os pontos nevrálgicos para a inserção desta produção em bases de Agricultura Familiar, dentro do contexto do Agronegócio.

Tem-se assim como primeira característica tratar-se de um objeto de estudo heterogêneo sim, pois os assentamentos rurais, particularmente tratando da realidade que conhecemos, que é a brasileira e mais especificamente, do Estado de Mato Grosso do Sul, que como já foi colocado, trata-se do estado da federação, com maior volume de disputa por terras, merece um destaque especial, pois retrata dinâmicas territoriais desgastadas pelo tempo, somatizadas ao baixo nível de qualificação do elemento humano.

O elemento humano é condicionante para uma integração territorial, ou seja, é ele o responsável pela troca e integração com a cidade, com os setores comerciais, industriais e inclusive, estatais, no Assentamento em questão, observa-se que exclusivamente a presença de antigos lavradores ou peões de fazenda.

Em detalhamento, sobre a razão destes assentados, terem abandonado o Paraguai, os mesmos fazem referência ao fato de que a maioria dos compradores de terras no Paraguai (concentradores) são brasileiros (gaúchos) que conseguiram mais facilmente financiamento via empresas para que eles produzissem mais, tendo em vista a existência de firmas americanas que compraram firmas paraguaias e pressionavam os pequenos proprietários a venderem suas terras para os grandes.

O outro aspecto presente no presente objeto de estudo é a peculiaridade do Assentamento localizado na Fronteira. Não nos 150 Km da faixa de fronteira, mas, na fronteira, ou seja, na linha divisória entre dois países.

E então a pergunta: qual a razão de um assentamento localizar-se em paralelo a faixa de fronteira?

Com certeza, pode-se apontar uma série de respostas, no entanto esta não foi à motivação central desta pesquisa.

Porém, a partir de um certo número de observações feitas na pesquisa a campo, via entrevistas, observa-se clara a existência da complementaridade entre os dois lados da fronteira, esboçando determinados alicerces de ordem estrutural, como colocado em capítulos anteriores por PÉBAYLE (1994), tendo em vista a sedimentação de um traço comum nesta população³³: a mestiçagem entre brasileiros e paraguaios.

Desta forma, observou-se que a produção no assentamento resume-se a produção para a subsistência, mas, principalmente adquirem seus produtos em um mercado comum da cidade, onde cada família realiza sua compra de maneira individualizada (este dado chama a atenção para o fato de que, muito embora estejam em um mesmo assentamento, eles alegam que adotam medidas individuais para resolução de seus problemas, pois alguns dos assentados já possuem dívidas e não conseguem recuperar o capital que foi investido em plantação).

Todos os parceiros receberam, crédito do Pronaf A R\$ 12.000,00, para investimento, com prazo de carência de 7 anos para o pagamento do empréstimo e R\$ 1.400,00 a fundo perdido, como forma de incentivo a produção.

³³ Um outro dado que merece destaque é de que, segundo o senhor Ramon, a grande maioria dos assentados vieram do Paraguai, são brasiguaios, que trabalhavam na lavoura na condição de arrendatários de terras e, que em virtude de conflitos com as autoridades paraguaias, acabaram voltando para o lado brasileiro, buscando terras e trabalho no Paraná, vindo a se localizar em Mato Grosso do Sul, integrando assim os acampamentos de sem-terra.

Este incentivo à produção foi investido na compra de reses, que hoje produzem leite, o que vem garantindo a subsistência das famílias, mas ainda não garantem níveis de sustentabilidade financeira aos assentados, nem ao assentamento.

Tabela 3.11 – Resumo dos Recursos provenientes do PRONAF, transferidos à Ponta Porã entre 1998 a 2003.

1.FINALIDADE	Ano											
	1998		1999		2000		2001		2002		2003	
	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor	Contr.	Valor
1.1 Custeio (sub-total)	28	117.557	40	171.450	38	156.865	32	134.170	106	203.508	481	1.125.526
1.1.1 Agrícola	24	100.020	32	133.836	30	123.875	25	106.168	67	143.495	451	1.087.353
1.1.2 Pecuária	4	17.537	-	-	8	32.990	7	28.002	39	60.013	30	38.174
1.2 Investimento (sub-total)	1	9.900	1	5.541	57	239.282	279	3.341.256	145	1.718.588	964	16.759.237
1.2.1 Agrícola	1	9.900	-	-	-	-	-	-	-	-	889	15.636.248
1.2.2 Pecuária	-	-	1	5.541	57	239.282	279	3.341.256	145	1.718.588	75	1.122.989
Total (1.1 + 1.2)	29	127.457	41	176.991	95	396.147	311	3.475.426	251	1.922.096	1.445	17.884.763
2. ASSIST. TÉCNICA												
2.1 Gratuita	28	117.557	41	176.991	95	396.147	311	3.475.426	192	1.831.694	1	13.000
2.2 Financiada	-	-	-	-	-	-	-	-	37	50.014	1.303	17.495.244
2.3 Própria	-	-	-	-	-	-	-	-	22	40.388	-	-
2.4 Sem Assistência	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	141	376.519
Total	28	117.557	41	176.991	95	396.147	311	3.475.426	251	1.922.096	1.445	17.884.763
3. PROAGRO												
3.1 Com	-	-	-	-	3	6.938	1	3.089	52	81.123	445	1.063.823
3.2 Sem	29	127.457	41	176.991	92	389.209	310	3.472.337	199	1.840.973	1.000	16.820.940
Total	29	127.457	41	176.991	95	396.147	311	3.475.426	251	1.922.096	1.445	17.884.763
4. PORTE DO PRODUT.												
4.1 Mini	29	127.457	41	176.991	95	396.147	311	3.475.426	250	1.910.109	1.339	17.606.059
4.2 Pequeno	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11.987	106	278.704
4.3 Demais Produtores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
4.4 Cooperativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	29	127.457	41	176.991	95	396.147	311	3.475.426	251	1.922.096	1.445	17.884.763
5. ITEM FINANCIADO												
5.1 Algodão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	73	168.584
5.2 Arroz	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	111	213.012
5.3 Bovinocultura - leite	3	14.897	7	34.974	6	25.400	5	20.412	68	411.714	30	38.174
5.4 Bovinocultura - mista	1	2.640	1	2.640	2	7.590	2	7.590	1	5.000	-	-
5.5 Custeio Agrícola - demais	-	-	-	-	2	3.850	-	-	-	-	1	4.997
5.6 Feijão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	64.335
5.7 Fumo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4.905
5.8 Mandioca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	83	216.147
5.9 Melhoramentos das explorações - Invest. Pecuário	-	-	1	5.541	57	239.282	279	3.341.255	115	1.361.887	75	1.122.989
5.10 Melhoramentos das explorações - Invest. Agrícola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	889	15.636.246
5.11 Milho	4	16.060	8	33.484	6	25.327	6	25.328	23	33.716	38	78.643
5.12 Soja	15	66.450	18	71.698	15	61.017	13	52.036	40	90.022	107	306.625
5.13 Tomate	4	17.510	6	28.654	7	33.681	6	28.805	4	19.757	7	30.106
5.14 Máquinas e Equipamentos - Invest.	1	9.900	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	28	127.457	41	176.991	95	396.147	311	3.475.426	251	1.922.096	1.445	17.884.763

Fonte: Banco do Brasil (2004)

A partir da análise dos dados da Tabela 3.11, observa-se o crescimento substancial no número de contratos com a finalidade custeio entre os anos de 1998 a 2003, saindo de 28 para

chegar em 481, no ano de 2003, denotando um crescimento em recursos financeiros da ordem de quase dez vezes.

Quanto ao porte do produtor, observa-se a inexistência de financiamentos para cooperativas, o que aumenta o risco para o tomador de empréstimo individual.

Os itens mais financiados são melhoramentos das explorações agrícolas, para o ano de 2003, item este até então não contemplado, assim como feijão, fumo, mandioca, algodão e arroz, que só aparecem no ano de 2003.

A bovinocultura de leite é um item crescente nestes cinco anos, assim como a soja e em menor parcela milho e tomate.

Esta questão é relevante, pois, todo o processo que envolve a criação de um assentamento, conforme destacado no capítulo 2, tem em vista não só a transferência de um excedente populacional, via de regra excluído, para um pedaço de terra, via de regra desapropriado para fins de reforma agrária.

Na realidade o que se pretende, principalmente a partir das desapropriações e assentamentos realizados, a partir de meados da década de noventa, é garantir através da utilização de recursos provenientes do PRONAF, o assentamento de famílias rurais, que possuam condições de inserção via agricultura familiar, ao agronegócio, que conforme também destacado no capítulo 2, é elemento crescente na economia brasileira.

No entanto, alguns dados mostram uma situação bastante incomoda: conforme relatório recente INCRA/TERRAVIDA (2005), atualmente faltam recursos públicos para desapropriação e compra de terras para a reforma agrária.

O custo médio para assentar uma família em Mato Grosso do Sul é superior a R\$ 100.000,00. Segundo estas informações, torna-se quase inviável a Reforma Agrária Estadual, pois para atender a atual demanda superior a 20.000 famílias sem terra, seriam necessários quase R\$ 2 bilhões, nos próximos três anos.

Torna-se urgente, portanto, a redução do custo por assentamento, via implementação de projetos sócio-econômicos e prioritariamente, que as fontes financiadoras, não apenas forneçam o recurso, mas, viabilizem a articulação territorial, com as empresas do agronegócio.

Dois pontos se tornam então importantes: de que estas famílias não vêm investindo em lavouras, pois, muito embora tenham tentado a produção de soja, mandioca, feijão, milho e arroz, alegam que a terra não é fértil para estas plantações, sendo necessária à utilização de fertilizantes para o solo, o que, no entanto, chega ao assentamento pelas mãos do IDATERRA, em um lapso de tempo que ultrapassa o momento do plantio, para que a colheita se realize com sucesso.

Outro aspecto que denota a complementaridade com o outro lado da fronteira é o fato de que muitos parceiros compram adubos e fertilizantes em um mercado, do lado paraguaio, tendo em vista a maior facilidade para pagamento, pois do lado de lá da fronteira (mercado São Luiz) eles aceitam compras no antigo sistema de “cadernetas”, ou ainda, tem confiança em venderem fiado, para os assentados de Ponta Porã.

Produtos como Adubo, Veneno, Arame farpado, materiais de construção, algo em torno de 50% do que compram para a produção é proveniente do Paraguai, tendo um ônibus de dentro do assentamento que toda segunda, quarta e sexta, leva os assentados às compras, do outro lado da fronteira.

No que diz respeito às relações do assentamento com o setor urbano, estas se realizam em virtude dos serviços dos quais os assentados dependem, como escolas, hospitais e também de um pequeno fluxo de mercadorias, provenientes da agricultura familiar, como mandioca, algodão, soja, abóbora, melancia, feijão, leite, algodão, que são produtos que ainda estão longe de garantir, melhores níveis de renda, pelo fato dos assentados não estarem articulados com o território, ou seja, com as empresas que podem incentivar maiores níveis de produção para a compra em maiores proporções, conforme já destacado em se tratando do leite.

Um tipo de cultura bastante propícia para o clima da região é a cultura do Algodão, que atualmente vem sendo escoada para a cooperativa dos produtores de algodão, localizada em Ponta Porã.

A produção de soja ainda não possui grande representatividade, pois conforme relatado por alguns dos assentados, em algumas safras, sofreram com o problema da estiagem, mas a soja atualmente produzida, encontra mercado nas empresas Sperafico e Serrana, o que denota o potencial de alavancagem desta cultura com o Agronegócio.

Com relação à produção de mandioca é interessante observar a conexão que ela possui com o outro lado da fronteira: a mandioca produzida no assentamento é diretamente vendida para uma feclaria do lado paraguaio, o que denota a relevância da cultura para os dois lados da fronteira, com possibilidades de exploração dentro do Agronegócio.

Quanto às relações dos assentados com outros assentamentos, pode-se observar que são poucas, tendo em vista a distância e mesmo as relações internas que prendem estes assentados cotidianamente às suas terras.

Já quanto ao nível de discussão entre a proposta técnica oficial (IDATERRA) e a dinâmica das relações internas, pode-se observar que a principal queixa destes assentados focaliza-se na questão da liberação de recursos financeiros, que chegam *a posteriori*, inviabilizando a plantação e ao mesmo tempo, além da falta de integração entre famílias no sentido de mobilizarem-se para propositura de novas ações junto aos órgãos técnicos. (Talvez isto também ocorra em virtude principalmente, da condição precária de onde estes vieram. Esta afirmativa é feita, pois outros dois entrevistados – que vieram da cidade – estão conseguindo precariamente, sucesso em seus empreendimentos).

Com relação às condições de subsistência, estas são extraídas da produção realizada no próprio assentamento como, a produção de sendo o que sai do assentamento com destino ao mercado urbano é muito pouco;

O que se desenvolve de maneira ainda mais precária é a produção de leite, onde em média 50 parceiros entregam diariamente uma média de 600 litros, vendidos a R\$ 0,32 (trinta e dois centavos) o litro, e que são transferidos a um refrigerador instalado dentro do assentamento por uma firma da cidade, o que lhes garante uma renda média mensal³⁴ de R\$ 120,00 (cento e vinte reais);

³⁴ Em pesquisa realizada em um outro assentamento “Lagoa Grande”, localizado próximo da cidade de Dourados, muito embora a produção agrícola não esteja vingando, a produção de leite vem garantindo precariamente, uma produção média de 50 litros de leite por dia por família e uma renda média mensal para estas famílias de R\$ 300 (trezentos reais); ainda sobre a produção de leite é interessante observar que, cada família no referido assentamento possui em média 15 cabeças de gado e logo após tirarem o leite das vacas, o colocam em resfriadores que se localizam dentro do assentamento, sendo que: um destes foi alugado da empresa de processamento de leite NOGUEIRA e outros três também foram transferidos por esta empresa para dentro do assentamento nestas mesmas condições; no entanto, dois resfriadores foram comprados da empresa SAGA, que também é responsável pela compra do leite, demonstrando assim a potencialidade da produção do leite, bem como o nível de articulação entre os parceiros deste assentamento.

O consumo das famílias é satisfeito via compras no mercado São Luiz, do outro lado da Fronteira, mas que são feitas individualmente por conta do nível de endividamento em que alguns parceiros já se encontram; uma parte do leite produzido no assentamento vai para o laticínio Cambi outra parte vai para as mãos de atravessadores.

Com relação ainda a crítica dos assentados em relação à proposta técnica, observa-se que: há dois anos e meio, eles receberam um pacote de financiamento distribuído entre, a construção da casa R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais); para a produção de gado R\$ 6.000,00 (seis mil reais); para colocação de cercas R\$ 1.700,00 (mil e setecentos por mil metros de cerca instalada), sendo que a crítica diz respeito ao fato de que alguns dos parceiros (não souberam precisar quantos) não deram a devida utilização ao recurso e hoje se encontra endividados.

Além disso, ocorre ainda o problema da permutação, onde alguns assentados trocam suas terras com assentados de outras regiões do Estado, por considerarem que as características de outros assentamentos sejam melhores e vice-versa.

Este fato acarreta delongas, para verificação do verdadeiro ocupante do terreno e conseqüentemente, por uma questão burocrática óbvia, emperra a liberação de recursos para os parceiros.

Um último depoimento prestado foi o do senhor Celso Siqueira, que afirma a inexistência de uma união entre os assentados, para que possam planejar melhor suas propostas e mesmo exigir do IDATERRA, uma assistência técnica condizente com as reais necessidades dos assentados; ele afirma que a grande maioria possui um baixo nível de instrução e conhecimento até mesmo sobre lavoura, sendo que poucos como é o caso dele, conseguiu aproveitar os recursos investindo na produção leiteira, mas que ainda não permitem uma conexão com a Agroindústria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a discussão preliminar desta pesquisa, observou-se ao longo destes capítulos, que os espaços “vazios”, que configurariam a faixa de fronteira, são na prática, espaços de trocas de caráter estrutural ou funcional, conforme destacado por PÉBAYLE (1994), ou seja, vão desde relações históricas, sedimentadas em virtude de questões culturais, econômicas, sociais – como aponta relatos discutidos ao longo do ciclo da erva-mate, até relações de caráter temporário, que se modificam ao longo das transformações de conjuntura dos ciclos econômicos, vivenciados, tanto do lado brasileiro, quanto pelo lado paraguaio.

Neste aspecto peculiar, destacou-se o crescimento do comércio com o Paraguai, a partir da estabilização monetária no Brasil, aflorando a bilateralidade das trocas entre estes países, ao longo da década de noventa do século passado.

Partindo-se da observação feita sobre as transformações econômicas ocorridas mais recentemente, pelo avanço do processo de constituição de um bloco supranacional, o Mercosul, englobando a Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil, e tendo em vista o recorte dado a este território, a saber, a área das cidades Ponta Porã, no Brasil e Pedro Juan, no Paraguai, discutiu-se de forma mais intensa, o cerne do desenvolvimento econômico no Estado do Mato Grosso do Sul, em proximidade com a dinâmica territorial do Paraguai, dando destaque, no primeiro capítulo, para a expansão econômica vivenciada por aquele país, a partir da ditadura de Stroessner.

Em particular, deve-se destacar a grande relevância para configuração do objeto de estudo, a forma de ocupação do território sul-mato-grossense, ao longo da década de setenta, bem como do território paraguaio.

Do lado brasileiro, observou-se o crescimento do êxodo rural nas regiões sul e sudeste, o que “empurrou” parcela excedente da população para os solos férteis do sul de Mato Grosso. Ao mesmo tempo, a região em questão, já configurava, naquela época, traços bem delineados pela exploração econômica, sob a forma de latifúndios, o que se tornou incongruente, diante da expectativa de uma série de colonos, que vinham em busca de “um pedaço de terra” para a produção, sob a perspectiva de subsistência.

Do lado paraguaio, concomitantemente, observou-se uma baixa concentração de terras, caracterizadas, por excelente qualidade do solo, que viriam a contribuir para a “colonização” brasileira em terras paraguaias, diante do acordo realizado em meados dos anos setenta, entre o governo brasileiro e paraguaio, para a construção da hidrelétrica de Itaipu.

Portanto, delineado o objeto de pesquisa, resgatou-se uma série de elementos histórico-críticos, fornecidos a partir da revisão bibliográfica de duas dissertações de mestrado, originárias de Mato Grosso do Sul e que tratam da questão dos “brasiguaios”.

BATISTA (1990) enfocou a questão do contingente de mão-de-obra brasileira, que foi em busca de terras paraguaias ao longo da década de setenta, provenientes, basicamente, do estado do Paraná.

SOUZA (2001), enfocou a questão da identidade dos brasiguaios na fronteira, em virtude de uma série de elementos históricos, que remontariam à época da exploração da erva-mate, entre o final do século XIX e início do século XX, caracterizando uma crise da identidade paraguaia, em decorrência de questões de ordem política e de forma de utilização do espaço agrário.

Denota-se a grande presença de paraguaios, que saem de regiões centrais do Paraguai, indo em busca dos departamentos mais próximos às fronteiras com o Brasil e a Argentina, como é o caso dos departamentos de Alto Paraná, Concepción, Amambay e Cannideyú, que fazem fronteira com o Brasil, suportando hoje, cerca de 70% da população paraguaia.

Observa-se a partir disso, o processo reverso, ou seja, o grande vazio demográfico nas demais regiões, com aumento da pobreza e da miséria, em virtude do inchaço das cidades, dentro de uma economia com pouca dinâmica industrial e fragmentada em culturas de subsistência.

Este aspecto é relevante, pois o avanço da integração Brasil/Paraguai revelou a tendência de forte imigração brasileira, ocupando terras paraguaias, caracterizando o forte crescimento de brasiguaios.

Assim, observaram-se estes aspectos como fundamentais para a configuração da dinâmica territorial na fronteira, em particular, as razões pelas quais o **Assentamento “Dorcelina Folador”**, tende a ganhar destaque para a ocupação territorial, manutenção de

rendas e redimensionamento na forma de integração entre os dois países e suas administrações públicas, com vistas à estruturação de políticas integradas, à solução de problemas comuns, como saúde e educação.

A sistematização de conceitos e estudos realizados, sobre a questão do território de fronteira, permitiu observar o nível de informalidade com que as relações sócio-produtivas nele se desenvolvem, além dos propósitos recentes, de intermediação fronteiriça via legislação.

Desta forma, considerou-se de suma importância às potencialidades presentes no assentamento “**Dorcelina Folador**”, via produção agroindustrial, sua inter-relação com o lado paraguaio, em virtude, mesmo, da herança histórica dos descendentes brasiguaios.

Neste sentido, é interessante observar como o Agronegócio tende a se expandir em caráter macroeconômico, sob a condição do avanço tecnológico, mas, sem dúvida de que possui certas complementaridades com a produção proveniente da Agricultura Familiar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCARAZ, Jose N. Morinigo. Problemática de la tierra en la Ciudad. Paraguari: Talleres Gráficos San Nicolás, 1983.
- ALVES, Eliseu. A agricultura familiar. Publicação interna. Brasília: EMBRAPA, 2001.
- ANDRADE, F. M.; LINO, F C.; SOMÕES, L.L. Diagnóstico da cadeia produtiva da *Ilex paraguariensis* St. Hill – Erva-mate, 1999. <<http://unicamp/nipe/rbma/ervamate.html>> acesso em 15/06/2004.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A Questão do Território no Brasil. São Paulo-Recife: Editora HUCITEC – IPESPE, 1995.
- ARRUDA, A. M.; SILVA, E. B.da; SOUZA, N. A. Formação Econômica e Territorial de Mato Grosso do Sul. Campo Grande (MS): UNIDERP, 1997.
- BATISTA, Luiz Carlos. Brasiguaios na Fronteira: caminhos e lutas pela liberdade. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1990.
- BCP. Banco Central Del Paraguay. Evaluación Del Rol de las Regiones Fronterizas em el Proceso de Desarrollo Económico Del Paraguay: Tres Estudios de Casos. Asunción: Diciembre, 2000.
- BENKO, Georges; LIPIETZ, Alain. As regiões ganhadoras: Distritos e redes – Os novos paradigmas da geografia econômica. Oeiras: Ed. Celta, 1994.
- BRASIL. PRESIDENCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVO DO BRASIL. Lei Federal nº 10.466/2002, de 27/04/1999. <https://www.planalto.gov.br/> acesso em 05/05/2005.
- BRASIL, Banco do. Agronegócios – Agricultura Familiar. PRONAF: Créditos Liberados – consulta município: Ponta Porã/MS, 2004.
- CARDOSO, Eliana & HELWEGE, Ann. A Economia da América Latina. Editora Ática: São Paulo, 1993.

- CORRÊA, Lúcia Salsa. A fronteira na história regional: O sul de Mato Grosso (1870-1920). São Paulo: Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, 1997.
- COSTA, Reginaldo Brito; PIRES, Marco Aurélio Perroni. Assentamentos rurais na fronteira Brasil-Paraguai: Diagnóstico sócio-econômico e as perspectivas de desenvolvimento local. Campo Grande: UCDB, Mestrado em Desenvolvimento Local, 2003.
- DELGADO, Nelson G.[et.al.] Estratégias agroindustriais e grupos sociais rurais: o caso do Mercosul. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.
- ECHEVERRIA, Mirta. Formas de reclutamiento y fijación de la fuerza de trabajo en los yerbatales misioneros en la primera mitad del siglo. Revista Paraguaya de Sociología, v. 23, n. 66, maio-agosto de 1986. p. 29-37.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA (1999).
- FILGUEIRAS, Luiz. História do Plano Real: Fundamentos, Impactos e Contradições. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- FOGEL, Ramón. Relaciones Interétnicas em el borde este Del Paraguay. In: Práticas de Integração nas fronteiras: temas para o Mercosul. Porto Alegre: Ed. da UFGS, p.140-147, 1993.
- GASQUES, José Garcia & VERDE, Carlos Monteiro Villa. O financiamento da Reforma Agrária no Brasil. Textos para Discussão nº 652. IPEA: Brasília, junho de 1999.
- GALEANO, Luis. Exclusión rural Y política social. In: Pobreza, Desigualdad Y Política Social em América Latina. CADEP: Assunción, p. 131-144, 2001.
- GLOBO, Jornal o. “As muitas Anapus do Brasil” – Notícia de 27/02/2005, anexo: Mapa dos conflitos agrários no Brasil, com base no Estudo do LEMTO.
- GONZALEZ, Natalicio. Geografía del Paraguay. México: [s. n.], 1964.
- GOODMAN, D. Expansão de fronteira e colonização rural: recente política de desenvolvimento no Centro-Oeste do Brasil. In: BAER, W. et alii (coords.). Dimensões do desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Campus, 1978.
- GRAZIANO DA SILVA, José F. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.

GREMAUD, Amaury Patrick. Economia Brasileira Contemporânea. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

GRESSLER, Lori Alice; SWENSSON, Lauro Joppert. Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul – destaque especial para Dourados. São Paulo: DAG, 1988.

HEIKEL, María V.; BAHR, Carolina R. Paraguay y el Cono Sur. Palestra apresentada na Conferência Internacional e Integração Regional. Assunção: Base, 1992.

HENDERSEN, Handy and Neff. Globalisation of the processed foods market. USDA. Report number 742. Washington (DC), 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Rio de Janeiro: Censos Agropecuários: 1980, 1985, 1996 e 2000.

_____ (2004): Pesquisa Agrícola Municipal – PAM. <<http://www.ibge.gov.br>> acesso em 15/12/2004.

_____ (2005): Aplicativo SIDRA <<http://www.ibge.gov.br>> acesso em 01/02/2005.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DE MS – IDATERRA. Plano de Desenvolvimento do Assentamento Dorcelina Folador. Ponta Porã: PDA, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA/TERRA VIDA: Sistema socioproprietário de assentamento. Campo Grande, 2005.

LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. Economia Brasileira: fundamentos e atualidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LEMTO. O uso político do Espaço: as estratégias espaciais inscritas nos Conflitos Sociais da América Latina. COLETIVO LEMTO – UFF, 2005.

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras, Redes. (1998)

MACHADO, Lia Osório. Limites, Fronteiras e Redes. In: Strohaecker e outros. Fronteiras e Espaço Global, Porto Alegre, 1998.

MACHADO, Lia Osório. Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. Revista Território, 2000.

MASI, Fernando; PENNER, Reinaldo; DIETZE, Ronald. Evaluación del rol de las regiones fronterizas en el proceso de desarrollo económico del Paraguay: Tres estudios de casos. Departamento de Economía Internacional. Banco Central del Paraguay. Diciembre, 2000.

MASI, Fernando. Desigualdad de los ingresos familiares em Paraguay. Algunas Evidencias. In: Pobreza, Desigualdad y Política Social em América Latina. Assunción: CADEP, pp. 225-258, 2001.

MEDEIROS, Leonilde et al [orgs.]. Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994.

MENDEZ, Ricardo. Inovação e redes de cooperação para o desenvolvimento local. Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local, vol. 2, n 3, p. 37-44, set. 2001.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL – MIN/RETIS/IGEO/UFRJ (2002), acesso em 20/11/2004 <<http://www.igeo.ufrj.br/gruporetis/programafronteira>>

MINISTERIO DE AGRICULTURA Y GANADERÍA. Producción Agropecuaria – MAG (2001). In: Banco Central Del Paraguay, Governo do Paraguay. Asunción: Caderno Economía, 2003.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE/RAIS/CAGED (2005), aplicativo: Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho – PDET, acesso em 25/11/2004, www.mte.gov.br

MIRANDA, Anibal. Capital humano y desarrollo: notas sobre Argentina. Assunção: Base, 1992.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Fronteira mesopotâmia (consideração sobre o território binacional da Bacia Platina). In: ENCUENTRO INTERNACIONAL DE CIUDADES: FRONTERIZAS DEL MERCOSUR. Asunción: Anais. Universidad Católica de Asunción y la Fundación Konrad Adenauer, 2003.

OLIVEIRA, T.C.M. Agroindústria e Reprodução no Espaço: Tese de Doutorado, FFLHC/USP, São Paulo, 1994.

PÉBAYLE, Raymond. As regiões fronteiriças e o projeto de integração no Mercosul. In: Fronteiras no Mercosul. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, p. 14-21, 1994.

REZENDE, Gervásio Castro de. Ocupação Agrícola e Estrutura Agrária no Cerrado: o papel do preço da terra, dos recursos naturais e da tecnologia. Textos para discussão nº 913. IPEA: Rio de Janeiro, outubro de 2002.

RIBEIRO, Letícia Parente. Zonas de fronteira internacional na atualidade: uma discussão. Rio de Janeiro. Grupo Retis, 2002.

ROCHA, S. Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano real. Brasília: IPEA, Texto para discussão nº 721, 2000.

SANTO, Benedito Rosa do Espírito. Os Caminhos da Agricultura Brasileira. São Paulo: Evoluir, 2001.

SAGPYA. SECRETARIO DE AGRICULTURA, GANADERIA, PESCA Y ALIMENTOS. In: INFORMES DE INFUSIONES. Buenos Aires: Dirección Nacional de Alimentación, 2004.

SANTOS, Milton. Território e sociedade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. & FIALHO, Marco Antônio Verardi. Pobreza rural, desequilíbrios regionais e desenvolvimento agrário no Rio Grande do Sul. Publicado em Teoria e Evidência Econômica. Passo Fundo – RS: v.8, n. 15, p. 117-149, 2000.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SEPÚLVEDA, O. A economia política dos excluídos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DOS ECONOMISTAS: Em busca de uma Nova Ordem. Salvador: CORECON/Sindicato dos Economistas da Bahia, 1996.

SILVA, Medson Janer da. Índios da Etnia Terena. Agricultura Familiar no Pantanal de Aquidauana-MS: Limitações e Perspectivas de Desenvolvimento Sustentável. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2004.

SOUZA, José Carlos de. A identidade do migrante paraguaio e de seus descendentes radicados em Dourados (1989-1999). Dissertação de Mestrado. Dourados: UFMS, 2001.

STEIMAN, Rebeca. A geografia das cidades de fronteira: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). Dissertação de Mestrado. PPGG/UFRJ, 2002.

TEDESCO, João Carlos. Agricultura Familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: UPF, 2001.

FONTES ORAIS – ENTREVISTAS

Celso Siqueira Silva. Assentado no Dorcelina Folador – depoimento em reunião de entrevista. Produção: Gleicy Denise Vasques Moreira. Ponta Porã (MS). 20/01/2004.

Domingos José de Oliveira. Historiador e gerente do Museu da Erva-mate – depoimento em reunião de entrevista. Produção: Walberto Moraes Santos & Gleicy Denise Vasques Moreira. Ponta Porã (MS). 13/07/2004.

Ramão Lopes. Assentado no Dorcelina Folador – depoimento em reunião de entrevista. Produção: Gleicy Denise Vasques Moreira. Ponta Porã (MS). 20/01/2004.